



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 12 | Dezembro 2010



Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação_
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Dezembro de 2010

Elaborado com informação disponível até ao dia 22 de Dezembro.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	9
2. Conjuntura Nacional	12
3. Comércio Internacional	22
Destaques	29
Previsões Macroeconómicas da CE, FMI e OCDE - Outono de 2010	31
Previsões da Comissão Europeia - Outono 2010 - Finanças Públicas	35
Evolução da Produtividade na Última Década	37
Vantagens Comparativas Reveladas do Comércio Internacional Português por Grupos de Produtos	39
Artigos	47
Em Análise	49
Competitividade, Desequilíbrios da Economia Portuguesa e Reformas Estruturais	49
Composição da Despesa Pública e Crescimento Económico	61
Comércio Internacional no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)	71
Políticas para o Ambiente de Negócios em Portugal	79
A Promoção do Investimento	91
Iniciativas e Medidas Legislativas	103
Abreviaturas Utilizadas	109

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * A economia mundial continuou a recuperar no 4.º trimestre de 2010, mas o dinamismo do crescimento apresentou-se mais moderado, continuando a ser mais modesto nas economias avançadas e permanecendo robusto nas economias emergentes. Contudo, actualmente mantém-se uma elevada incerteza relativamente à perspectiva da continuação da retoma económica mundial devido, em parte, à persistência de tensões em alguns segmentos dos mercados financeiros relacionados com os riscos da dívida soberana em alguns países da área do euro.
- * Nos EUA, para o 4.º trimestre, os indicadores de confiança dos empresários e dos consumidores revelaram uma evolução favorável e as vendas a retalho aceleraram. A produção industrial registou um abrandamento, mantendo-se, no entanto, um valor positivo. Em Novembro, a taxa de desemprego subiu para 9,8% (9,6% de Agosto a Outubro) e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,1% (1,2% em Outubro).
- * O indicador de sentimento económico da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) referente aos meses de Outubro e Novembro continuou a subir, em resultado sobretudo da melhoria da confiança dos empresários da indústria. Em Outubro, a taxa de desemprego subiu para 10,1% na AE (10% de Março a Setembro) e a taxa de inflação homóloga da AE, manteve-se em 1,9% em Novembro.
- * As taxas de juro a 3 meses quase estabilizaram tanto na área do euro como nos EUA, em Dezembro até ao dia 20. Em Novembro, as taxas de juro de longo prazo aumentaram tanto nos EUA como na área do euro, tendo este movimento sido mais pronunciado para o último caso.
- * O preço spot do petróleo *Brent* apresentou uma subida significativa em Dezembro, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 20, registado o valor de 91 USD/bbl (69€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o PIB registou um crescimento homólogo real de 1,4% no 3.º trimestre de 2010, igual ao crescimento verificado no trimestre anterior.
- * O consumo privado apresentou, durante o 3º trimestre, um crescimento homólogo real de 1,3%, 1,5 p.p. abaixo do verificado no trimestre anterior.
- * No 3.º trimestre na formação bruta de capital observou-se um decréscimo homólogo real de 8,6%, 4,3 p.p. superior ao decréscimo verificado no trimestre transacto.
- * O indicador de clima económico, diminuiu em Novembro, tal como já havia sucedido em Outubro.
- * O indicador de actividade económica agravou-se em Outubro pelo segundo mês consecutivo.
- * Em Novembro o Índice de Preços no Consumidor (IPC), apresentou uma taxa de variação homóloga de 2,3%, igual à da do mês anterior, com variação média do IPC dos últimos 12 meses a atingir os 1,2%.
- * A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em 2,2% no mês de Novembro, 0,3 p.p. acima da variação homóloga na área euro (1,9%), diminuindo em 0,1 p.p. o diferencial verificado em Outubro.
- * Até Novembro, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 12939 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de cerca de 100 milhões de euros face ao período homólogo, ligeiramente menor que a redução da despesa

com juros. O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 1204 milhões de euros, representando um aumento de 105 milhões de euros face ao mesmo período de 2009. Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente na execução orçamental de 467 milhões de euros, o que constitui um redução de 24 milhões de euros face a igual período do ano anterior.

Comércio Internacional

O presente Boletim Mensal de Economia Portuguesa apresenta uma análise dos principais resultados preliminares das Estatísticas do Comércio Internacional para o período de **Janeiro a Outubro de 2010** e para o **comércio intra e extra-comunitário**.

- * De acordo com os **resultados preliminares do comércio internacional** para o mês de Outubro de 2010¹, o saldo negativo da balança comercial (*fob/cif*) registou uma recuperação de 5,6% *no trimestre terminado em Outubro de 2010* relativamente ao mesmo período no ano anterior. As saídas de mercadorias aumentaram 15,4% e as entradas 7,1%. A taxa de cobertura atingiu os 65,2%, o que representou uma melhoria de 4,7 p.p. face ao período homólogo anterior.
- * Entre *Janeiro e Outubro de 2010*, as saídas de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 15% e as entradas 10%, facto que justificou o agravamento de 1,6% do défice da balança comercial (*fob/cif*) e, em sentido oposto, uma taxa de cobertura das entradas pelas saídas de mercadorias superior em 2,9 p.p. à do período homólogo anterior, passando as exportações a representar 65,1% das importações. *Excluindo os produtos energéticos*, o saldo negativo da balança comercial (*fob/cif*) recuperou 5,1%, tendo as saídas aumentado 12,6% e as entradas 6,8%.
- * Nos *primeiros dez meses do ano*, as saídas de todos os grupos de produtos apresentaram taxas de variação homóloga positivas e contributos positivos para o crescimento total das saídas. O mesmo se pode dizer relativamente a os *últimos 12 meses a terminar no mês de Outubro de 2010*, período em que as saídas registaram um crescimento homólogo de 12,7%.
- * De *Janeiro a Outubro de 2010*, as expedições para o *mercado comunitário* registaram um crescimento homólogo de 14,3%, com as expedições para países da UE-15 a crescer 13,9% e para os países do Alargamento 24,5%. Salienta -se o comportamento positivo das saídas de mercadorias para países como a Alemanha (+14,1%) e a Espanha (+13,5%). As expedições de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 11,9% para o Reino Unido e 8,4% para a França.
- * *Entre Janeiro e Outubro de 2010*, as *exportações para os Países Terceiros* registaram uma variação homóloga positiva de 17,4%, o que se deveu às taxas de crescimento das saídas para países como o México (+85,6%), Brasil (+53,9%), Turquia (+38,3%) e Marrocos (+37,3%). As exportações de mercadorias para os EUA registaram uma variação homóloga positiva de 37%. Em sentido oposto, as saídas com destino a Angola e Argélia contribuíram negativamente para o crescimento das saídas, registando taxas de variação homóloga negativas de -18,7% e -4,5%, respectivamente.
- * De *Janeiro a Outubro de 2010*, as saídas de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 14,4%, situação que se justifica pelas taxas de variação homóloga positivas de 18,9% e 18,8% das saídas de produtos de média baixa e média alta intensidade tecnológica, respectivamente. Estes últimos foram aqueles produtos que mais contribuíram para o crescimento das saídas de produtos industriais transformados (+5,5 p.p.).

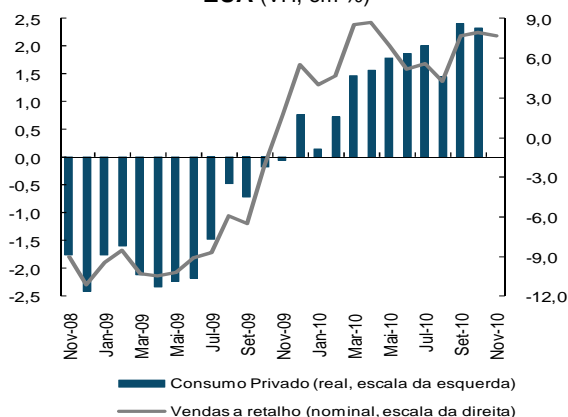
¹ Incluem estimativas preliminares para o Comércio intra e extra comunitário para o mês de Outubro.

1. Enquadramento Internacional

Actividade Económica Extra-UE

A recuperação da economia mundial prosseguiu no 4.º trimestre, mas a um ritmo mais moderado. Para este comportamento contribuiu o crescimento mais modesto nas economias avançadas, enquanto permanece robusto nas economias emergentes. A taxa de inflação manteve-se moderada no conjunto dos países da OCDE, enquanto aumentou na generalidade dos países emergentes.

Figura 1.1. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

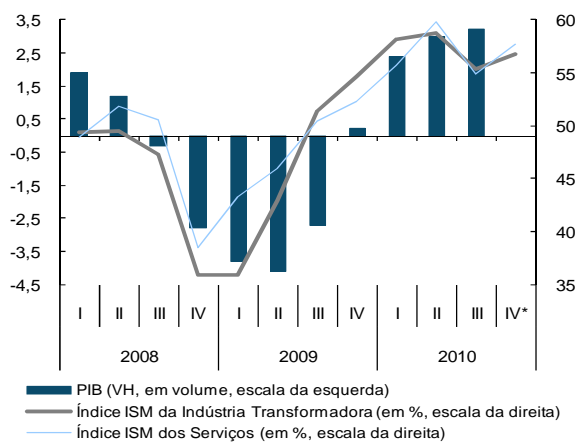
Nos **EUA**, os dados relativos ao 4.º trimestre de 2010 indicam um fortalecimento dos indicadores de confiança e uma melhoria das vendas a retalho; enquanto a produção industrial abrandou. De facto, no conjunto dos meses de Outubro e Novembro, em termos homólogos:

- as vendas a retalho aumentaram 7,8% em termos nominais (5,8% no 3.º trimestre);
- a produção industrial desacelerou para 5,5% (6,8% no 3.º trimestre).

Em Outubro de 2010 e em comparação homóloga, o consumo privado aumentou 2,3% em termos reais e as exportações registaram um crescimento de 14,9% em termos nominais (14,6% em Setembro).

A taxa de desemprego subiu para 9,8% em Novembro e a taxa de inflação homóloga diminuiu ligeiramente para 1,1% (1,2% em Outubro).

Figura 1.2. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contracção da actividade. * Média de Outubro e Novembro.

Os indicadores disponíveis para a economia da **China** sugerem a continuação de um forte crescimento da procura interna e uma ligeira desaceleração das exportações. Estas registaram um aumento de 23% em termos homólogos nominais em Outubro (25% em Setembro), prosseguindo o abrandamento desde Junho. A taxa de inflação homóloga subiu para 5,1% em Novembro (4,4% em Outubro) devido sobretudo ao aumento dos preços dos produtos alimentares e do imobiliário.

Figura 1.3. Exportações de mercadorias da China (VH nominal, em %)



Fonte: Instituto de Estatística da China.

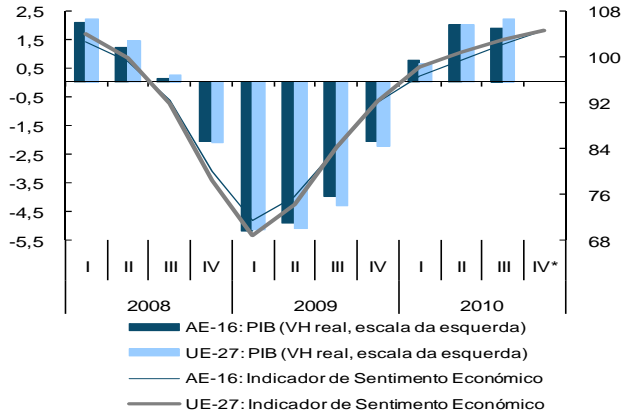
Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010			2010			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov
EUA – PIB real	VH	BEA	-2,6	-2,7	0,2	2,4	3,0	3,2	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-9,3	-8,6	-3,8	2,7	7,4	6,8	6,7	6,0	5,5	5,4
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	46,2	51,4	54,6	58,2	58,8	55,4	56,3	54,4	56,9	56,6
Índice ISM dos Serviços	%	"	48,0	50,4	52,3	55,7	59,8	54,9	54,4	52,8	58,4	57,0
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	66,3	68,4	70,2	73,9	73,9	68,3	68,9	68,2	67,7	71,6
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,3	9,6	10,0	9,7	9,7	9,6	9,6	9,6	9,6	9,8
China – PIB real	VH	NBSC	9,1	9,1	10,7	11,9	10,3	9,6	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	-16,0	-20,5	0,9	30,3	41,0	32,5	34,4	25,1	22,9	-
Japão – PIB real	VH	COGJ	-5,2	-4,9	-1,3	4,7	2,7	4,1	-	-	-	-

Actividade Económica da UE

No conjunto dos meses de Outubro e Novembro de 2010, o indicador de sentimento económico subiu tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado sobretudo da melhoria da confiança dos empresários, tendo sido mais acentuada para a indústria transformadora.

Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e AE

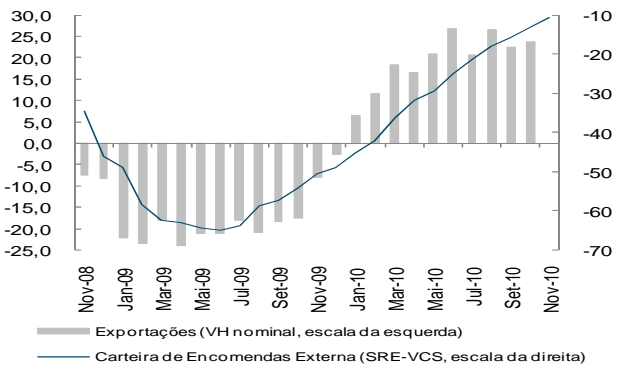


Fontes: CE; Eurostat. * Média de Outubro e Novembro.

Em Outubro de 2010, os indicadores quantitativos para a área do euro reforçaram o seu crescimento. Em termos homólogos:

- a produção industrial acelerou para 6,9% (5,5% em Setembro);
- as exportações aumentaram 24% em termos nominais (22% em Setembro);
- as vendas a retalho melhoraram, tendo crescido 1,7% em termos reais (1,5% em Setembro).

Figura 1.5. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

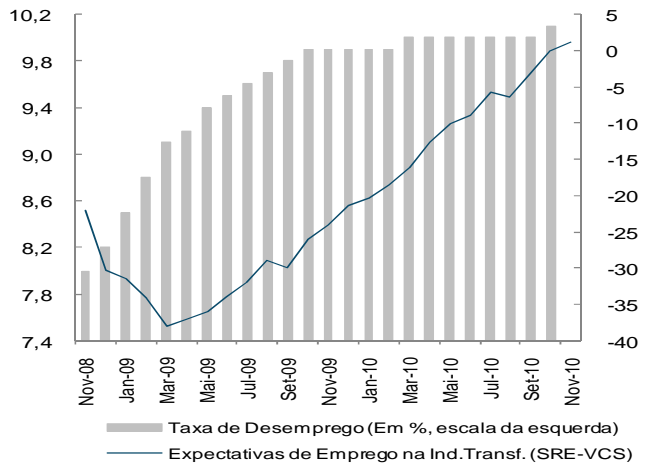
Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010			2010			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov	
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-4,2	-4,3	-2,2	0,7	2,0	2,2	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	79,9	84,3	92,2	98,2	100,8	102,9	103,2	103,6	103,9	105,2	
Área do Euro (AE-16) – PIB real	VH	Eurostat	-4,1	-4,0	-2,0	0,8	2,0	1,9	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	80,8	84,1	91,9	96,6	99,3	102,2	102,3	103,3	103,8	105,3	
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-14,8	-14,7	-7,2	4,6	8,9	6,9	8,0	5,5	6,9	:	
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-2,3	-2,3	-1,1	0,5	0,7	1,4	1,5	1,5	1,7	:	
Taxa de Desemprego	%	"	9,4	9,7	9,9	9,9	10,0	10,0	10,0	10,0	10,1	:	
IHPC	VH	"	0,3	-0,4	0,4	1,1	1,5	1,7	1,6	1,8	1,9	1,9	

Em Outubro de 2010, a taxa de desemprego subiu na AE para 10,1%, contrariando a tendência de estabilização verificada desde Abril deste ano; enquanto na UE manteve-se em 9,6%.

Em Novembro de 2010, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego melhoraram para a indústria transformadora, serviços e comércio a retalho; enquanto se deterioraram para a construção.

Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em Novembro de 2010, a taxa de inflação homóloga da área do euro manteve-se em 1,9%. A taxa de inflação homóloga, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados também estabilizou em 1,1%.

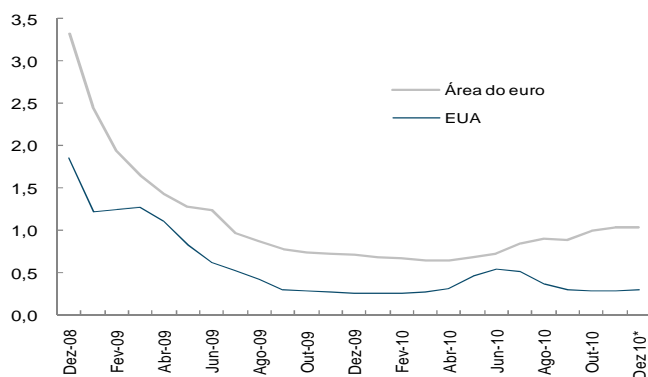
Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis desaceleraram no 3.º trimestre de 2010 para 0,8% em termos homólogos nominais (1,6% no 2.º trimestre).

No 3.º trimestre de 2010, o emprego do total da economia apresentou uma quebra menos significativa do que nos trimestres precedentes, tendo sido de 0,2% em termos homólogos na AE (-0,6% no 2.º trimestre), acompanhando de um aumento da produtividade, a qual foi menos acentuada do que no período anterior.

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo praticamente estabilizaram tanto na área do euro como nos EUA, situando-se, em Dezembro, em média até ao dia 20, em 1,03% e em 0,30%, respectivamente.

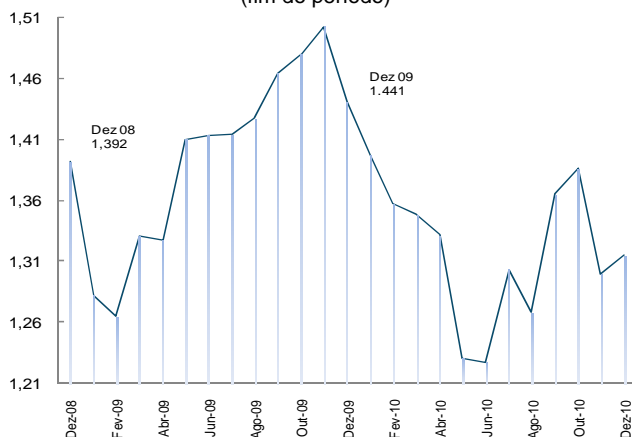
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 20.

Em Novembro de 2010, as taxas de juro de longo prazo aumentaram tanto nos EUA como na área do euro, tendo este movimento sido mais acentuado para o último caso, reflectindo o dinamismo positivo subjacente à recuperação económica. No entanto, neste período, tornou-se a assistir a um aumento do diferencial entre as taxas de rendibilidade das obrigações da dívida pública a 10 anos da Irlanda, Portugal e Espanha face às obrigações alemãs.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para Dezembro, o valor é do dia 20.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

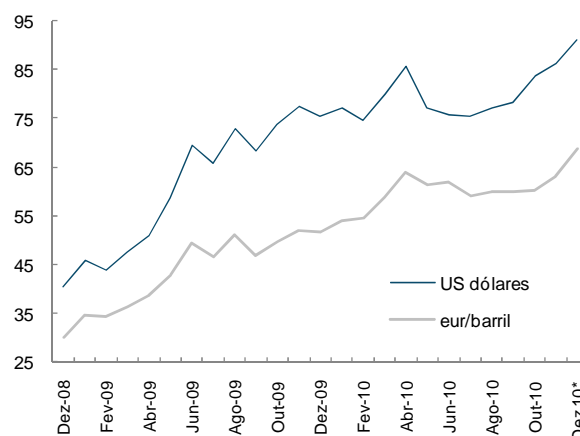
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010			2010			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov	
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,70	0,75	0,70	0,63	0,77	0,89	0,89	0,89	1,05	1,03	
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,25	3,50	3,45	3,72	3,49	2,79	2,70	2,65	2,54	2,76	
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,84	3,79	3,68	3,71	3,61	3,46	3,36	3,41	3,37	3,76	
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,441	1,464	1,441	1,348	1,227	1,365	1,268	1,365	1,386	1,300	
Dow Jones*	VC	Yahoo	18,8	15,0	7,4	4,1	-10,0	10,4	-4,3	7,7	3,1	-1,0	
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	21,1	19,6	3,2	-1,1	-12,2	6,8	-4,3	4,8	3,5	-6,8	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	62,45	69,00	75,51	77,22	79,53	76,87	77,16	78,20	83,59	86,20	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-35,2	-39,9	37,5	68,9	33,5	11,4	5,8	14,4	13,3	11,3	
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-30,7	-36,6	22,4	59,0	43,1	23,4	17,1	27,5	20,8	21,5	
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	45,5	49,2	50,1	56,2	61,6	61,5	60,3	59,3	59,0	60,5	

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009 e 2010 corresponde à média diária do IGCP.

Nos últimos meses a taxa de câmbio do euro face ao dólar tem registado uma elevada oscilação, reflectindo a incerteza acerca das decisões de política dos EUA e as preocupações do mercado relacionadas com as perspectivas para as finanças públicas em alguns países da área do euro. De facto, em Dezembro, até ao dia 20, assistiu-se, em média, a uma nova depreciação do euro face ao dólar, situando-se em 1,33 (1,37 em Novembro).

Em Novembro de 2010, o índice de preços relativo do petróleo importado subiu para 60,5 (por memória atingiu o valor de 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em Dezembro, e até dia 20, o preço do petróleo Brent apresentou uma subida significativa para se situar, em média, em 91 USD/bbl (69 €/bbl) associada, em parte, à continuação de um forte aumento da procura, especialmente dos países fora da zona da OCDE.

Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 20.

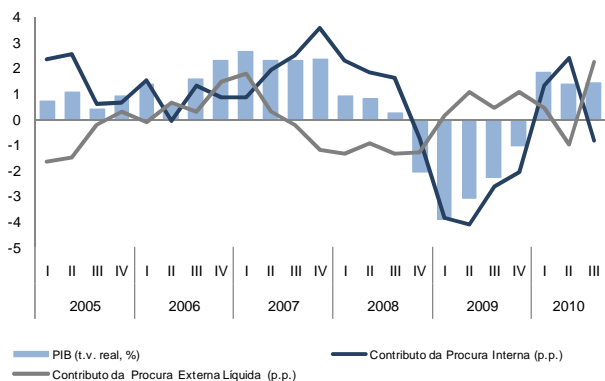
No conjunto dos meses de Outubro e Novembro, o preço das matérias-primas não energéticas aumentou 26,5% em termos homólogos (20% no 3.º trimestre), devido sobretudo à forte aceleração dos preços dos produtos agrícolas e alimentares (com destaque para o milho e o açúcar) impulsionados pela revisão em baixa das estimativas da produção e por condições meteorológicas adversas.

2. Conjuntura Nacional

Actividade Económica e Oferta

No 3.º trimestre de 2010, o PIB apresentou um crescimento real de 1,4% em termos homólogos (idêntico ao trimestre anterior), de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE. Este comportamento foi determinado pelo contributo positivo da procura externa líquida (que no 2.º trimestre foi negativo), por via de um acentuado crescimento das exportações e abrandamento das importações, superando o contributo negativo da procura interna (que tinha sido positivo no 2.º trimestre), fruto da redução do investimento e da desaceleração do consumo privado.

Figura 2.1. Contributos para a Taxa de Variação do PIB

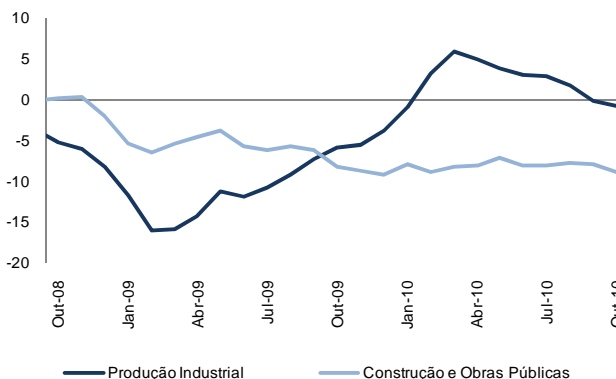


Fonte: INE.

No mês de Outubro os dados quantitativos mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção acentuou a quebra face ao 3.º trimestre (-2,3% face a -0,2%) e o índice de volume de negócios continuou a desacelerar (3,6% em Outubro e 7,9% no 3.º trimestre);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra de 12%, o que significa um agravamento de 4 p.p. face ao 3.º trimestre;
- os índices de volume de negócios nos serviços e no comércio a retalho apresentaram quebras de 2,6% e 0,1% (1,3% e 0,0% no 3.º trimestre, respectivamente).

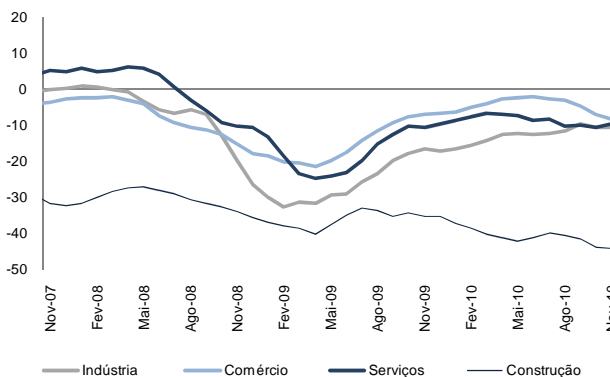
Figura 2.2. Índices de Produção (MM3, VH, %)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em Novembro registou-se um agravamento em todos os indicadores de confiança face aos resultados do trimestre anterior, com excepção dos serviços onde essa quebra foi menor (-9,6% e -10,6%, respectivamente).

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

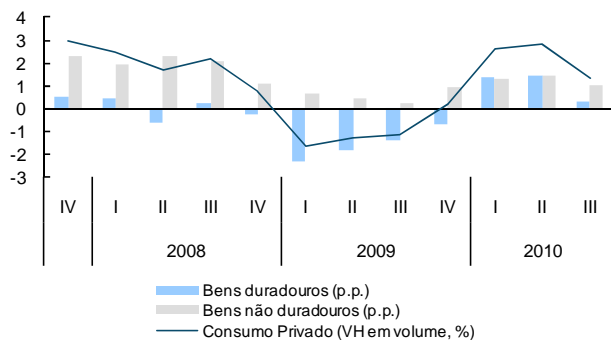
Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010			2010			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov
PIB – CN Trimestrais	VHReal	INE	-2,5	-2,2	-1,0	1,7	1,4	1,4	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-1,8	-1,2	-0,3	-0,6	0,0	0,1	0,1	0,1	-0,1	-0,5
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-24,4	-19,8	-17,1	-14,1	-12,7	-9,6	-11,1	-7,6	-12,9	-11,4
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-13,5	-9,3	-6,7	-4,0	-2,1	-4,8	-4,0	-7,0	-10,0	-8,0
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-17,1	-12,5	-9,5	-6,6	-8,7	-9,8	-15,2	-8,3	-8,2	-12,4
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-36,0	-35,2	-35,4	-40,2	-41,4	-41,6	-44,3	-42,0	-45,6	-45,1
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-9,9	-7,2	-3,9	5,9	3,0	-0,2	1,0	-1,3	-2,3	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-17,9	-18,1	-6,7	10,7	10,5	7,9	13,5	6,9	3,6	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-11,8	-10,6	-7,1	14	5,0	13	3,6	17	-2,6	:

Consumo Privado

O consumo privado registou, durante o 3º trimestre, um crescimento homólogo real de 1,3%, 1,5 p.p abaixo do verificado no trimestre anterior. Os bens duradouros contribuíram com 0,3 p.p. e os não duradouros com 1,1 p.p. para o crescimento homólogo apurado.

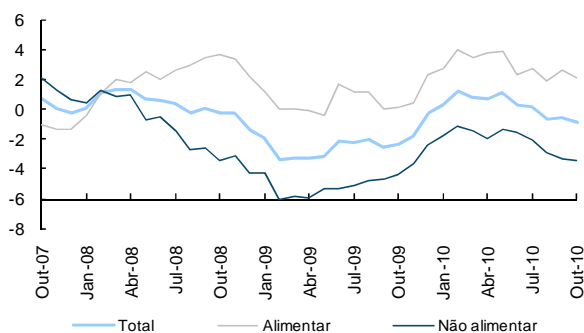
Figura 2.4 Crescimento Real do Consumo Privado e Principais Contributos (VH)



Fonte: INE.

No final do mês de Outubro, considerando a média dos últimos 3 meses, o índice de volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR) apresentou em termos homólogos um decréscimo de 0,8%, agravando 0,2 p.p. face ao valor registado em Setembro. Verificou-se um crescimento de 2,2% na categoria dos bens alimentares (0,4 p.p. abaixo do valor de Setembro) e um decréscimo de 3,5% na categoria dos bens não alimentares (0,1 p.p. acima do de Setembro).

Figura 2.5. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

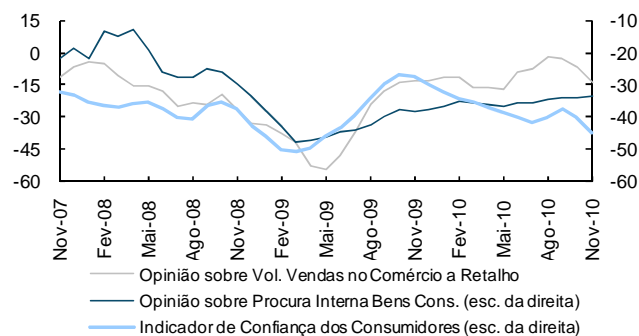


Fonte: INE.

Em Novembro verificou-se uma deterioração no índice de confiança dos consumidores, traduzindo as piores expectativas para a situação económica do País.

Observa-se igualmente uma degradação na opinião dos empresários em relação à avaliação do nível de actividade no sector do comércio a retalho, mas uma ligeira melhoria no que respeita a avaliação do comportamento da procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria.

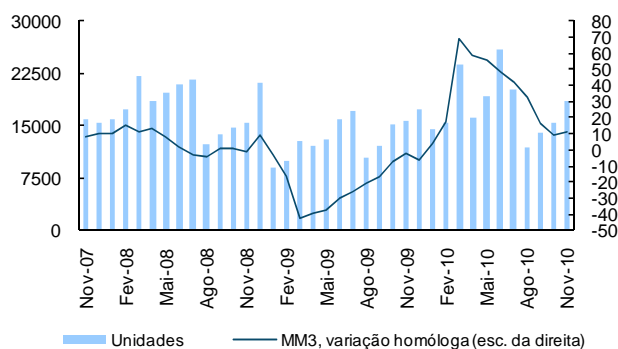
Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em Novembro foram vendidos cerca de 19 mil veículos, um crescimento de 19,2% em termos homólogos, reflectindo em parte a antecipação de compras motivada pelo fim dos incentivos ao abate e o aumento da taxa normal do IVA em 2011.

Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

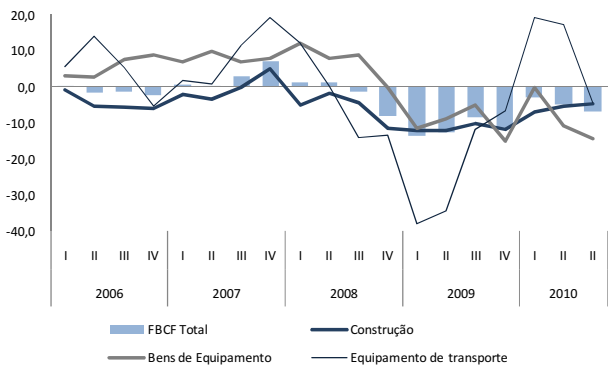
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010			2010			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov	
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-1,0	-1,1	0,2	2,6	2,8	1,3	-	-	-	-	
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-39	-29	-30	-35	-40	-37	-37	-34	-49	-51	
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-30	-18	-13	-17	-9	-3	2	-7	-14	-20	
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-2,0	-2,5	-0,2	0,8	0,3	-0,6	-0,5	-0,6	-1,4	-	
Bens alimentares	VH	"	1,0	0,1	2,3	3,5	2,4	2,6	1,6	2,4	2,4	-	
Bens não alimentares	VH	"	-4,6	-4,7	-2,4	-1,4	-1,5	-3,4	-2,3	-3,3	-4,8	-	
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiro**	VH	ACAP	-24,5	-16,7	-6,0	69,1	48,8	16,1	13,5	15,1	1,1	19,2	
Importações de bens de consumo***	VH	INE	-3,3	-1,8	1,7	1,3	-0,7	3,9	-2,8	7,0	4,9	:	

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

No 3.º trimestre, e de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, a FBCF apresentou uma quebra real de 7%, o que constitui um agravamento de 2,2 p.p. face ao trimestre anterior. Este comportamento foi fortemente influenciado pela quebra de 14,4% verificada nos Bens de Equipamento (-10,8% no 2.º trimestre). De notar que a componente Equipamento de Transporte apresentou uma quebra, neste trimestre, depois da acentuada subida verificada no trimestre anterior que estava influenciada pelo efeito de base, na sequência da forte contracção que se tinha registado nos primeiros trimestres de 2009.

Figura 2.8. Formação Bruta de Capital Fixo
(VH, ano de referência 2006)

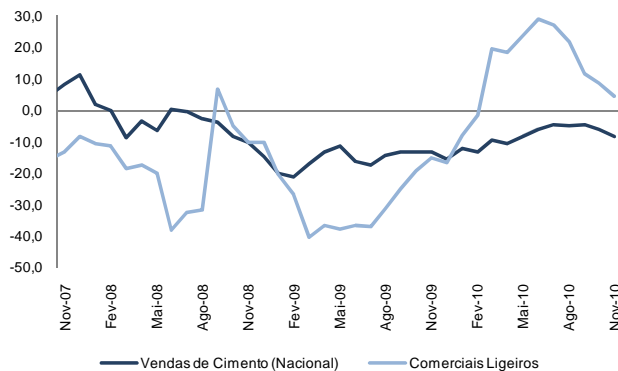


Fonte: INE.

Os dados disponíveis para os meses de Outubro e Novembro mostram que, em termos médios homólogos:

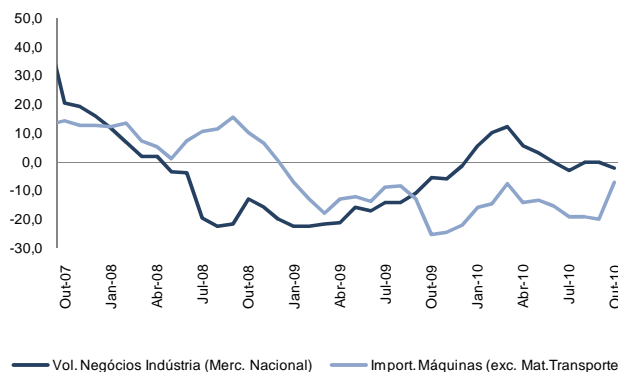
- as vendas de cimento acentuaram a quebra face ao 3.º trimestre (-10,5% e -4,7%, respectivamente);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros desaceleraram fortemente em relação ao 3º trimestre (2,9% face 11,6% no 3.º trimestre).
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso, recuperaram face ao 3.º trimestre.

Figura 2.9. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.10. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE

Em Outubro, e em termos homólogos, verificou-se uma quebra de 9,1% nas licenças de construção, o que constitui uma recuperação de 1,6 p.p. face ao 3.º trimestre. Também a quebra nas importações de bens de capital, excepto material de transporte foi menor em Outubro (-1,7% face a -19,9% no 3.º trimestre), mas voltou a agravar-se o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional (-8,5% face a -0,3% no 3.º trimestre).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

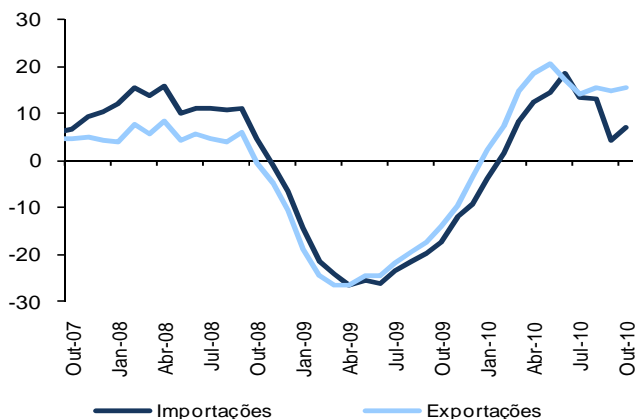
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010			2010			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	-116	-8,5	-11,5	-2,9	-4,8	-7,0	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-0,1	-9,2	-7,9	-5,1	-2,1	-1,8	-14	-2,8	-3,1	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-6,5	-13,3	-5,6	-9,4	-6,1	-4,7	-2,2	-4,5	-11,4	-9,4
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-29,8	-25,0	-16,8	19,6	29,0	11,6	12,8	8,1	6,7	-0,6
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-39,4	-23,3	-48,7	-33,7	-3,6	-10,7	17,2	-20,4	-17,5	10,4
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-37	-33	-27	-52	-22	-32	-32,7	-32,5	-30,0	-8,7
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-38,9	-38,8	-21,7	-16,8	0,8	-10,7	18	-8,9	-9,1	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	:	-12,9	-22,0	-7,7	-15,4	-19,9	-8,9	-11,2	-17	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-12,7	-11,0	-13	12,3	-0,2	-0,3	5,3	-10	-8,5	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

De acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais para o 3.º trimestre, as exportações continuaram a trajectória de crescimento, tendo-se intensificado a aceleração das exportações ao mesmo tempo que as importações registaram uma forte desaceleração. Em termos homólogos, as exportações cresceram 9,2% (9,1% no trimestre precedente) e as importações apenas 1,5% (face aos 9,8% registados no 2.º trimestre).

Figura 2.11. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)

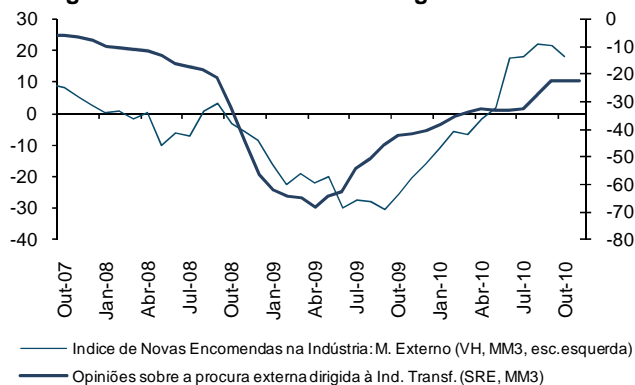


Fonte: INE.

Verificou-se um crescimento real das exportações de serviços de 3,6 p.p. face ao trimestre anterior (10,3% no 3.º trimestre), enquanto a exportação de bens desacelerou 1,3 p.p. verificando-se, neste trimestre, um crescimento de 8,8%. Para a desaceleração das importações, concorreu o forte abrandamento da parte dos bens (0,8% face a 11,4% no 2.º trimestre). A importação de serviços apresentou um crescimento real da de 4,7 p.p. (5,6% no 3.º trimestre).

No trimestre terminado em Outubro, as novas encomendas à indústria do mercado externo desaceleraram face ao crescimento verificado no 3.º trimestre, mas mantêm-se robustas (17,9% face a 21,6% no 3.º trimestre) e a procura externa na indústria mantém-se praticamente inalterada.

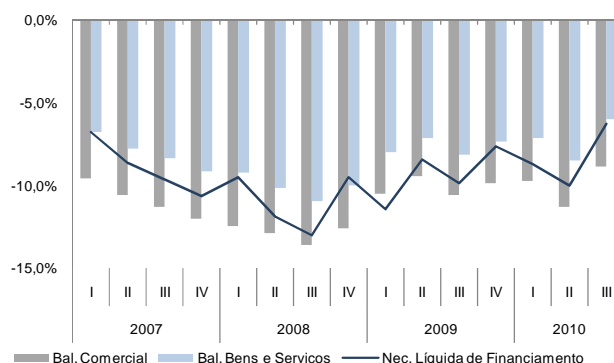
Figura 2.12. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

O maior crescimento das exportações face às importações traduziram-se numa melhoria em 2,6 p.p. do saldo da Balança de Bens e Serviços em percentagem do PIB, face ao registado no 2.º trimestre. Considerando também o ligeiro aumento do saldo da Balança de Serviços e a redução do défice da Balança de Rendimentos, verificou-se uma redução das Necessidades Líquidas de Financiamento em percentagem do PIB em 3,7 p.p., o que constitui o valor mais baixo desde o 1.º trimestre de 2004.

Figura 2.13. Saldos Externos e Necessidade Líquida de Financiamento da Economia
(em % PIB)



Fonte: INE.

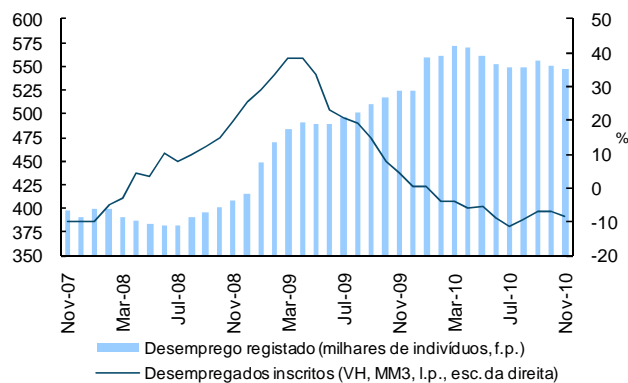
Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010			2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	3T	Jul	Ago	Set	Out
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VHreal	INE	-11,7	-16,4	-9,7	-15	8,7	9,1	9,2	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VHreal	"	-10,6	-14,5	-8,5	-3,7	5,5	9,8	15	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	%PIB	"	7,7	7,1	8,2	7,4	7,1	8,5	5,9	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	%PIB	"	-9,3	-8,4	-9,9	-7,6	-8,7	-10,0	-6,3	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VHnom	"	-18,0	-23,9	-16,8	-2,8	14,3	16,6	13,7	8,8	21,0	13,7	9,5
Entradas de mercadorias	VHnom	"	-20,0	-26,2	-9,6	-9,1	8,3	13,7	4,5	-11	16,9	15	6,1

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IEFP no final do mês de Novembro os desempregados registados ascendiam a 547 mil, representando um crescimento homólogo de 4,4%, mas uma diminuição de 0,7% em relação a Outubro, sendo o segundo mês consecutivo de diminuição do número de desempregados inscritos.

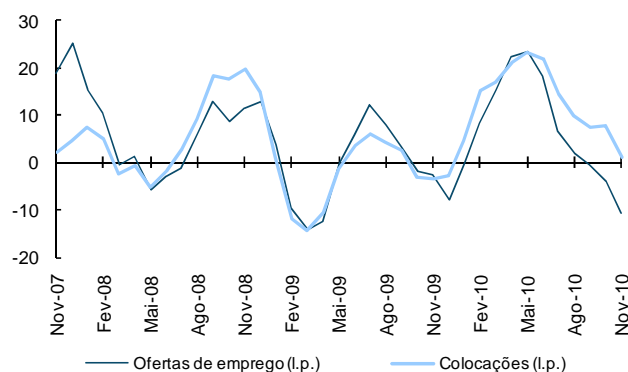
Figura 2.14. Desemprego (%)



Fonte: IEFP.

Em valores absolutos observa-se um acréscimo de cerca de 23 mil desempregados face a Novembro de 2009 e uma diminuição de 4 mil em relação a Outubro de 2010.

Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



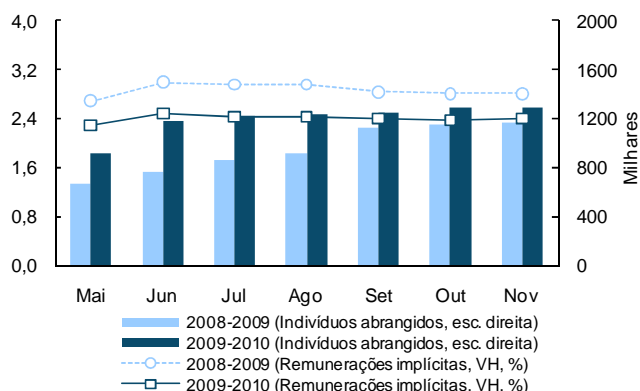
Fonte: IEFP.

O número de desempregados inscritos mensalmente apresentou em Novembro um decréscimo em termos homólogos de 6,5%, mantendo a tendência de redução que já vem desde Dezembro de 2009.

Tanto as ofertas de emprego como as colocações conseguidas mantiveram a tendência de decréscimo.

O rácio colocações sobre ofertas ascende aos 60%, indiciando um aumento da eficácia do processo de colocação.

Figura 2.16. Contratação Colectiva



Fonte: MTSS.

Até ao final de Novembro o número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação colectiva era de 1 289 mil, um crescimento de 10,5% em termos homólogos, representado mais 122 mil que em igual período do ano passado.

O aumento nas remunerações implícitas nos mesmos mantém-se ao nível que vem sendo registado desde Julho de 2010.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010			2010			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov	
Taxa de Desemprego	%	INE	9,5	9,8	10,1	10,6	10,6	10,9	-	-	-	-	
Emprego Total	VH	"	-2,8	-3,4	-3,0	-1,8	-1,7	-1,1	-	-	-	-	
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	12,1	29,1	26,1	18,1	12,7	8,9	9,6	8,9	6,4	4,4	
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	14,3	14,8	0,4	-3,9	-9,1	-6,8	-0,5	-5,4	-13,3	-6,5	
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	3,3	3,5	-7,7	15,4	18,1	-0,3	11,5	-7,9	-13,3	-11,7	
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,8	2,8	2,8	1,9	2,5	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	4,1	5,0	2,9	-0,3	1,2	-0,2	-	-	-	-	
Índice do Custo do Trabalho* - AE16	VH	Eurostat	3,4	2,9	2,0	2,0	1,6	0,8	-	-	-	-	

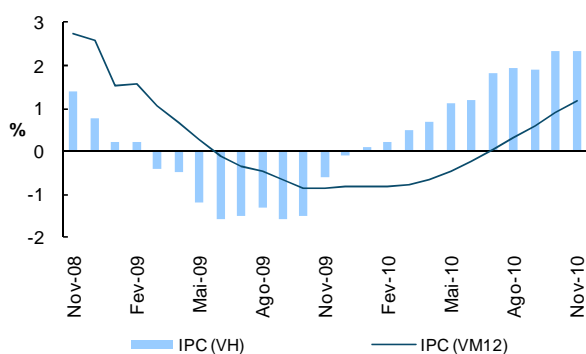
* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em Novembro assistiu-se a uma estabilização do crescimento do Índice de Preços no Consumidor (IPC), com uma taxa de variação homóloga de 2,3%, igual à da do mês anterior. Assim sendo, no final de Novembro variação média do IPC dos últimos 12 meses atingiu os 1,2%.

Em cadeia verificou-se um crescimento de 0,2% (0,2 p.p. abaixo do observado em Outubro).

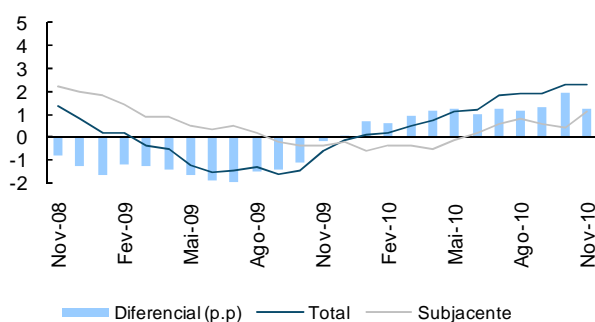
Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

As categorias que mais contribuíram para esta variação foram os transportes com um incremento em termos homólogos de 5,1%, a habitação, água e electricidade, com um aumento de 5,1% e os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas onde se registou uma subida de 2,5%. No espectro oposto surgem as categorias saúde, calçado e vestuário e comunicações onde se verificaram diminuições homólogas de 0,2%, 1,6% e 1,8%, respectivamente.

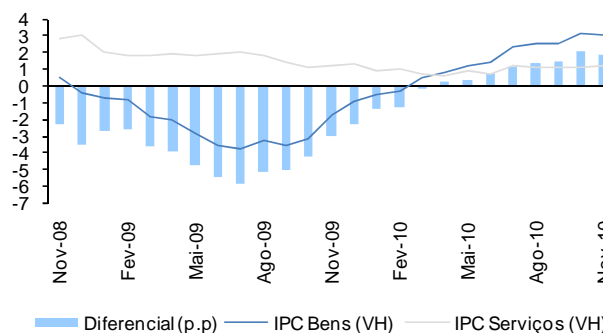
Figura 2.18. IPC Total e IPC Subjacente
(VH, %)



Fontes: INE.

A inflação subjacente em Novembro (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) foi de 1,1%, 0,7 p.p. acima do registado Outubro, reduzindo o diferencial face ao IPC total para 1,2 p.p. (menos 0,7 p.p. que em Outubro).

Figura 2.19. IPC Bens e IPC Serviços
(VH, %)

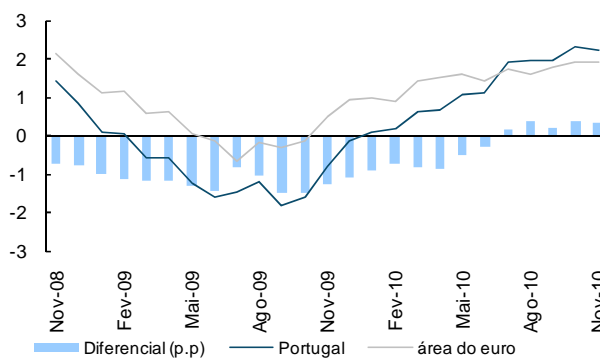


Fontes: INE.

Em Novembro registou-se um crescimento em termos homólogos de 3,0% no IPC de bens, 0,2 p.p. inferior ao observado em Outubro, e um aumento de 1,2%, 0,1 p.p. acima do ocorrido em Outubro, no IPC de Serviços. Assim sendo, o diferencial entre ambos decresceu para 1,9 p.p. (2,1 p.p. em Outubro).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em 2,2% no mês de Novembro, 0,3 p.p. acima da variação homóloga na área euro (1,9%), diminuindo em 0,1 p.p. o diferencial verificado em Outubro.

Figura 2.20. IHPC (VH)



Fonte: Eurostat.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

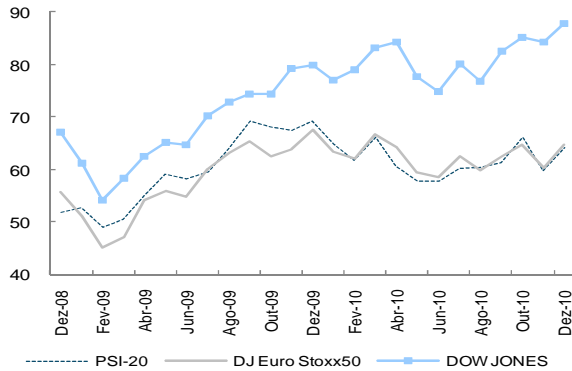
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010									
				Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	1,1	0,4	0,2	0,2	0,1	-0,2	0,2	0,4	0,2	
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	0,5	0,7	1,1	1,2	1,8	1,9	1,9	2,3	2,3	
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	-0,8	-0,8	-0,7	-0,5	-0,2	0,0	0,3	0,6	0,9	1,2	
IPC – Bens	VH	"	2,4	0,5	0,8	1,2	1,4	2,4	2,6	2,6	3,2	3,0	
IPC – Serviços	"	"	1,7	0,7	0,6	0,9	0,7	1,2	1,1	1,1	1,1	1,2	
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	0,4	-0,4	-0,5	-0,1	0,2	0,6	0,8	0,6	0,4	1,1	
IHPC	"	"	-0,9	0,6	0,7	1,1	1,1	1,9	2,0	2,0	2,3	2,2	
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	1,1	-0,8	-0,8	-0,5	-0,3	0,2	0,4	0,2	0,4	0,3	

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Globalmente, os índices bolsistas internacionais evoluíram favoravelmente em Dezembro, tendo o aumento sido mais acentuado na área do euro do que nos EUA associado, em parte, a um crescimento robusto registado e esperado dos lucros das empresas. Contudo, continua a persistir uma elevada incerteza nos mercados bolsistas internacionais.

Assim, em Dezembro e, em termos médios até ao dia 20, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* aumentaram 6,2% e 3,6%, respectivamente, face ao final do mês de Novembro.

Figura 2.21. Índices Bolsistas
(Abril 2007=100, fim do período)

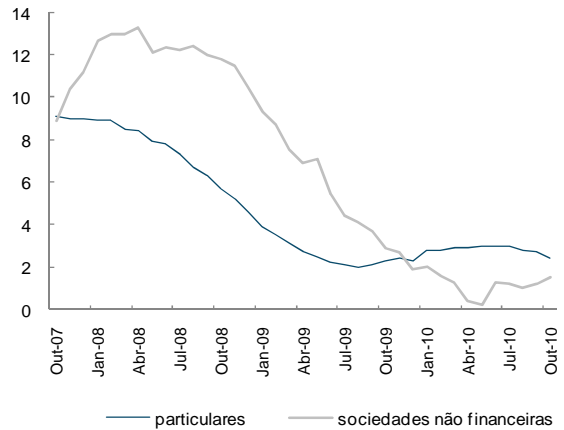


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para Dezembro, o valor é do dia 20.

À semelhança dos índices europeus, o índice PSI-20, também apresentou um movimento ascendente, tendo aliás sido mais pronunciado do que os índices bolsistas internacionais. Em termos médios e, até 20 de Dezembro, o índice PSI-20 subiu 3,5% face ao final do mês de Novembro.

Em Outubro de 2010, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro manteve-se em 2%, mas enquanto se assistiu a um fortalecimento do crédito destinado às empresas para 1,5% (1,2% em Setembro), o destinado aos particulares desacelerou pelo 3.º mês consecutivo.

Figura 2.22. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)

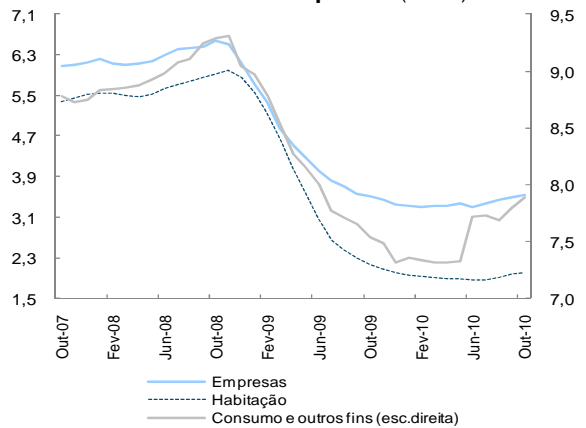


Fonte: Banco de Portugal.

De facto, o ritmo de crescimento do crédito destinado aos particulares diminuiu para 2,4% (2,7% em Setembro), movimento esse que foi extensível tanto nos empréstimos destinados à habitação como ao consumo.

As taxas de juro das operações do crédito aumentaram tanto para os particulares como para as empresas, tendo a subida sido um pouco mais acentuada para o último caso.

Figura 2.23. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

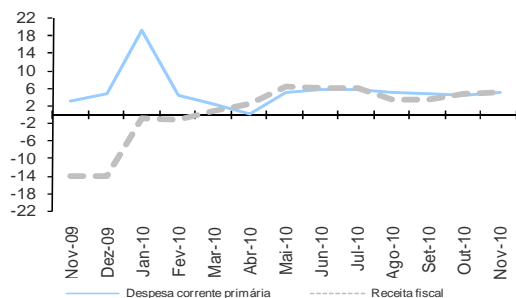
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010											
				Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov			
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	4,2	5,2	4,7	5,2	5,2	5,4	6,3	6,2	7,1			
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p. b.	"	65	110	220	200	257	251	331	400	378	439			
PSI 20*	VC	CMVM	33,5	7,2	-8,6	-4,5	-0,1	4,3	0,3	1,5	7,7	-9,4			
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	2,6	3,0	3,1	3,1	3,3	3,2	3,1	3,0	2,8	:			
- para consumo	va**	"	1,7	1,9	2,4	2,7	2,1	2,5	2,1	1,8	1,5	:			
Empréstimos a empresas	va**	"	1,9	1,3	0,4	0,2	1,3	1,2	1,0	1,2	1,5	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	2,00	1,91	1,89	1,88	1,86	1,86	1,91	1,97	2,01	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	3,34	3,32	3,33	3,37	3,31	3,37	3,43	3,49	3,55	:			

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até Novembro, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 12939 milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de 99 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 8001 milhões de euros, 16 milhões de euros acima do registado no mesmo período do ano anterior.

Figura 2.24. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 5%, justificado pelo acréscimo de 9% na receita dos impostos indirectos, tendo os impostos directos apresentado uma variação negativa (-0,3%). A maior arrecadação de impostos indirectos repercute o aumento da receita do IVA em 11,8% (em consequência de um melhor desempenho da actividade económica e do aumento das taxas em 1 p.p.), do imposto de consumo sobre o tabaco em 23,4% (devido ao aumento da introdução no consumo verificada a partir do final do ano passado) e do imposto sobre veículos em 17,2% (reflectindo o acréscimo registado da venda de automóveis). A queda evidenciada pelos impostos directos resulta da diminuição das receitas de IRS (-1,1%), apesar de ter vindo a recuperar ao longo dos últimos seis meses. O IRC apresentou uma evolução positiva (0,6%), explicada quer pelo comportamento positivo da receita bruta quer pela diminuição dos reembolsos.
- um decréscimo da receita não fiscal em 3,9%, em consequência, principalmente, da redução nas transferências correntes (-15,5%), nomeadamente das provenientes do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-estruturas da Justiça, I.P. e das devoluções da União Europeia relativas à contribuição financeira portuguesa para o orçamento comunitário, bem como dos rendimentos de propriedade (-20,4%) e das reposições não abatidas aos pagamentos (-61,3%); e

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2009		2010		2010			
	Jan a Nov		Jan a Nov		Ago	Set	Out	Nov
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	30997	32242	85,7	89,1	1,8	1,9	3,2	4,0
Receita corrente	30710	31727	88,2	91,9	1,3	1,4	2,7	3,3
Impostos directos	11661	11620	85,5	87,3	-6,7	-5,5	-1,3	-0,3
Impostos indirectos	15857	17280	91,8	97,6	10,6	10,4	9,2	9,0
Despesa Total	44035	45181	87,9	89,1	2,7	2,0	2,8	2,6
Despesa corrente primária	35891	37644	88,0	90,2	4,8	4,6	4,2	4,9
Despesa corrente	40944	42583	89,3	90,1	3,3	3,3	4,3	4,0
Despesa com pessoal	10417	10461	89,9	92,8	1,7	1,4	0,7	0,4
Aquisição bens e serviços	1086	1091	66,6	68,8	-0,9	-0,3	1,4	0,5
Subsídios	402	364	50,2	49,8	-8,0	-3,4	-9,3	-9,5
Juros	5054	4939	99,7	89,8	-8,5	-5,7	4,9	-2,3
Transferências corr. p/ AP	21195	22816	90,8	92,7	5,9	6,1	6,0	7,6
Saldo Global	-13039	-12939	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-7985	-8001	-	-	-	-	-	-

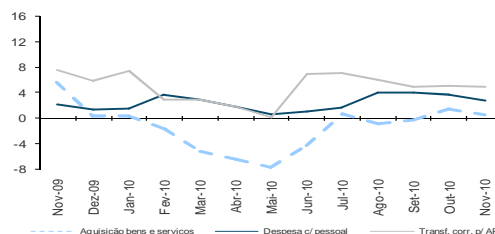
Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

¹ Em 2010, os encargos com a saúde nas instituições integradas no SNS dos trabalhadores dos serviços de administração directa do Estado passaram a ser suportadas pela dotação orçamental destinada ao financiamento do SNS.

² Excluindo, em 2009, a componente referente ao pagamento de pensões da responsabilidade do Estado.

- um crescimento da despesa total em 2,6%, devido ao aumento da despesa corrente em 4%, com a despesa de capital a registar uma diminuição de 15,9%. O principal contributo para a variação da despesa corrente foi dado pelo aumento em 6,4% das transferências correntes corrigidas da compensação pelo pagamento de pensões da responsabilidade do Estado¹, reflectindo, sobretudo, o comportamento das transferências para a Administração Central, em particular para o SNS e CGA (em Novembro de 2010 foi feita uma transferência de montante equivalente à dos últimos dois meses do ano passado), e para a Segurança Social, e pelas despesas com o pessoal que registam um crescimento de 2,6%, em termos comparáveis². Os subsídios registaram uma quebra de 9,5% e os juros e outros encargos diminuíram 2,3%, em resultado da redução das taxas de juro de curto prazo em 2009 e em parte de 2010 com impacto nos encargos relativos a Certificados de Aforro e Bilhetes do Tesouro.

Figura 2.25. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida.

Fontes: DGO e GPEARI.

No final de Novembro, a dívida directa do Estado situou-se em 148 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 233 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida reflectiu, essencialmente, a emissão líquida negativa de Bilhetes do Tesouro, de CEDIC, ECP e Certificados de Aforro, que mais que compensou a emissão de Obrigações do Tesouro. As variações cambiais verificadas em Novembro contribuíram para o aumento do stock de dívida em 137 milhões de euros.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

	31-Out-10		Nov-10			30-Nov-10
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	
Transaccionável	126 281	4 434	4 482	311	126 545	
Bilhetes do Tesouro	18 744	1 838	3 886	0	16 696	
Obrigações do Tesouro	103 479	2 293	0	174	105 946	
Não Transaccionável	21 678	2 274	2 771	0	21 181	
Certificados de Aforro	15 903	36	205	0	15 734	
CEDIC	5 025	2 213	2 557	0	4 681	
Total	147 959	6 709	7 253	311	147 726	

Fonte: IGCP.

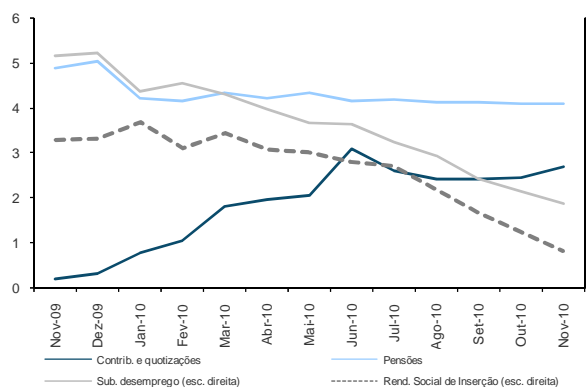
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até Novembro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 1204 milhões de euros, registando uma melhoria de 105 milhões de euros face a idêntico período de 2009.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao período homólogo do ano anterior, caracterizou-se por:

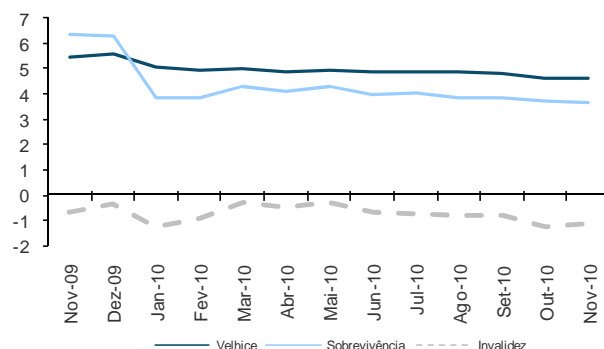
- um aumento da receita corrente em 4,9% em resultado essencialmente do aumento das transferências correntes da Administração Central (9,8%), das contribuições e quotizações (2,7%) e das transferências do Fundo Social Europeu (4,5%); e
- um aumento da despesa corrente em 4,8%, reflectindo, principalmente, a subida da despesa em prestações sociais. Note-se, no entanto, que estas têm vindo a desacelerar desde Julho passado, com destaque para a redução das taxas de crescimento do rendimento social de inserção, do subsídio de desemprego e apoio ao emprego e o subsídio familiar a crianças e jovens. No que respeita ao número de beneficiários, destaca-se, em Novembro, uma diminuição de 12,4% nos subsídios de desemprego e social de desemprego e de 10,5% no subsídio de doença, enquanto as pensões de velhice da Segurança Social registaram um aumento de 2,1%. É ainda de realçar o crescimento das despesas com acções de formação profissional (27,8%), com o aumento de 36,3% nas acções suportadas pelo Fundo Social Europeu.

Figura 2.26. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



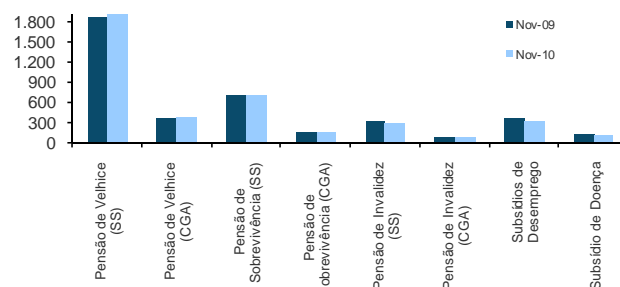
Fonte: DGO.

Figura 2.27. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.28. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até Novembro, o défice da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 107 milhões de euros, reduzindo-se 267 milhões de euros em relação ao período homólogo anterior. Esta evolução é reflexo de um aumento da receita superior ao verificado na despesa. O crescimento da receita corrente justifica-se pela subida das transferências do OE em 3,9% e das contribuições em 16,2%. O aumento da despesa corrente reflectiu, principalmente, a evolução da despesa com pensões da responsabilidade da CGA (4,5%).

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social						Caixa Geral de Aposentações					
	2009		2010		2009		2010		2009		2010	
	Jan a Nov		Jan a Nov		Jan a Nov		Jan a Nov		Jan a Nov		Jan a Nov	
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)
Receita Total	20571	21586	4,9	90,0	89,7	7176	7762	8,2	88,4	93,3		
Contribuições e quotizações	11732	12048	2,7	89,3	89,7	3165	3678	16,2	76,6	88,3		
Transferências correntes da Adm. Central	6581	7226	9,8	91,6	91,4	3835	3987	3,9	90,5	99,2		
Despesa Total	19472	20382	4,7	87,4	85,2	7550	7869	4,2	92,0	93,2		
Pensões	11546	12019	4,1	85,7	85,7	7515	7835	4,3	92,0	93,2		
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1844	2046	11,0	90,2	91,0	-	-	-	-	-		
Prestações e acção social	4144	4229	2,1	100,7	88,5	-	-	-	-	-		
Saldo Global	1099	1204	-	-	-	-374	-107	-	-	-		

Fontes: DGO e GPEARl.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até Novembro, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 467 milhões de euros, o que constitui uma diminuição de 24 milhões de euros face ao mesmo período de 2009. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afectada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas¹.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- uma diminuição na receita de 2,3%, explicada pelo decréscimo da receita de capital em 48,8%, enquanto que a receita corrente aumentou 2%. Para o comportamento da receita de capital contribuiu a redução das transferências de capital dos outros subsectores das Administrações Públicas (-47,4%), e da União Europeia (-55,1%)². O crescimento da receita corrente resultou do aumento das transferências correntes, designadamente as do Orçamento do Estado (7,6%) destinadas sobretudo ao financiamento dos subsistemas de saúde e ao Instituto de Gestão Financeira e de Infra-estruturas da Justiça, I.P. e das contribuições para a segurança social, CGA e ADSE (8,7%); e
- uma redução da despesa em 2,2%, devido à diminuição da despesa de capital (49,7%), transversal a todas as suas componentes. A despesa corrente evidenciou um aumento de 2,2%, conjugando subidas nas outras despesas correntes (528,9%), outras transferências correntes (4,5%) e aquisição de bens e serviços (3,1%), com a redução nas despesas com o pessoal.

Serviço Nacional de Saúde

Até Novembro, o excedente global provisório do SNS, na componente integrada nos serviços da administração pública e na óptica da contabilidade pública, cifrou-se em 94 milhões de euros, registando um decréscimo de 151 milhões de euros face a igual período do ano transacto.

A execução orçamental, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento de 5,3% na receita devido ao crescimento das transferências correntes em 6,4%. Em sentido contrário, as outras receitas correntes, as transferências de capital e as taxas, multas e outras penalidades diminuíram 27,5%, 63,3% e 22,5%, respectivamente; e
- um acréscimo da despesa em 7,5%, justificada pelo aumento das outras despesas correntes (486,7%), da aquisição de bens e serviços (4,4%) e das transferências de capital (177,1%). Na generalidade, as restantes rubricas registaram decréscimos: despesa com pessoal (-24,6%), as transferências correntes (-22,2%) e investimento (-31,4%). Refira-se, novamente, que o comportamento da despesa reflecte, em parte, os efeitos das alterações de universo consideradas, nomeadamente as operações de empresarialização de hospitais ocorridas no final do ano de 2009, as quais se consubstanciam, principalmente, numa diminuição da despesa com o pessoal e num aumento da aquisição de bens e serviços por parte do Serviço Nacional de Saúde.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)						Serviço Nacional de Saúde			
	2009	2010	2009	2010	2010		2009	2010	2010	
	Jan a Nov		Jan a Nov		Out	Nov	Jan a Nov		Out	Nov
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Total	22 227	21 717	76,8	79,	-3,4	-2,3	7 786	8 198	5,4	5,3
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	3 387	3 682	93,8	88,8	9,8	8,7	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	13 525	14 550	85,7	90,1	4,4	7,6	7 476	7 969	6,6	6,6
Despesa Total	21 737	21 251	74,8	80,1	-3,7	-2,2	7 542	8 104	4,6	7,5
Despesa com pessoal	2 722	2 436	75,6	70,7	-11,2	-10,5	989	746	-23,7	-24,6
Aquisição de bens e serviços	7 086	7 306	79,4	82,1	9,6	3,1	6 212	6 483	11,6	4,4
Transferências correntes	9 256	9 496	87,27	87,1	1,6	2,6	129	100	-45,2	-22,2
Saldo Global	490	467	-	-	-	-	245	94	-	-

Fonte: DGO.

¹ Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA em 2010, veja-se a Caixa 17 do Relatório do Orçamento do Estado para 2010.

² Em 2010, as transferências provenientes da União Europeia, no âmbito dos fundos estruturais passaram a ser contabilizadas como operações extra-orçamentais pelos serviços intermediários das mesmas e, por outro lado, em 2009, foi encerrado o QCA III.

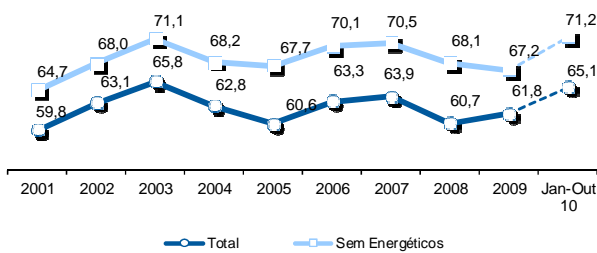
3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

Os resultados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de *Janeiro a Outubro de 2010* apontam para um crescimento homólogo positivo 15% das saídas e de 10% das entradas de mercadorias ^[3]. O défice da balança comercial agravou-se em 1,6% (Quadro 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, as saídas e as entradas de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 12,6% e 6,8%, respectivamente.

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	Janeiro a Outubro			VH	
	2009	2010	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	26.340	30.304	15,0	15,4	12,7
Entradas (cif)	42.367	46.583	10,0	7,1	7,2
(fob)	40.372	44.389	10,0	7,1	7,2
Saldo (fob-cif)	-16.027	-16.280	1,6	-5,6	-1,3
(fob-fob)	-14.031	-14.085	0,4	-7,3	-2,5
Cobertura (fob/cif)	62,2	65,1	-	-	-
(fob/fob)	65,2	68,3	-	-	-
Sem energéticos:					
Saídas (fob)	25.041	28.184	12,6	15,4	10,5
Entradas (cif)	37.056	39.590	6,8	3,4	4,8
(fob)	35.310	37.726	6,8	3,4	4,8
Saldo (fob-cif)	-12.015	-11.406	-5,1	-19,2	-6,4
(fob-fob)	-10.270	-9.542	-7,1	-22,8	-8,3
Cobertura (fob/cif)	67,6	71,2	-	-	-
(fob/fob)	70,9	74,7	-	-	-
Extra-UE					
(milhões de Euros)					
Exportações (fob)	6.455	7.576	17,4	17,2	11,7
Importações (cif)	9.146	11.700	27,9	22,8	20,2
(fob)	8.715	11.149	27,9	22,8	20,2
Saldo (fob-cif)	-2.691	-4.124	53,2	34,1	41,0
(fob-fob)	-2.260	-3.573	58,1	35,9	45,0
Cobertura (fob/cif)	70,6	64,8	-	-	-
(fob/fob)	74,1	68,0	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009 e 2010: 0.9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº12/2010").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o período de Janeiro a Outubro de 2010 correspondem a versões preliminares. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 300 mil euros para as chegadas e 250 mil para as expedições, em 2010). Por outro lado, a actual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] "Saídas": somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "Exportações" para os Países Terceiros. "Entradas": somatório das "Chegadas" com origem nos países comunitários com as "Importações" provenientes dos Países Terceiros.

Entre *Janeiro e Outubro de 2010*, a taxa de cobertura (fob/cif) das importações pelas exportações foi de 65,1% (+2,9 p.p. que em igual período no ano passado). Excluindo os produtos energéticos, essa taxa continuou a ser superior à do total dos produtos (71,2%) (Figura 3.1 e Quadro 3.1).

Nos últimos 12 meses a terminar em Outubro, as saídas de mercadorias cresceram 12,7% e as entradas 7,2%, levando a um desagravamento de 1,3% do défice da balança comercial.

De Janeiro a Outubro, as exportações continuaram a crescer a uma taxa superior à das expedições (17,4% e 14,3%, respectivamente). O mesmo aconteceu com as importações (27,9%) e as chegadas (5%), o que levou a uma melhoria do défice da balança comercial Intra UE e a um agravamento do défice da balança comercial com os países terceiros (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Balança Comercial: Janeiro a Outubro

Janeiro a Outubro	valores em milhões de Euros		
	2009	2010	TVH
Intra + Extra UE			
Saídas	26 340	30 304	15,0
Entradas	42 367	46 583	10,0
Saldo (fob-cif)	- 16 027	- 16 279	1,6
Cobertura (fob/cif)	62,2	65,1	-
Intra UE			
Expedições	19 886	22 727	14,3
Chegadas	33 221	34 883	5,0
Saldo (fob-cif)	- 13 335	- 12 156	-8,8
Cobertura (fob/cif)	59,9	65,2	-
Extra UE			
Exportações (Fob)	6 455	7 576	17,4
Importações (Cif)	9 146	11 700	27,9
Saldo (fob-cif)	- 2 691	- 4 124	53,3
Cobertura (fob/cif)	70,6	64,8	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2009	2010	TVH	2009	2010	TVH
Jan	4 048	4 014	-0,9	2 473	2 608	5,5
Fev	3 775	4 230	12,1	2 424	2 719	12,1
Mar	4 430	5 029	13,5	2 649	3 333	25,8
Abr	3 997	4 485	12,2	2 524	2 962	17,4
Mai	3 984	4 679	17,4	2 572	3 048	18,5
Jun	4 408	5 544	25,8	2 703	3 137	16,1
Jul	4 697	4 645	-1,1	3 117	3 402	9,2
Ago	3 590	4 160	15,9	2 041	2 532	24,0
Set	4 747	4 818	1,5	2 857	3 275	14,6
Out	4 691	4 979	6,1	2 980	3 287	10,3
Nov	4 718			2 911		
Dez	4 283			2 517		
1º Trim	12 253	13 273	8,3	7 546	8 659	14,8
2º Trim	12 389	14 708	18,7	7 799	9 148	17,3
3º Trim	13 034	13 624	4,5	8 015	9 209	14,9
4º Trim	13 692			8 407		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Saídas de Mercadorias

Entre Janeiro e Outubro de 2010, as saídas de mercadorias registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 15%. *Excluindo os produtos energéticos*, essa variação foi de 12,6% (Quadros 3.1 e 3.4).

Todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das saídas de mercadorias entre Janeiro e Outubro de 2010.

Relativamente ao período compreendido entre Janeiro e Outubro de 2010, as saídas de produtos “Energéticos” continuaram a ser aquelas que mais contribuíram para o crescimento homólogo do total das saídas, tendo crescido 63,1%. Destacam-se, ainda, os grupos de produtos “Madeira, Cortiça e Papel”, “Químicos”, “Minérios e Metais” e “Material de Transporte”, que registaram, respectivamente, taxas de crescimento homólogo positivas de 27,1%, 23,3%, 21,2% e 19,1%. Os grupos de produtos “Energéticos” (+3,1 p.p.), “Químicos” (+2,6 p.p.) e “Madeira, Cortiça e Papel” (+2,3 p.p.) também continuaram a ser aqueles que mais contribuíram para o comportamento positivo das saídas de mercadorias.

No último ano a terminar em Outubro de 2010, as saídas registaram uma variação homóloga positiva de 12,7%. Tal como para o período de Janeiro a Outubro de 2010, as saídas de todos os grupos de produtos registaram taxas de variação homóloga positivas e, consequentemente, contributos positivos para o crescimento total das saídas.

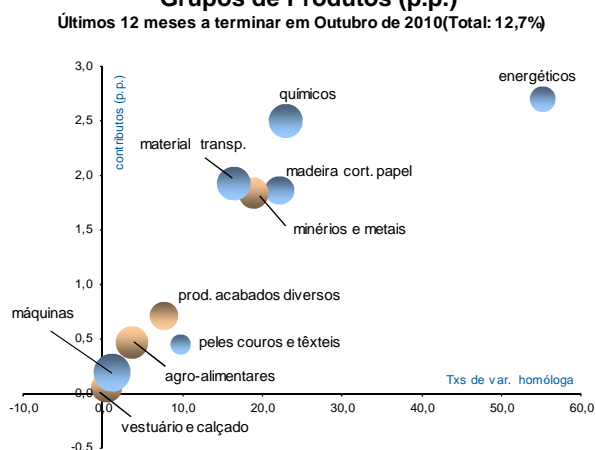
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das saídas nos últimos 12 meses.

A análise da figura e dos valores que constam no Quadro 3.4 validam a importância relativa dos contributos dos diferentes grupos de produtos no crescimento das saídas de mercadorias.

Neste período, destaca-se o comportamento dos grupos de produtos “Energéticos” (+55,1%) e “Químicos” (+22,8%). *Excluindo os produtos energéticos*, o crescimento das saídas foi de 10,5% (Quadro 3.4).

Os produtos “Energéticos” foram os produtos que mais contribuíram para a taxa de crescimento das saídas nos últimos 12 meses (+2,7 p.p.), face à paralisação da refinaria de Sines entre a segunda quinzena de Janeiro de 2009 até ao final de Fevereiro de 2010. Os produtos “Químicos” (+2,5 p.p.), “Madeira, cortiça e papel” e “Material de Transporte (ambos com +1,9 p.p.) também registaram contributos significativos para o crescimento total das saídas.

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)



Fonte: Quadro 3.4. Saídas de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período em análise.

Quadro 3.4. Saídas * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	Jan-Out		Anual		Jan-Out		últimos 12 meses		Jan-Out	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010	VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
Total das Saídas	26 340	30 304	100,0	100,0	100,0	100,0	12,7	12,7	15,0	15,0
000 Agro-Alimentares	3 319	3 461	8,1	12,7	12,6	11,4	3,7	0,5	4,3	0,5
100 Energéticos	1300	2 120	2,7	5,0	4,9	7,0	55,1	2,7	63,1	3,1
200 Químicos	2 969	3 661	9,4	11,3	11,3	12,1	22,8	2,5	23,3	2,6
300 Madeira, Cortiça e Papel	2 201	2 796	9,0	8,8	8,4	9,2	22,1	1,9	27,1	2,3
400 Peles, Couros e Têxteis	1 197	1 334	5,6	4,6	4,5	4,4	9,7	0,4	11,4	0,5
500 Vestuário e Calçado	2 927	2 970	14,0	10,9	11,1	9,8	0,4	0,0	1,5	0,2
600 Minérios e Metais	2 577	3 122	8,3	9,8	9,8	10,3	18,9	1,8	21,2	2,1
700 Máquinas	4 264	4 538	19,6	16,2	16,2	15,0	1,1	0,2	6,4	1,0
800 Material de Transporte	3 096	3 689	15,0	11,7	11,8	12,2	16,4	1,9	19,1	2,2
900 Produtos Acabados Diversos	2 490	2 614	8,2	9,0	9,5	8,6	7,7	0,7	5,0	0,5
Por memória:										
Total sem energéticos	25 041	28 184	97,3	95,0	95,1	93,0	10,5	10,0	12,6	11,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

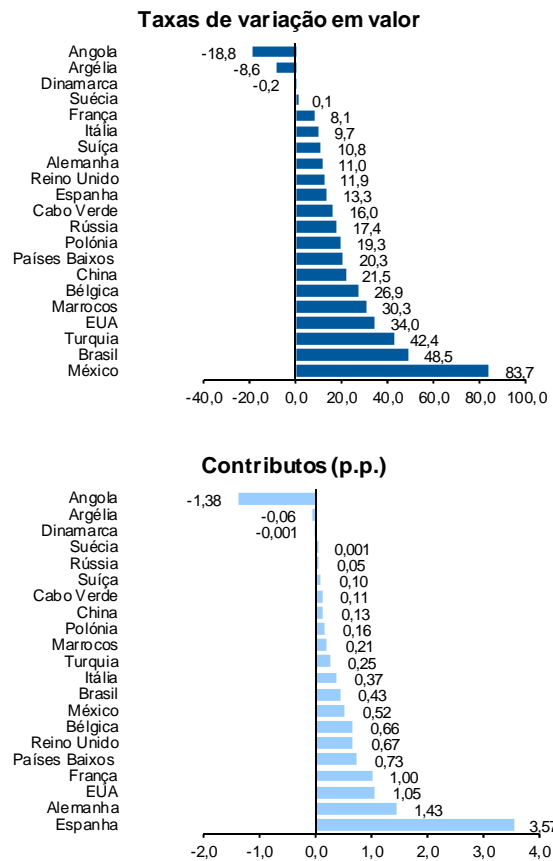
Entre Janeiro e Outubro de 2010, as expedições para os países da UE registaram um crescimento homólogo de 14,3%, sendo que as expedições com destino aos países da UE-15 aumentaram 13,9% e para os 12 Países do Alargamento 24,5%. As exportações para os Países Terceiros continuaram a registar uma taxa de crescimento homólogo superior à das expedições para a UE27, 17,4% (Quadro 3.5).

Relativamente às saídas com destino ao mercado comunitário, destaca-se o crescimento homólogo das expedições para a Alemanha (+14,1%) e para a Espanha (+13,5%). As expedições para estes dois países foram as que mais contribuíram para o crescimento das saídas (+1,8 p.p. e +3,6 p.p., respectivamente). As expedições de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 11,9% para o Reino Unido e 8,4% para a França.

Relativamente às saídas para os países terceiros, evidencia-se o comportamento positivo do México (+85,6%), do Brasil (+53,9%), da Turquia (+38,3%), de Marrocos (+37,3%) e dos EUA (37%). As taxas de variação homóloga das saídas com destino a Angola e a Argélia permanecem negativas (-18,7% e -4,5%, respectivamente).

A Figura 3.3 apresenta as taxas de variação em valor e os contributos dos diversos mercados para o crescimento das saídas nos últimos 12 meses. Angola destaca-se pela contribuição negativa mais acentuada (-1,4 p.p.) e Espanha pela maior contribuição positiva (+3,6 p.p.).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Seleção de Mercados e Contributos



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Jan-Out		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]			
			anual		Jan-Out		12 meses [1]		Jan-Out	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010	VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL	26 340	30 304	100,0	100,0	100,0	100,0	12,7	12,7	15,0	15,0
Intra UE-27	19 886	22 727	81,5	75,4	75,5	75,0	13,0	9,7	14,3	10,8
dos quais:										
UE-15	19 131	21 787	79,9	72,6	72,6	71,9	12,7	9,1	13,9	10,1
Espanha	7 093	8 052	26,1	27,2	26,9	26,6	13,3	3,6	13,5	3,6
Alemanha	3 450	3 936	13,4	12,9	13,1	13,0	11,0	1,4	14,1	1,8
França	3 308	3 586	13,8	12,4	12,6	11,8	8,1	1,0	8,4	1,1
R.Unido	1503	1682	9,4	5,7	5,7	5,5	11,9	0,7	11,9	0,7
Itália	1003	1138	4,4	3,8	3,8	3,8	9,7	0,4	13,5	0,5
P.Baixos	958	1186	4,1	3,6	3,6	3,9	20,3	0,7	23,7	0,9
Bélgica	643	849	4,2	2,4	2,4	2,8	26,9	0,7	32,1	0,8
Suécia	301	298	1,2	1,2	1,1	1,0	0,0	0,0	-1,0	0,0
Dinamarca	205	212	0,8	0,8	0,8	0,7	-0,2	0,0	3,1	0,0
Alargamento	755	940	1,6	2,9	2,9	3,1	21,2	0,6	24,5	0,7
Polónia	221	263	0,4	0,9	0,8	0,9	19,3	0,2	19,0	0,2
Extra UE-27	6 455	7 576	18,5	24,6	24,5	25,0	11,7	2,9	17,4	4,3
dos quais:										
Angola	1872	1523	2,2	7,1	7,1	5,0	-18,8	-1,4	-18,7	-1,3
EUA	810	1110	5,6	3,2	3,1	3,7	34,0	1,0	37,0	1,1
Brasil	231	356	0,5	0,9	0,9	1,2	48,5	0,4	53,9	0,5
Suíça	245	277	0,9	0,9	0,9	0,9	10,8	0,1	13,1	0,1
C.Verde	182	220	0,5	0,7	0,7	0,7	16,0	0,1	21,0	0,1
China	172	191	0,3	0,7	0,7	0,6	21,5	0,1	10,6	0,1
Marrocos	180	248	0,5	0,7	0,7	0,8	30,3	0,2	37,3	0,3
México	182	338	0,2	0,6	0,7	1,1	83,7	0,5	85,6	0,6
Turquia	163	226	0,6	0,6	0,6	0,7	42,4	0,2	38,3	0,2
Argélia	175	167	0,1	0,6	0,7	0,6	-8,6	-0,1	-4,5	0,0
Por memória:										
Rússia	80	101	0,2	0,3	0,3	0,3	17,4	0,1	25,7	0,1
PALOP	2 210	1936	2,9	8,4	8,4	6,4	-13,2	-1,1	-12,4	-1,0
EFTA	321	353	1,2	1,2	1,2	1,2	8,3	0,1	9,9	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

[1] (Nov 09 - Out 10) / (Nov 08 - Out 09) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Entradas de Mercadorias

Nos primeiros dez meses de 2010, as entradas de mercadorias registaram um crescimento homólogo de 10% (Quadro 3.6).

As entradas de mercadorias provenientes do mercado comunitário registaram um crescimento homólogo de 5%, tendo as entradas provenientes dos países da UE-15 crescido 4,9% e as provenientes dos países do Alargamento 8,4%. O crescimento homólogo das entradas provenientes do Reino Unido (+28%), da Suécia (+13,1%), e da Bélgica (+9,8%) continua a destacar-se.

A UE-27 continua a ser o principal mercado de origem das entradas, representando 74,9% das entradas de mercadorias, sendo que, aproximadamente, 72,6% são relativos aos países da UE-15. A Espanha continua a ser o principal mercado de origem das entradas de mercadorias (30,8% do total).

Entre Janeiro e Outubro de 2010, as entradas de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram, em termos homólogos, 27,9%, representando 25,1% do total das entradas.

Neste período, continua a evidenciar-se o crescimento homólogo das importações provenientes da Líbia (+106%), Índia (+56,2%), Arábia Saudita (+43,6%) e China (+42,4%). As importações com origem nos países da OPEP, onde se inclui Angola, representaram 7,2% do total das entradas e foram as que mais contribuíram para o crescimento das entradas de mercadorias (2,1 p.p.).

Entre Janeiro e Outubro de 2010, as entradas de "Energéticos" cresceram 31,7%, representando 15% do total das entradas, e contribuíram 4 p.p. para o crescimento das entradas de mercadorias. Em sentido oposto, destaca-se o decréscimo das entradas de "Máquinas" (-7,7%), as quais representaram 16,2% das entradas totais de mercadorias.

Quadro 3.6. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10º Euros (Cif) Jan-Out		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]			
			Anual		Jan-Out		12 meses [1]		Jan-Out	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010	VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS ENTRADAS	42 367	46 583	100,0	100,0	100,0	100,0	7,2	7,2	10,0	10,0
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	6 297	6 454	12,4	14,7	14,9	13,9	1,4	0,2	2,5	0,4
100-Energéticos	5 311	6 993	10,5	12,6	12,5	15,0	23,6	3,0	31,7	4,0
200-Químicos	6 481	7 153	13,7	15,2	15,3	15,4	9,5	1,4	10,4	1,6
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	1 956	2 128	5,0	4,6	4,6	4,6	6,6	0,3	8,8	0,4
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	2 929	3 164	7,6	6,8	6,9	6,8	6,3	0,4	8,0	0,6
500-Minérios e Metais	3 453	3 988	9,7	8,3	8,2	8,6	10,7	0,9	15,5	1,3
600-Máquinas [3]	8 172	7 546	21,2	19,2	19,3	16,2	-11,1	-2,2	-7,7	-1,5
700-Material de Transporte [4]	5 001	6 300	14,1	12,2	11,8	13,5	26,2	3,0	26,0	3,1
800-Prod. Acabados Diversos	2 767	2 857	5,9	6,4	6,5	6,1	2,7	0,2	3,3	0,2
Total sem energéticos	37 056	39 590	89,5	87,4	87,5	85,0	4,8	4,2	6,8	6,0
Mercados de origem										
Intra UE-27	33 221	34 883	79,5	78,6	78,4	74,9	3,6	2,8	5,0	3,9
dos quais:										
UE-15	32 220	33 797	77,8	76,2	76,0	72,6	3,5	2,6	4,9	3,7
Espanha	13 714	14 358	31,2	32,6	32,4	30,8	3,9	1,2	4,7	1,5
Alemanha	5 679	6 167	14,4	13,3	13,4	13,2	4,1	0,6	8,6	1,2
França	3 477	3 421	9,3	8,3	8,2	7,3	0,8	0,1	-1,6	-0,1
Itália	2 445	2 667	6,2	5,8	5,8	5,7	8,1	0,5	9,1	0,5
Países Baixos	2 355	2 417	4,7	5,5	5,6	5,2	1,4	0,1	2,6	0,1
Reino Unido	1 367	1 750	4,6	3,3	3,2	3,8	22,0	0,7	28,0	0,9
Bélgica	1 210	1 328	2,9	2,8	2,9	2,9	6,2	0,2	9,8	0,3
Suécia	430	486	1,3	1,0	1,0	1,0	7,6	0,1	13,1	0,1
Irlanda	411	442	0,8	1,0	1,0	0,9	10,8	0,1	7,4	0,1
Alargamento	1 002	1 086	1,7	2,4	2,4	2,3	8,7	0,2	8,4	0,2
Extra UE-27	9 146	11 700	20,5	21,4	21,6	25,1	20,2	4,4	27,9	6,0
dos quais:										
Nigéria	989	1 167	1,4	2,4	2,3	2,5	13,4	0,3	18,0	0,4
China	934	1 330	0,9	2,2	2,2	2,9	25,8	0,6	42,4	0,9
Brasil	778	833	1,7	1,7	1,8	1,8	0,3	0,0	7,1	0,1
EUA	747	690	2,1	1,7	1,8	1,5	-8,9	-0,2	-7,7	-0,1
Noruega	444	474	1,1	1,1	1,0	1,0	20,0	0,2	6,9	0,1
Rússia	423	365	1,2	1,0	1,0	0,8	-0,5	0,0	-13,8	-0,1
Arábia Saudita	337	485	0,6	0,8	0,8	1,0	22,6	0,2	43,6	0,3
Líbia	302	623	0,7	0,6	0,7	1,3	98,7	0,6	106,0	0,8
Suíça	263	306	0,6	0,6	0,6	0,7	17,6	0,1	16,2	0,1
Japão	248	306	1,3	0,6	0,6	0,7	10,1	0,1	23,3	0,1
Turquia	232	272	0,7	0,6	0,5	0,6	13,3	0,1	17,3	0,1
Coreia do Sul	236	207	0,5	0,5	0,6	0,4	-17,2	-0,1	-12,2	-0,1
Argélia	251	177	1,0	0,5	0,6	0,4	-44,1	-0,3	-29,5	-0,2
Índia	219	342	0,4	0,5	0,5	0,7	39,9	0,2	56,2	0,3
OPEP[5]	2 439	3 347	4,5	5,8	5,8	7,2	24,8	1,5	37,2	2,1
EFTA	728	793	1,8	1,8	1,7	1,7	17,6	0,3	9,0	0,2
PALOP	87	529	0,1	0,4	0,2	1,1	285,8	0,9	510,9	1,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

*Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

[1] (Nov 09 - Out 10) / (Nov 08 - Out 09) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores.

[4] Inclui tractores.

[5] Inclui Angola.

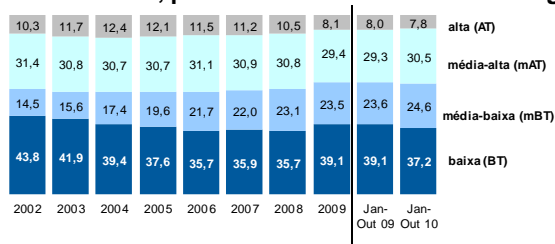
Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

No período de Janeiro a Outubro de 2010, as saídas de produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa+média alta) continuaram a ser aquelas com maior peso no total das saídas de produtos industriais transformados (55,1%), com uma maior taxa de crescimento homólogo (18,9% e 18,8% para os produtos de média baixa tecnologia e de média alta tecnologia, respectivamente) e, consequentemente, com uma maior contribuição para o crescimento das saídas de produtos industriais transformados. Os produtos de média alta intensidade tecnológica foram os que mais contribuíram para as saídas de produtos industriais transformados (5,5 p.p.) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

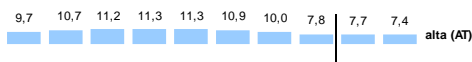
Nos dez primeiros meses de 2010, as saídas dos produtos de *baixa intensidade tecnológica* contribuíram para 37,2% do total das saídas de produtos industriais transformados e cresceram, em termos homólogos, 8,9%.

Apesar do peso das saídas de produtos de *alta intensidade tecnológica* continuar a apresentar uma tendência decrescente (7,8% entre Janeiro e Outubro de 2010), as saídas deste tipo de produtos cresceram, em termos homólogos, 11,7%.

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

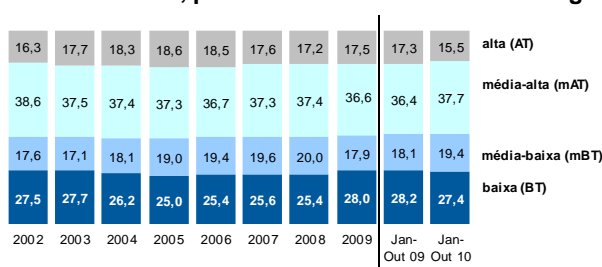


Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":



Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Nota:

Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respondidas. Os dados do período de Janeiro a Outubro de 2009 e 2010 são dados declarados.

Quadro 3.7. Saídas e Entradas * de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica	2009	Janeiro a Outubro		Taxas variação (%)			%total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)			
		2009	2010	média 2004-09	2009/08	Jan-Out 2010/09	2008	2009	Jan-Out		2009	Jan-Out 2010		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010			
SAÍDAS*														
Total dos prod. indust. transformados	29 989 042	24 922 022	28 510 835	0,2	-18,2	14,4	100,0	100,0	100,0	100,0	-18,2	14,4		
Alta tecnologia	2 414 667	1 982 112	2 214 891	-8,1	-37,1	11,7	10,5	8,1	8,0	7,8	-3,9	0,9		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	2 320 705	1 907 660	2 094 488	-6,6	-36,1	9,8	10,0	7,8	7,7	7,4	-3,6	0,8		
Média-alta tecnologia	8 810 227	7 310 826	8 684 177	-0,7	-21,9	18,8	30,8	29,4	29,3	30,5	-6,7	5,5		
Média-baixa tecnologia	7 034 011	5 888 383	7 002 797	6,3	-17,0	18,9	23,1	23,5	23,6	24,6	-3,9	4,5		
Baixa tecnologia	11 730 137	9 740 701	10 608 970	0,1	-10,3	8,9	35,7	39,1	39,1	37,2	-3,7	3,5		
<i>Por memória:</i>														
Total das Saídas	31 768 156	26 340 488	30 303 702	0,5	-18,4	15,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-18,4	15,0		
Residual [3]	1 779 113	14 148 467	17 928 667	7,1	-22,3	26,4	5,9	5,6	5,4	5,9	-1,3	1,4		
ENTRADAS*														
Total dos prod. indust. transformados	43 472 102	35 898 974	38 202 123	0,5	-16,6	6,4	100,0	100,0	100,0	100,0	-16,6	6,4		
Alta tecnologia	7 599 703	6 203 451	5 937 816	-0,5	-15,2	-4,3	17,2	17,5	17,3	15,5	-2,6	-0,7		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	6 928 309	5 709 971	5 655 702	-0,5	-15,7	-10	16,0	16,2	16,1	14,9	-2,5	-0,2		
Média-alta tecnologia	15 918 624	13 076 270	14 390 223	0,0	-18,4	10,0	37,4	36,6	36,4	37,7	-6,9	3,7		
Média-baixa tecnologia	7 797 767	6 511 148	7 409 843	0,3	-25,1	13,8	20,0	17,9	18,1	19,4	-5,0	2,5		
Baixa tecnologia	12 156 009	10 108 105	10 464 241	1,8	-8,2	3,5	25,4	28,0	28,2	27,4	-2,1	1,0		
<i>Por memória:</i>														
Total das Entradas	51 367 886	42 367 072	46 583 203	0,8	-20,0	10,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-20,0	10,0		
Residual [3]	7 895 784	6 468 098	8 381 080	3,2	-34,6	29,6	18,8	15,4	15,3	18,0	-6,5	4,5		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação. Os dados para o período de Janeiro a Outubro de 2009 e de Janeiro a Outubro de 2010 referem-se apenas a dados declarados.

Notas:

* Saídas: somatório das Expedições de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros; Entradas: somatório das Chegadas com origem no espaço comunitário com as Importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Saídas/Entradas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Saídas (Entradas) – Saídas (Entradas) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

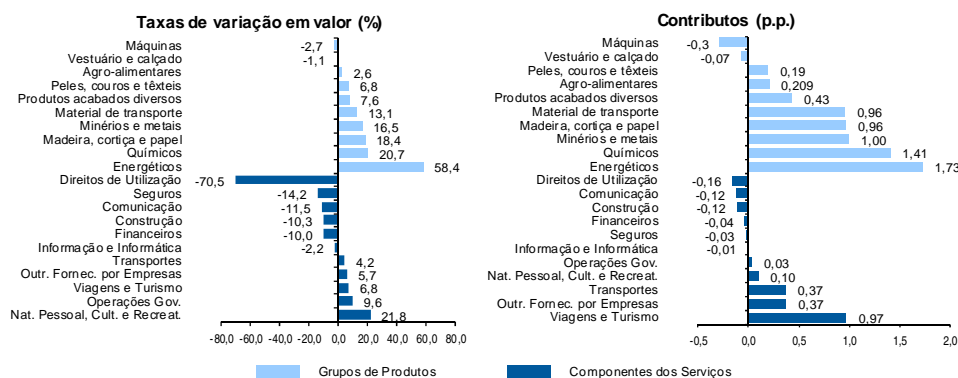
Os dados divulgados pelo Banco de Portugal para a Balança de Pagamentos, entre Janeiro e Setembro de 2010, apontam para um crescimento homólogo das "Exportações" (crédito) de Bens e Serviços de 12,6%. A componente dos Bens teve um contributo para este crescimento das "exportações" totais superior ao da componente dos Serviços (10 p.p. e 2,6 p.p., respectivamente).

Neste período, a componente dos Serviços representou 32,7% do total das "Exportações". No que se refere às "Importações" (débitos) o seu peso no total foi de 16,8% (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos últimos 12 meses, com base em dados do INE para as "exportações" de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as "exportações" de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das "exportações" de Bens e Serviços.

O contributo positivo dos Produtos Energéticos continua a evidenciar-se como sendo o mais significativo (+1,73 p.p.). Do lado dos serviços, mas de menor significado, destacam-se os serviços inscritos na rubrica Viagens e Turismo (0,97 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes Últimos 12 meses a terminar em Setembro de 2010



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as "Exportações" de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das "exportações" de Bens. A distribuição do contributo das "Exportações" de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Saídas de Bens (somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Janeiro a Setembro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		Jan-Set		média anual 04-09	12 meses [2]		Jan-Set	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010		VH	contrib. p.p. [1]	VH	contrib. p.p. [1]
CRÉDITO ("Exportações")											
Bens e Serviços	35 752	40 245	100,0	100,0	100,0	100,0	2,4	7,9	7,9	12,6	12,6
Bens	23 511	27 075	72,4	66,2	65,8	67,3	0,6	9,9	6,5	15,2	10,0
Serviços	12 240	13 170	27,6	33,8	34,2	32,7	6,6	4,0	1,4	7,6	2,6
Transportes	3 092	3 412	5,3	8,6	8,6	8,5	12,6	4,2	0,4	10,3	0,9
Viagens e Turismo	5 340	5 870	14,5	14,4	14,9	14,6	2,2	6,8	1,0	9,9	1,5
Comunicação	376	353	0,8	1,0	1,1	0,9	6,1	-11,5	-0,1	-6,1	-0,1
Construção	376	358	0,8	1,1	1,1	0,9	7,9	-10,3	-0,1	-4,8	-0,1
Seguros	83	70	0,3	0,2	0,2	0,2	-0,7	-14,2	0,0	-15,8	0,0
Financiários	111	115	0,4	0,3	0,3	0,3	-3,1	-10,0	0,0	3,7	0,0
Informação e Informática	199	202	0,3	0,5	0,6	0,5	17,9	-2,2	0,0	15	0,0
Direitos de Utilização	99	23	0,1	0,2	0,3	0,1	37,8	-70,5	-0,2	-76,9	-0,2
Outr. Fornec. por Empresas	2 276	2 428	4,4	6,7	6,4	6,0	11,2	5,7	0,4	6,7	0,4
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	163	198	0,4	0,5	0,5	0,5	7,8	218	0,1	215	0,1
Operações Governamentais	125	141	0,4	0,3	0,4	0,3	1,5	9,6	0,0	12,2	0,0
DÉBITO ("Importações" Fob)											
Bens e Serviços	44 084	48 160	100,0	100,0	100,0	100,0	1,6	3,6	3,6	9,2	9,2
Bens	36 323	40 083	85,9	82,7	82,4	83,2	0,9	4,3	3,5	10,4	8,5
Serviços	7 761	8 077	14,1	17,3	17,6	16,8	5,8	0,5	0,1	4,1	0,7
Transportes	2 238	2 383	4,5	5,1	5,1	4,9	4,2	15	0,1	6,5	0,3
Viagens e Turismo	2 070	2 252	4,0	4,5	4,7	4,7	4,0	4,5	0,2	8,8	0,4
Comunicação	349	324	0,5	0,7	0,8	0,7	8,3	-10,9	-0,1	-7,0	-0,1
Construção	91	66	0,2	0,2	0,2	0,1	-1,3	-25,6	-0,1	-27,5	-0,1
Seguros	146	133	0,4	0,3	0,3	0,4	-0,6	17,1	0,1	24,9	0,1
Financiários	137	174	0,3	0,3	0,3	0,4	4,8	10,7	0,0	26,3	0,1
Informação e Informática	275	266	0,3	0,6	0,6	0,6	17,1	18	0,0	-3,3	0,0
Direitos de Utilização	281	312	0,5	0,6	0,6	0,6	5,2	5,4	0,0	11,3	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	1 720	1 657	2,6	3,9	3,9	3,4	9,9	-5,7	-0,2	-3,6	-0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	364	370	0,5	0,8	0,8	0,8	10,8	5,0	0,0	14	0,0
Operações Governamentais	90	91	0,3	0,2	0,2	0,2	-2,6	-4,2	0,0	12	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal para as "Importações" totais de Bens e para as "Exportações" de Serviços.

Notas:

As "Exportações" das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Crédito) correspondem às Saídas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros). As "Importações" das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Débito) correspondem às Entradas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das "Chegadas" de mercadorias para a UE com as "Importações" para Países Terceiros).

Valores Fob para a "Importação" de bens.

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das "Exportações" / "Importações" atribuível a cada categoria especificada.

[2] 12 meses até Setembro de 2010.

Destaques

Previsões Macroeconómicas da CE, FMI e OCDE - Outono de 2010

Nos meses de Outubro e Novembro, o FMI, a CE e a OCDE divulgaram as previsões de Outono, contendo uma actualização das projecções macroeconómicas de 2010 a 2012. Face às previsões de Primavera, o PIB mundial foi revisto em alta para 2010, tendo sido especialmente significativo para a Alemanha e Japão, de entre as economias avançadas, e particularmente acentuado no Brasil no conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento. Para 2011, perspectiva-se um abrandamento da economia mundial extensível a todas as regiões. Ainda assim, a economia mundial deverá registar um crescimento robusto, assente no elevado dinamismo dos países asiáticos (China e Índia), América Latina e Rússia. De entre as principais economias avançadas, as Instituições Internacionais perspectivam uma desaceleração acentuada do Japão, um menor crescimento dos EUA e a manutenção de um crescimento moderado para a União Europeia, com evoluções muito distintas entre os estados membros.

Mais especificamente para a União Europeia, espera-se um abrandamento da actividade económica no final de 2010, o qual deverá prolongar-se ao longo de 2011, devido fundamentalmente à desaceleração da economia mundial, aos efeitos decorrentes da consolidação orçamental e à concretização de ajustamentos estruturais em alguns países.

Quadro 1. PIB

	(variação anual, em %)							Desvios face à Primavera de 2010, em p.p.					
	2009	2010			2011			2010			2011		
	CE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE
Economia Mundial	-0,7	4,5	4,8	4,6	3,9	4,2	4,2	0,5	0,6	0,0	-0,1	-0,1	-0,3
Economias Avançadas	-3,2*	:	2,7	:	:	2,2	:	:	0,4	:	:	-0,2	:
EUA	-2,7	2,7	2,6	2,7	2,1	2,3	2,2	-0,1	-0,5	-0,5	-0,4	-0,3	-1,0
Japão	-5,2	3,5	2,8	3,7	1,3	1,5	1,7	1,4	0,9	0,7	-0,2	-0,5	-0,3
União Europeia	-4,2	1,8	1,7	:	1,7	1,7	:	0,8	0,7	:	0,0	-0,1	:
Reino Unido	-5,0	1,8	1,7	1,8	2,2	2,0	1,7	0,6	0,4	0,5	0,1	-0,5	-0,8
Área do Euro	-4,1	1,7	1,7	1,7	1,5	1,5	1,7	0,8	0,7	0,5	0,0	0,0	-0,1
Alemanha	-4,7	3,7	3,3	3,5	2,2	2,0	2,5	2,5	2,1	1,6	0,6	0,3	0,4
França	-2,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	0,3	0,1	-0,1	0,1	-0,2	-0,5
Itália	-5,0	1,1	1,0	1,0	1,1	1,0	1,3	0,3	0,2	-0,1	-0,3	-0,2	-0,2
Espanha	-3,7	-0,2	-0,3	-0,2	0,7	0,7	0,9	0,2	0,1	0,0	-0,1	-0,2	0,0
Portugal	-2,6	1,3	1,1	1,5	-1,0	0,0	-0,2	0,8	0,8	0,5	-1,7	-0,7	-1,0
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	2,5*	:	7,1	:	:	6,4	:	:	0,8	:	:	-0,1	:
Rússia	-7,9	3,5	4,0	3,7	3,8	4,3	4,2	-0,2	0,0	-1,8	-0,2	1,0	-0,9
China	8,7	10,5	10,5	10,5	9,2	9,6	9,7	0,2	0,5	-0,6	-0,2	-0,3	0,0
Índia	7,4	8,5	9,7	9,1	8,3	8,4	8,2	0,4	0,9	0,8	0,3	0,0	-0,3
Brasil	-0,2	7,4	7,5	7,5	4,8	4,1	4,3	1,7	2,0	1,0	0,3	0,0	-0,7

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, Outubro 2010; Comissão Europeia, *Economic Forecast* e OCDE, *Economic Outlook*, Novembro 2010. * FMI.

Associado à aceleração dos preços das matérias-primas, sobretudo do petróleo, a taxa de inflação deve aumentar ligeiramente na União Europeia em 2011, conforme prevê a CE, embora permanecer fraca para a maioria das economias avançadas.

Quadro 2. Taxa de inflação e preço das matérias-primas

	(variação anual, em %)						Desvios face à Primavera de 2010, em p.p.						
	2009		2010		2011		2010			2011			
	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	
Economias Avançadas	0,1*	:	1,4	:	:	1,3	:	:	-0,1	:	:	-0,1	:
EUA	-0,4	1,6	1,4	1,6	1,1	1,0	1,1	-0,1	-0,7	-0,3	0,8	-0,7	0,0
Japão	-1,4	-0,9	-1,0	-0,9	-0,7	-0,3	-0,8	-0,4	0,4	-0,2	-0,3	0,2	-0,5
União Europeia	1,0	2,0	1,9	:	2,1	1,8	:	0,2	0,4	:	0,4	0,3	:
Reino Unido	2,2	3,2	3,1	3,1	2,6	2,5	2,6	0,8	0,4	0,1	1,2	0,9	1,1
Área do Euro	0,3	1,5	1,6	1,5	1,8	1,5	1,3	0,0	0,5	0,1	0,1	0,2	0,3
Alemanha	0,2	1,1	1,3	1,0	1,8	1,4	1,2	-0,2	0,4	-0,3	0,3	0,4	0,2
França	0,1	1,7	1,6	1,6	1,6	1,6	1,1	0,3	0,4	-0,1	0,0	0,1	0,0
Itália	0,8	1,6	1,6	1,5	1,8	1,7	1,4	-0,2	0,2	0,3	-0,2	0,0	0,4
Espanha	-0,2	1,7	1,5	1,5	1,5	1,1	0,9	0,1	0,3	0,1	-0,1	0,1	0,3
Portugal	-0,9	1,4	0,9	1,4	2,3	1,2	2,3	0,4	0,1	0,5	0,9	0,1	1,2
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	5,2*	:	6,2	:	:	5,2	:	:	0,0	:	:	0,5	:
Rússia	11,7	7,5	6,6	6,8	6,5	7,4	7,7	-1,5	-0,4	0,3	-1,3	1,7	0,6
China	-0,7	3,3	3,5	3,1	3,3	2,7	3,3	-0,6	0,4	0,6	-1,6	0,3	0,8
Índia	10,9*	:	13,2	9,1	:	6,7	5,8	:	0,0	-1,1	:	1,2	-0,5
Brasil	4,9*	:	5,0	5,6	:	4,6	5,3	:	-0,1	-0,6	:	0,0	0,3
<i>em memória:</i>													
Preço médio do petróleo Brent (USD/bbl)	62,0	79,9	76,2	80,0	88,9	78,8	80,0	-4,6	-3,8	3,0	-0,3	-4,3	3,0
Preço das matérias primas excl. prod. energ. (taxa de variação, em %)	-19,0	23,5	16,8	:	4,9	-2,0	:	0,4	2,9	:	3,4	-1,5	:

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, Outubro 2010; Comissão Europeia, *Economic Forecast* e OCDE, *Economic Outlook*, Novembro 2010. * FMI.

Para a área do euro (AE), as componentes do PIB que mais contribuíram para o crescimento em 2010 foram as exportações (+10,7%) e o investimento em bens de equipamento (+4,9%), reflectindo a melhoria da economia mundial mais cedo do que o inicialmente previsto apesar das perturbações ocorridas nos mercados financeiros internacionais, associadas em parte, ao risco da dívida soberana em alguns países durante este ano. O abrandamento da economia mundial esperado constitui um dos factores que mais vai influenciar a desaceleração das exportações da área do euro, em 2011, embora mantendo contudo um forte crescimento (+6,1%).

Assim, nos próximos dois anos, perspectiva-se que seja a procura interna a dinamizar o crescimento económico nas principais economias da área do euro. A melhoria das perspectivas de emprego e a manutenção de uma taxa de inflação moderada são os factores que mais devem contribuir para a aceleração do consumo das famílias, embora o recurso ao menor endividamento por parte dos agregados familiares possa constituir um entrave ao aumento deste indicador. Pelo contrário, a procura interna dos países periféricos estará, por sua vez, condicionada pelos efeitos das medidas restritivas que visam a correcção dos défices orçamentais e externos e sujeita ao processo de ajustamento das suas economias.

O mercado de trabalho deve melhorar nos próximos dois anos, estando previsto um aumento do emprego em 0,3% e 0,6% para a área do euro nos anos de 2011 e 2012, invertendo a tendência de quebra registada em 2009 e 2010. Igualmente, a taxa de desemprego deve diminuir para 9,6% para a AE em 2012 (10,1%, em 2010).

Quadro 2. Taxa de desemprego

	(Em % da População Activa)							Desvios face à Primavera de 2010, em p.p.					
	2009	2010			2011			2010			2011		
	CE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE
Economias Avançadas	8,0*	:	8,3	:	:	8,2	:	:	-0,1	:	:	0,2	:
EUA	9,3	9,6	9,7	9,7	9,4	9,6	9,5	-0,1	0,3	0,0	-0,4	1,3	0,6
Japão	5,1	5,1	5,1	5,1	4,9	5,0	4,9	-0,2	0,0	0,2	-0,4	0,1	0,0
Área do Euro	9,5	10,1	10,1	9,9	10,0	10,0	9,6	-0,2	-0,4	-0,2	-0,4	0,5	-0,5
Alemanha	7,5	7,3	7,1	6,9	6,7	7,1	6,3	-0,5	-1,5	-0,7	-1,1	-2,2	-1,7
França	9,5	9,6	9,8	9,3	9,5	9,8	9,1	-0,6	-0,2	-0,5	-0,6	-0,1	-0,4
Itália	7,8	8,4	8,7	8,6	8,3	8,6	8,5	-0,4	0,0	-0,1	-0,5	0,0	-0,3
Espanha	18,0	20,1	19,9	19,8	20,2	19,3	19,1	0,4	0,5	0,8	0,4	0,6	0,9
Portugal	9,6	10,5	10,7	10,7	11,1	10,9	11,4	0,6	-0,3	0,1	1,2	0,6	1,0
Bélgica	7,9	8,6	8,7	8,6	8,8	8,5	8,8	-0,2	-0,6	0,4	-0,2	-0,9	0,5
Irlanda	11,9	13,7	13,5	13,6	13,5	13,0	13,6	-0,1	0,0	-0,1	0,1	0,0	0,6
Grécia	9,5	12,5	11,8	12,2	15,0	14,6	14,5	0,7	-0,2	0,1	1,8	1,6	0,2
Chipre	5,3	6,8	7,1	:	6,6	6,9	:	0,1	1,0	:	-0,4	0,5	:
Malta	7,0	6,6	6,9	:	6,6	6,9	:	-0,7	-0,4	:	-0,6	-0,3	:
Luxemburgo	5,1	5,5	5,8	6,0	5,6	5,6	5,9	-0,6	-0,4	0,0	-0,8	-0,1	0,1
Países Baixos	3,7	4,5	4,2	4,1	4,4	4,4	4,4	-0,4	-0,7	-0,5	-0,8	-0,3	-0,4
Áustria	4,8	4,4	4,1	4,5	4,2	4,2	4,4	-0,7	-1,3	-0,4	-1,2	-1,3	-0,6
Eslovénia	5,9	7,2	7,8	7,2	7,2	8,1	7,6	0,2	0,4	:	-0,1	1,3	:
Finlândia	8,2	8,3	8,8	8,6	7,8	8,7	8,2	-1,2	-1,0	-0,8	-1,4	-0,9	-0,8
Eslováquia	12,0	14,5	14,1	14,1	14,2	12,7	13,4	0,4	2,5	0,1	0,9	2,0	0,0
União Europeia	8,9	9,6	:	:	9,5	:	:	-0,2	:	:	-0,2	:	:
Reino Unido	7,6	7,8	7,9	7,9	7,9	7,4	7,8	0,0	-0,4	-0,2	0,5	-0,5	-0,1
Dinamarca	6,0	6,9	4,2	7,2	6,3	4,7	7,2	0,0	0,0	0,0	-0,2	0,0	0,3
Suécia	8,3	8,3	8,2	8,4	8,0	8,2	8,0	-0,9	0,0	-0,4	-0,8	0,5	-0,7
Rep. Checa	6,7	7,3	8,3	7,5	7,0	8,0	7,1	-1,0	-0,5	-0,3	-1,0	-0,5	-0,4

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, Outubro 2010; Comissão Europeia, *Economic Forecast* e OCDE, *Economic Outlook*, Novembro 2010.

Refira-se, contudo, que se assiste actualmente a um aumento da incerteza relativamente à perspectiva da continuação da retoma económica mundial, salientando-se a existência de elevados riscos que apontam para um crescimento global menos acentuado. Esta situação pode provocar uma subida dos custos de financiamento, já de si muito fragilizado em diversos países, e conduzir a um agravamento das condições de financiamento dos empréstimos bancários destinados aos agentes económicos com repercussões no investimento e no consumo privado. Deste modo, o cenário de uma deterioração da situação dos mercados financeiros internacionais poderá pesar acentuadamente no crescimento económico mundial, devido aos efeitos de contágio internacionais canalizados pelos mecanismos de transmissão financeiros e comerciais.

Previsões da Comissão Europeia - Outono 2010 - Finanças Públicas

Depois de em 2009 as finanças públicas da maioria dos países da União Europeia terem sofrido o impacto da crise económica e financeira, em 2010 a Comissão Europeia espera que a maioria dos países reduza os seus défices orçamentais. Esta melhoria deverá resultar da evolução económica, do fim das medidas de estímulo económico e das medidas de consolidação orçamental entretanto implementadas. Deste modo, a projecção agora apresentada é mais favorável que a efectuada na Primavera, apontando para um saldo das administrações públicas dos países da União Europeia (U.E.) de -6,8% do PIB em 2010, face a -7,2% do PIB projectado anteriormente. No conjunto dos países da área do euro, o défice das administrações públicas deverá atingir 6,3% do PIB em 2010, representando uma melhoria de 0,3 p.p. em relação às anteriores previsões. A prossecução da consolidação orçamental deverá ser obtida através de uma diminuição mais acentuada das despesas, esperando-se que as receitas venham a aumentar moderadamente para valores em percentagem do PIB semelhantes aos anteriores à crise. Neste contexto, para 2011, a Comissão Europeia projecta uma redução do défice das Administrações Públicas para 5,1% do PIB no conjunto dos países da U.E. e para 4,6% na área do euro.

Quadro 4. Saldo orçamental das Administrações Públicas

	Em % do PIB			Diferenças face à Primavera de 2010, em p.p.	
	2009	2010	2011	2010	2011
Economias Avançadas					
EUA	-11,2	-11,3	-8,9	-1,3	1,0
Japão	-6,3	-6,5	-6,4	0,2	0,2
Área do Euro	-6,3	-6,3	-4,6	0,3	1,5
Alemanha	-3,0	-3,7	-2,7	1,3	2,0
França	-7,5	-7,7	-6,3	0,3	1,1
Itália	-5,3	-5,0	-4,3	0,3	0,7
Espanha	-11,1	-9,3	-6,4	0,5	2,4
Portugal	-9,3	-7,3	-4,9	1,2	3,0
Bélgica	-6,0	-4,8	-4,6	0,2	0,4
Irlanda	-14,4	-32,3	-10,3	-20,6	1,8
Grécia	-15,4	-9,6	-7,4	-0,3	2,5
Chipre	-6,0	-5,9	-5,7	1,2	2,0
Malta	-3,8	-4,2	-3,0	0,1	0,6
Luxemburgo	-0,7	-1,8	-1,3	1,7	2,6
Países Baixos	-5,4	-5,8	-3,9	0,5	1,2
Áustria	-3,5	-4,3	-3,6	0,4	1,0
Eslovénia	-5,8	-5,8	-5,3	0,3	-0,1
Finlândia	-2,5	-3,1	-1,6	0,7	1,3
Eslováquia	-7,9	-8,2	-5,3	-2,2	0,1
União Europeia	-6,8	-6,8	-5,1	0,4	1,4
Reino Unido	-11,4	-10,5	-8,6	-3,3	-2,1
Dinamarca	-2,7	-5,1	-4,3	0,4	0,6
Suécia	-0,9	-0,9	-0,1	1,2	1,5
Rep. Checa	-5,8	-5,2	-4,6	0,5	1,1

Fonte: Comissão Europeia, *Economic Forecast*, Novembro 2010.

Para Portugal, a Comissão Europeia prevê uma redução do défice das administrações públicas de 2,0 p.p., em 2010, e de 2,4 p.p. em 2011, aproximando-se do valor médio dos países da área do euro e situando-se abaixo da média dos países da U.E. Se em 2010 as medidas tomadas com o objectivo da consolidação orçamental, bem como outras medidas temporárias, terão maior impacto pelo lado da receita (que passa de 38,8%, em 2009, para 42% do PIB, em 2010), em 2011, a consolidação será mais

forte do lado da despesa (que deverá diminuir de 49,3%, em 2010, para 46,8% do PIB em 2011), apesar do forte aumento da despesa com juros (que se prevê aumentar 0,8 p.p. do PIB em 2011).

Quanto ao rácio da dívida pública da U.E, em termos do PIB, a Comissão Europeia prevê que continue a aumentar no horizonte temporal das previsões, sendo que o crescimento será cada vez menos acentuado em resultado da melhoria prevista nos saldos primários. Assim, a União Europeia deverá registar um aumento da dívida das administrações públicas de 5,2 p.p. em 2010 e de 2,7 p.p. em 2011. A área do euro deverá seguir igual tendência, com a respectiva dívida pública a crescer 5,1 p.p. em 2010 e 2,4 p.p. em 2011. Apesar da revisão em baixa das projecções para o rácio da dívida pública, a Comissão Europeia refere a necessidade de correcção desta tendência, chamando a atenção para os problemas de sustentabilidade que se poderão colocar no longo prazo dada a conjugação de factores como a manutenção de défices elevados, menor crescimento potencial quando comparado com o passado e o impacto desfavorável da evolução demográfica.

Quadro 5. Dívida das Administrações Públicas

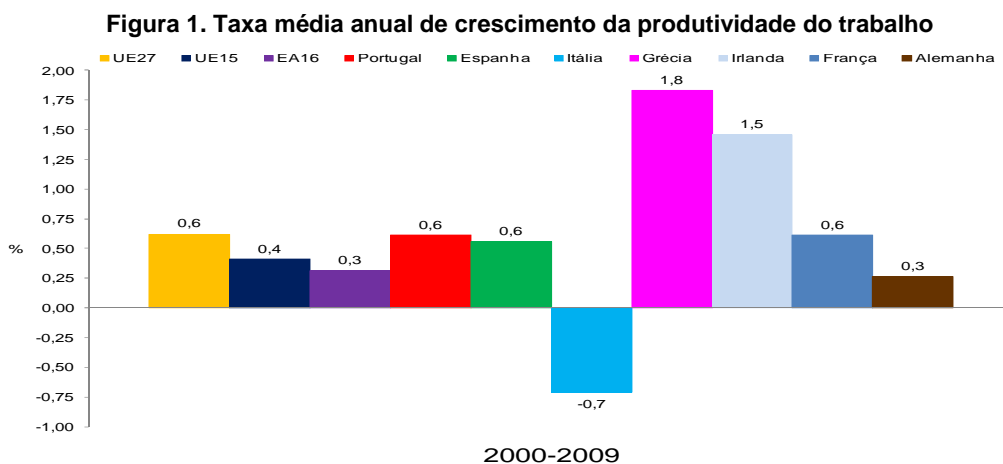
	Em % do PIB			Diferenças face à Primavera de 2010, em p.p.	
	2009	2010	2011	2010	2011
Economias Avançadas					
EUA	84,7	92,2	98,4	-1,4	-4,1
Japão	188,9	192,3	195,9	-1,2	1,0
Área do Euro	79,2	84,2	86,7	-0,5	-1,8
Alemanha	73,4	75,7	75,9	-3,1	-5,7
França	78,1	83,0	86,8	-0,6	-1,8
Itália	116,0	118,9	120,2	0,7	1,3
Espanha	53,2	64,4	69,7	-0,5	-2,8
Portugal	76,1	82,8	88,8	-3,0	-2,3
Bélgica	96,2	98,6	100,5	-0,4	-0,4
Irlanda	65,5	97,4	107,0	20,1	19,7
Grécia	126,8	140,2	150,2	15,3	16,3
Chipre	58,0	62,2	65,2	-0,1	-2,4
Malta	68,6	70,4	70,8	-1,1	-1,7
Luxemburgo	14,5	18,2	19,6	-0,8	-4,0
Países Baixos	60,8	64,8	66,6	-1,5	-3,0
Áustria	67,5	70,4	72,0	-15,4	-19,1
Eslovénia	35,4	40,7	44,8	-0,9	-0,6
Finlândia	43,8	49,0	51,1	-1,5	-3,8
Eslováquia	35,4	42,1	45,1	1,3	1,1
União Europeia	74,0	79,1	81,8	-0,5	-2,0
Reino Unido	68,2	77,8	83,5	-1,3	-3,4
Dinamarca	41,5	44,9	47,5	-1,1	-2,0
Suécia	41,9	39,9	38,9	-2,7	-3,2
Rep. Checa	35,3	40,0	43,1	0,2	-0,4

Fonte: Comissão Europeia, *Economic Forecast*, Novembro 2010.

Em Portugal, a dívida pública em percentagem do PIB deverá seguir uma trajectória ascendente, prevendo a Comissão Europeia que este rácio cresça 12,7 p.p. entre 2009 e 2011, acima do esperado para a média da União Europeia e da área do euro.

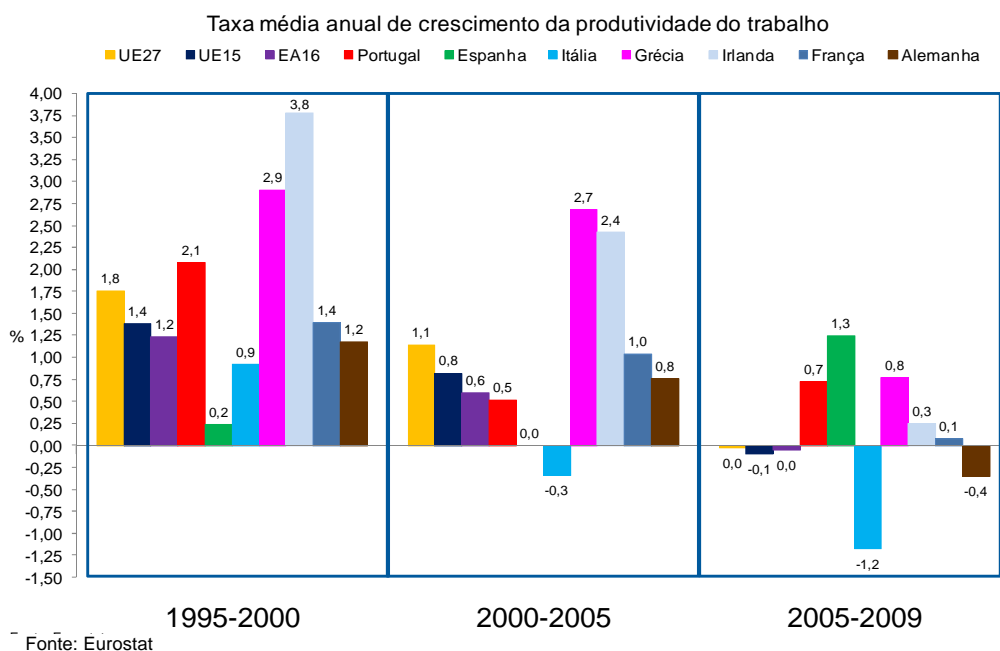
Evolução da Produtividade na Última Década

Neste destaque fazemos uma breve análise à evolução da produtividade em Portugal ao longo da década. Um primeiro facto a destacar é que o crescimento da produtividade do trabalho em Portugal foi superior ao da zona euro e da UE15 (países da UE pré-alargamento), (Figura 1).



Este crescimento da produtividade em Portugal a um ritmo superior ao da zona euro e da UE15 decorre do seu comportamento na segunda metade da década (Figura 2). Enquanto na primeira metade a produtividade aumentou menos do que na zona euro e na UE15, na segunda metade a produtividade aumentou a um ritmo bastante superior ao europeu.

Figura 2. Taxa média anual de crescimento da produtividade do trabalho ao longo de três períodos de tempo diferentes



Vantagens Comparativas Reveladas do Comércio Internacional Português por Grupos de Produtos

1. Introdução

Pretende-se com esta análise, apresentar de forma sucinta, o Índice das Vantagens Comparativas Reveladas dos produtos mais relevantes para a Economia Portuguesa.

A secção seguinte é dedicada a uma síntese teórica da formulação subjacente ao cálculo do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) e na terceira apresenta-se uma análise das Vantagens Comparativas Reveladas Portuguesas dos produtos mais relevantes para a Economia Portuguesa ao nível da Nomenclatura Combinada (NC) a dois dígitos, decompondo-se posteriormente os valores do comércio internacional português numa análise *shift-share* comparativa.

2. Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR)

O Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) foi enunciado primeiramente por Balassa (1965), baseado na lei das vantagens comparativas formulada por David Ricardo (1817). O Índice de Vantagens Comparativas Reveladas mede a intensidade da especialização do comércio internacional de um país relativamente a uma região ou ao mundo. Este é um indicador da estrutura relativa das exportações de um país/região ao longo do tempo e utiliza o peso de um dado sector nas exportações mundiais para normalizar o peso das exportações desse mesmo sector para cada país/região. O índice de Balassa segue uma distribuição assimétrica com um limite inferior de 0 (zero) e um limite superior variável⁶. O IVCR é calculado através da seguinte fórmula:

$$IVCR_j = \frac{\frac{X_{ij}}{X_i}}{\frac{X_{wj}}{X_w}}$$

Onde X_{ij} corresponde ao valor das exportações do país do produto j , X_i ao valor total das exportações do país, X_{wj} ao valor total das exportações mundiais do produto j e X_w ao valor total das exportações mundiais. Se o $IVCR_j$ é superior a 1, o país possui vantagem comparativa revelada para as exportações do produto j , ou seja, esse país encontra-se relativamente especializado na exportação desse bem. Por outro lado, se o $IVCR_j$ é inferior a 1, o país possui desvantagem comparativa revelada para a exportação do produto j .

Foram utilizados os dados da vantagem comparativa revelada provenientes da *International Trade by Commodity Statistics* (ITCS) da OCDE. Segundo esta metodologia, o modo de cálculo é o descrito anteriormente, que considera a quota de exportação de um produto, definido pela OCDE de acordo com o Sistema Harmonizado a 2 dígitos, no total de exportação de mercadorias de um país, ponderado pela quota de exportação desse produto (ou tipo de produtos) numa região ou no mundo (onde se considera para o efeito o conjunto de países que integram as Nações Unidas). Para o cálculo do denominador é utilizada a base de dados COMTRADE das Nações Unidas.

⁶ Para uma análise mais detalhada das características do índice de Balassa observar Benedictis e Tambari (2004).

3. Índice de Vantagem Comparativa Revelada dos Produtos mais relevantes para a Economia Portuguesa

Esta análise é desagregada ao nível da nomenclatura combinada a dois dígitos para os 46 produtos com maior IVCR e também para seis produtos adicionais, que apresentavam um peso na exportação⁷ portuguesa superior a 1% em 2008.

No Quadro 1, ordenam-se os produtos exportados com maior IVCR em 2007. Em 2007, os produtos portugueses com maior IVCR⁸ são a “Cortiça e suas obras” (com grande destaque, com um índice de 149,05), os “produtos cerâmicos” (5,67), “calçado, polainas e artefactos semelhantes, e suas partes” (5,52), “outros artefactos têxteis confeccionados; sortidos; artefactos de matérias têxteis, calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, usados; trapos” (5,00), “tabaco e seus sucedâneos manufacturados” (4,27), “bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres” (3,61), “vestuário e acessórios, de malha” (3,56) “obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes” (3,22), “sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento” (3,22) e “fibras sintéticas ou artificiais” (2,55).

Quadro 1. Produtos com maior índice de vantagem comparativa revelada e peso na exportação em 2000, 2005 e 2007, ordenação de acordo com o índice de vantagem comparativa revelada em 2007

Posição em 2007	NC	Descrição dos produtos da NC-2	IVCR		
			2000	2005	2007
Produtos com maior Índice de Vantagem Comparativa Revelada					
1	45	Cortiça e suas obras	148,02	155,29	149,05
2	69	Produtos cerâmicos	5,26	6,00	5,67
3	64	Calçado, polainas e artefactos semelhantes, e suas partes	8,16	6,44	5,52
4	63	Outros artefactos têxteis confeccionados; sortidos; artefactos de matérias têxteis, calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, usados; trapos	11,84	6,22	5,00
5	24	Tabaco e seus sucedâneos manufacturados	0,60	3,03	4,27
6	22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	3,95	3,87	3,61
7	61	Vestuário e seus acessórios, de malha	5,66	4,70	3,56
8	68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes	3,05	3,05	3,22
9	25	Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	0,79	2,04	2,70
10	55	Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas	2,36	2,50	2,55
11	70	Vidro e suas obras	1,84	2,33	2,43
12	56	Pastas (ouates), feltros e falsos tecidos; fios especiais, cordéis, cordas e cabos; artigos de cordoaria	3,04	3,21	2,33
13	58	Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados	0,92	1,58	2,29
14	94	Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos em outros capítulos; anúncios, tabuletas ou cartazes e placas indicadoras, luminosos e artigos semelhantes	1,26	2,17	2,14
15	51	Lã, pêlos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina	1,97	2,19	2,06
16	57	Tapetes e outros revestimentos para pavimentos, de matérias têxteis	1,36	1,85	2,05
17	44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1,34	1,79	1,94
18	3	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	1,35	1,71	1,94
19	16	Preparações de carne, de peixes, de crustáceos e de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos	1,64	1,85	1,94
20	5	Outros produtos de origem animal, não especificados nem compreendidos noutros capítulos	1,57	1,55	1,80
21	59	Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis	3,00	1,98	1,72
22	62	Vestuário e seus acessórios, excepto de malha	2,84	1,98	1,72
23	65	Chapéus e artefactos de uso semelhante, e suas partes	0,77	1,68	1,71
24	20	Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas	1,57	1,58	1,65
25	83	Obras diversas de metais comuns	1,52	1,60	1,65
26	40	Borracha e suas obras	1,18	1,68	1,64
27	13	Gomas, resinas e outros sucos e extractos vegetais	1,15	0,62	1,62
28	17	Açúcares e produtos de confeitaria	0,75	0,96	1,57
29	93	Armas e munições, suas partes e acessórios	2,67	1,93	1,53
30	76	Alumínio e suas obras	1,14	1,40	1,48

⁷ A exportação aqui é entendida como saídas de mercadorias, ou seja como a soma do comércio intra e extracomunitário, ou seja a soma das expedições para países comunitários com as “exportações” para países terceiros.

⁸ “Cortiça e suas obras” (Cap.º 45 da nomenclatura combinada), “produtos cerâmicos” (Cap.º 69), “calçado, polainas e artefactos semelhantes, e suas partes” (Cap.º 64), “outros artefactos têxteis confeccionados; sortidos; artefactos de matérias têxteis, calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, usados; trapos” (Cap.º 63), “tabaco e seus sucedâneos manufacturados” (Cap.º 24), “bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres” (Cap.º 22), “vestuário e acessórios, de malha” (Cap.º 61), “obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes” (Cap.º 68), “sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento” (Cap.º 25) e “fibras sintéticas ou artificiais” (Cap.º 55).

31	47	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas)	5,81	5,22	1,40
32	26	Minérios, escórias e cinzas	1,30	1,11	1,39
33	87	Veículos automóveis, tractores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	1,48	1,41	1,32
34	4	Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, não especificados nem compreendidos noutros capítulos	1,40	1,37	1,31
35	73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1,16	1,40	1,31
36	15	Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	1,44	1,55	1,20
37	39	Plástico e suas obras	0,77	1,06	1,16
38	52	Algodão	1,55	1,19	1,16
39	19	Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou leite; produtos de pasteleria	0,82	1,23	1,13
40	7	Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	0,77	1,04	1,13
41	48	Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	1,76	2,26	1,10
42	34	Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem, preparações lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos de conservação e limpeza, velas e artigos semelhantes, massas ou pastas para modelar, ceras para dentistas	1,01	0,95	1,08
43	82	Ferramentas, artefactos de cutelaria e talheres, e suas partes, de metais comuns	0,93	0,96	1,02
44	21	Preparações alimentícias diversas	0,92	0,90	0,96
45	6	Plantas vivas e produtos de floricultura	0,38	1,17	0,96
46	32	Extractos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; pigmentos e outras matérias corantes; tintas e vernizes; mástiques; tintas de escrever	0,43	1,10	0,94
Produtos adicionais com peso superior a 1% do total das exportações portuguesas					
47	85	Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão e suas partes e acessórios	0,89	0,75	0,90
48	84	Reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	0,37	0,60	0,54
49	27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	0,24	0,35	0,38
50	72	Ferro fundido, ferro e aço	0,68	0,79	0,87
51	29	Produtos químicos orgânicos	0,62	0,67	0,68
52	30	Produtos farmacêuticos	0,56	0,40	0,39

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE e OCDE (para o valor da exportação total a fonte é a COMTRADE das Nações Unidas).

Comparando a evolução dos produtos com maior evolução no diferencial de IVCR entre 2000 e 2007 (Quadros 2 e 3), verifica-se que as mercadorias com maior crescimento neste índice⁹ foram as do “Tabaco e seus sucedâneos manufacturados” (3,67), “Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento” (1,91), “tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados” (1,37) e “cortiça e suas obras” (1,03).

Por outro lado, as mercadorias que obtiveram o maior decréscimo¹⁰ na vantagem comparativa são essencialmente produtos tradicionais de exportação de Portugal, nomeadamente “Outros artefactos têxteis confeccionados; sortidos; artefactos de matérias têxteis, calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, usados; trapos” (-6,84), as “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar, desperdícios e aparas” (-4,41), o “calçado, polainas e artefactos semelhantes, e suas partes” (-2,64), o “vestuário e seus acessórios, de malha” (-2,10), bem como os tecidos impregnados (-1,28).

Quadro 2. Maiores diferenciais positivos na evolução do IVCR entre 2000 e 2007

(Seleção dos produtos com diferenciais superiores a 0,5)

NC-2 Produtos*	24 Tabaco	25 Sal	58 Tecidos especiais	45 Cortiça	65 Chapéus	94 Móveis	17 Açucars	57 Tapetes	44 Madeira	70 Vidro	03 Peixes	06 Plantas	32 Tintas
gap (2000 - 2007)	3,67	1,91	1,37	1,03	0,94	0,88	0,82	0,69	0,60	0,59	0,58	0,51	

Fonte: Fonte: GEE, a partir de dados da OCDE.

⁹ “Tabaco e seus sucedâneos manufacturados” (Cap.º 24 da nomenclatura combinada), “Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento” (Cap.º 25), “tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados” (Cap.º 58) e “cortiça e suas obras” (Cap.º 45).

¹⁰ “Outros artefactos têxteis confeccionados; sortidos; artefactos de matérias têxteis, calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, usados; trapos” (Cap.º 63), as “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas)” (Cap.º 47), o “calçado, polainas e artefactos semelhantes, e suas partes” (Cap.º 64) e o “vestuário e seus acessórios, de malha” (Cap.º 61).

Quadro 3. Maiores diferenciais negativos na evolução do IVCR entre 2000 e 2007

(Seleção dos produtos com diferenciais inferiores a -0,5)

NC-2 Produtos *	63 Outros têxteis	47 Pastas de madeira	64 Calçado	61 Vestuári o de malha	59 Tecidos impregnados	93 Arma s	62 Vestuári o	56 Falsos tecidos	48 Pap el
gap (2000 - 2007)	-6,84	-4,41	-2,64	-2,10	-1,28	-1,13	-1,13	-0,71	-0,66

Fonte: Fonte: GEE, a partir de dados da OCDE.

A análise *shift-share*¹¹ dos contributos para o crescimento das exportações de mercadorias mais relevantes em função do IVCR para o período de 2000 a 2008 e do IVCR de 2007, permite observar que ao longo deste período não são os produtos com maior vantagem comparativa os que mais têm contribuído para o crescimento das exportações (1ª e 2ª coluna do Quadro 4).

Os produtos que mais contribuíram, entre 2000 e 2008, para o crescimento das exportações Portuguesas¹², por ordem decrescente, são os “Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais” (com 13,5% para o total de crescimento das exportações portuguesas), “reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes” (12,2%), “plástico e suas obras” (8,2%), “veículos automóveis, tractores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios” (6,5%), “ferro fundido, ferro e aço” (5,7%) e “obras de ferro fundido, ferro ou aço” (5,7%). Os dois primeiros grupos de produtos mencionados anteriormente, que em conjunto representavam 13,5% do total da exportação em 2008, apresentam no entanto um IVCR inferior a 1 (0,38 e 0,54 respectivamente), indicando um baixo nível de especialização (embora registassem acréscimos ligeiros no diferencial do índice de VCR, entre 2000 e 2007). No entanto, é o sector dos Plásticos (3º no *ranking* dos contributos) que regista de entre estes, o maior acréscimo no IVCR. Os três primeiros agrupamentos de mercadorias com maior contributo, viram o peso na exportação total aumentar desde 2000, a par da taxa média de variação anual.

O agrupamento de produtos das “Máquinas”, tendo o mais elevado peso na exportação em 2008 (11,6%) e sendo o 7º que mais contribuiu para a exportação entre 2000 e 2008, apresenta no entanto um índice inferior, mas próximo de 1 (0,9 em 2007). Este conseguiu no entanto, recuperar entre 2005 e 2008, o seu peso e contributo para o crescimento das exportações portuguesas.

No caso dos “veículos automóveis, tractores e suas partes” (com o segundo maior peso em 2008 e o quarto maior contributo para a exportação portuguesa entre 2000 e 2008), Portugal detém uma reconhecida vantagem comparativa (OCDE, 2010), embora com uma posição menos destacada no IVCR de 2007 face ao conjunto de produtos apresentados (33ª). Apesar do aumento em valor da exportação, este tem vindo a registar uma diminuição de peso e do seu contributo para o crescimento das exportações (9,6% entre 2000 e 2005 e 6,5% entre 2000 e 2008), a par de um decréscimo do índice de vantagens comparativas reveladas (-0,16 em 2007 face ao IVCR de 2000).

O sector dos móveis e do mobiliário, no qual Portugal apresenta vantagens comparativas face ao resto do mundo (2,14) e que em 2008 representava 2,8% da exportação portuguesa (face a 1,7% em 2000), registou porém um abrandamento do seu contributo, resultante de um abrandamento da taxa de crescimento da exportação.

O “Vidro e suas obras”, 20º em termos de contributo para o total da exportação, é um agrupamento que no qual Portugal também apresenta vantagens comparativas, que têm vindo a aumentar desde 2000. Em consequência, o valor das exportações, bem como o seu peso tem-se vindo a intensificar.

¹¹ Contributo para o crescimento das exportações. A análise *Shift-Share* é calculada de acordo com a fórmula seguinte: $TVH \times \text{peso no período homólogo anterior} \pm 100$.

¹² “Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais” (Cap.º 27 da nomenclatura combinada), “reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes” (Cap.º 84), “plástico e suas obras” (Cap.º 39), “veículos automóveis, tractores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios” (Cap.º 87), “ferro fundido, ferro e aço” (Cap.º 72) e “obras de ferro fundido, ferro ou aço” (Cap.º 73).

Os produtos cerâmicos (em 2º lugar no IVCR em 2007 e 23º no contributo para a exportação portuguesa) são um agrupamento de produtos onde Portugal apresenta clara vantagem comparativa (IVCR de 5,67) e que tem vindo a crescer face a 2000 (0,59), facto patente no aumento do peso e da taxa média de variação anual, embora ainda forneça um contributo modesto para a exportação (1,2% entre 2000 e 2008). Em 2005, de acordo com os dados do INE (Nogueira, 2007), apesar de Portugal ter sido o décimo primeiro exportador mundial, registou o maior indicador de vantagens comparativas reveladas a nível mundial, à frente da Itália, China (Continental) e da Espanha, nomeadamente os três principais exportadores mundiais de produtos cerâmicos.

Produtos tradicionais da exportação portuguesa, como o calçado¹³ (Capº 64), o vestuário e seus acessórios de malha (Capº 61) e outros artefactos têxteis (Capº 63), que representavam 9,3% das exportações portuguesas em 2008 e onde Portugal dispõe ainda de claras vantagens comparativas (acima dos 3,5), têm vindo no entanto a sofrer uma evolução menos favorável do índice de vantagens comparativas reveladas (-2,64, -2,10 e -6,84 respectivamente). O mesmo sucede para o “Vestuário e seus acessórios, excepto de malha” (Capº 62), que registou um índice de IVCR de 1,72 em 2007 e uma quebra substancial, de 1,13 face a 2000. Estes são produtos onde a taxa de crescimento da exportação foi negativa entre 2000 e 2005 e entre 2000 e 2008, bem como o seu contributo para o crescimento das exportações portuguesas. Por outro lado, outros produtos têxteis como os “Tecidos especiais” (Capº 58), as “Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas” (Capº 55), a “Lã” (Capº 57) e os “Tapetes e outros revestimentos para pavimentos” (Capº 57), onde o IVCR se situa acima dos 2, têm registado acréscimos no índice, entre 2000 e 2008. São no entanto produtos com um peso mais reduzido na exportação (inferior a 1%) e que também têm vindo a apresentar um contributo exportador negativo (com excepção dos Tecidos especiais e dos Tapetes).

O papel, o cartão e suas obras (Capº 48), com um peso de 3% na exportação em 2008, registou um decréscimo no IVCR (-0,66 para um valor de 1,1 em 2007), apesar de um acréscimo significativo das exportações entre 2000 e 2008 (5,1%) e da manutenção do seu peso no total da exportação ao longo do período.

No que se refere aos agrupamentos de produtos que obtiveram os maiores diferenciais positivos de IVCR de 2007 (Quadro 2), isto é¹⁴, o “Tabaco e seus sucedâneos manufacturados”, “Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento”, “tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados”, verifica-se que todos apresentaram um crescimento em valor das exportações e do seu respectivo peso.

Nos produtos de “cortiça e suas obras”¹⁵, que apresentam o mais elevado índice de vantagens comparativas e o quarto maior diferencial positivo de vantagens comparativas reveladas entre 2000 e 2007, verifica-se que o valor total das suas exportações, bem como o seu peso na exportação portuguesa tem vindo a cair (-1,3 p.p. em 2008). No caso da cortiça, o acréscimo do IVCR neste período deve-se essencialmente à diminuição no comércio internacional mundial ao longo deste período.

Para finalizar, acrescenta-se que o conjunto de produtos seleccionados nesta análise contribui cada vez menos em termos do seu peso e do contributo para as exportações (91,1% no período entre 2000 e 2008 contra os 93,5% entre 2000 e 2005), reflectindo um aumento da diversificação da exportação portuguesa.

¹³ Em 2005, segundo os dados do INE (Nogueira, 2007) o “Calçado e suas partes” obtiveram a segundo mais elevada vantagem comparativa. Neste ano, Portugal registou o quarto maior indicador de vantagem comparativa revelada a nível mundial, à frente da China (Continental), que foi o seu principal exportador mundial.

¹⁴ “Tabaco e seus sucedâneos manufacturados” (Cap.º 24 da nomenclatura combinada), “Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento” (Cap.º 25), “tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados” (Cap.º 58) e “cortiça e suas obras” (Cap.º 45).

¹⁵ Em 2005, segundo os dados do INE (Nogueira, 2007), o agrupamento com a maior vantagem comparativa também é o da “Cortiça e suas obras”.

**Quadro 4. Exportações de produtos com maior Índice de Vantagem Comparativa Revelada em 2000, 2005 e 2008
- Ordenação de acordo com o contributo para o crescimento (%) do IVCR 2007 –**

Posição IVCR 2007 ¹	Posição no contributo 00/08	NC	Descrição dos produtos da NC-2	IVCR	Diferencial de IVCR	Valores em milhões de EUR			Peso nas exportações Portuguesas			Taxa média de variação anual		Contributo para o crescimento (%)	
				2007	00/07	2000	2005	2008	2000	2005	2008	00/05	00/08	00/05	00/08
-	-	-	Total (exportações portuguesas)	-	-	27214,8	31137,1	38950,3	100	100	100,0	2,7	4,6	100,0	100,0
-	-	-	Total exportações dos produtos seleccionados	-	-	25593,5	29259,9	36288,8	94,0	94,0	93,2	2,7	4,5	93,5	91,1
49	1	27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	0,38	0,14	673,6	1266,5	2262,1	2,5	4,1	5,8	13,5	16,3	15,1	13,5
48	2	84	Reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes	0,54	0,16	1551,7	2627,9	2984,6	5,7	8,4	7,7	11,1	8,5	27,4	12,2
37	3	39	Plástico e suas obras	1,16	0,39	674,7	1261,3	1634,8	2,5	4,1	4,2	13,3	11,7	15,0	8,2
33	4	87	Veículos automóveis, tractores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	1,32	-0,16	3627,0	4002,8	4386,9	13,3	12,9	11,3	2,0	2,4	9,6	6,5
50	5	72	Ferro fundido, ferro e aço	0,87	0,20	367,4	719,4	1040,5	1,4	2,3	2,7	14,4	13,9	9,0	5,7
35	6	73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1,31	0,14	461,5	747,7	1127,4	1,7	2,4	2,9	10,1	11,8	7,3	5,7
47	7	85	Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão e suas partes e acessórios	0,90	0,01	3843,1	3419,1	4506,1	14,1	11,0	11,6	-2,3	2,0	-10,8	5,6
14	8	94	Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos em outros capítulos; anúncios, tabuletas ou cartazes e placas indicadoras, luminosos e artigos semelhantes	2,14	0,88	461,5	850,1	1090,2	1,7	2,7	2,8	13,0	11,3	9,9	5,4
41	9	48	Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	1,10	-0,66	776,5	941,4	1158,7	2,9	3,0	3,0	3,9	5,1	4,2	3,3
26	10	40	Borracha e suas obras	1,64	0,47	286,1	512,2	646,9	1,1	1,6	1,7	12,4	10,7	5,8	3,1
5	11	24	Tabaco e seus sucedâneos manufacturados	4,27	3,67	55,0	227,8	361,2	0,2	0,7	0,9	32,9	26,5	4,4	2,6
17	12	44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1,94	0,60	410,9	537,9	703,2	1,5	1,7	1,8	5,5	6,9	3,2	2,5
30	13	76	Alumínio e suas obras	1,48	0,34	324,3	442,0	610,2	1,2	1,4	1,6	6,4	8,2	3,0	2,4
6	14	22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	3,61	-0,34	614,7	700,4	890,0	2,3	2,2	2,3	2,6	4,7	2,2	2,3
32	15	26	Minérios, escórias e cinzas	1,39	0,09	126,2	251,1	401,3	0,5	0,8	1,0	14,8	15,6	3,2	2,3
18	16	3	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	1,94	0,59	243,6	315,1	474,0	0,9	1,0	1,2	5,3	8,7	1,8	2,0
36	17	15	Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	1,20	-0,24	122,4	185,3	333,4	0,4	0,6	0,9	8,7	13,3	1,6	1,8
9	18	25	Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	2,70	1,91	61,8	151,2	268,2	0,2	0,5	0,7	19,6	20,1	2,3	1,8
51	19	29	Produtos químicos orgânicos	0,68	0,05	406,1	543,1	606,8	1,5	1,7	1,6	6,0	5,1	3,5	1,7
11	20	70	Vidro e suas obras	2,43	0,59	249,7	333,9	448,2	0,9	1,1	1,2	6,0	7,6	2,1	1,7
52	21	30	Produtos farmacêuticos	0,39	-0,17	233,9	301,1	423,4	0,9	1,0	1,1	5,2	7,7	1,7	1,6
8	22	68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes	3,22	0,18	236,4	263,9	405,5	0,9	0,8	1,0	2,2	7,0	0,7	1,4
2	23	69	Produtos cerâmicos	5,67	0,40	472,6	549,4	608,4	1,7	1,8	1,6	3,1	3,2	2,0	1,2
34	24	4	Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, não especificados nem compreendidos noutros capítulos	1,31	-0,09	169,7	192,7	297,2	0,6	0,6	0,8	2,6	7,3	0,6	1,1
24	25	20	Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas	1,65	0,08	131,5	148,3	253,9	0,5	0,5	0,7	2,4	8,6	0,4	1,0
39	26	19	Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou leite; produtos de pastelaria	1,13	0,31	63,2	112,9	183,6	0,2	0,4	0,5	12,3	14,3	1,3	1,0

(Continua)

Posição IVCR 2007 ¹	Posição no contributo 00/08	NC	Descrição dos produtos da NC-2	IVCR	Diferencial de IVCR	Valores em milhões de EUR			Peso nas exportações Portuguesas			Taxa média de variação anual		Contributo para o crescimento (%) ²	
				2007	00/08	2000	2005	2008	2000	2005	2008	00/05	00/08	00/05	00/08
40	27	7	Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	1,13	0,36	69,0	104,5	188,7	0,3	0,3	0,5	8,7	13,4	0,9	1,0
28	28	17	Açúcares e produtos de confeitaria	1,57	0,82	46,2	68,7	152,9	0,2	0,2	0,4	8,2	16,1	0,6	0,9
46	29	32	Extractos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; pigmentos e outras matérias corantes; tintas e vernizes; mástiques; tintas de escrever	0,94	0,51	75,0	202,1	179,6	0,3	0,6	0,5	21,9	11,5	3,2	0,9
19	30	16	Preparações de carne, de peixes, de crustáceos e de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos	1,94	0,30	104,2	139,5	207,0	0,4	0,4	0,5	6,0	9,0	0,9	0,9
25	31	83	Obras diversas de metais comuns	1,65	0,14	149,3	183,5	232,8	0,5	0,6	0,6	4,2	5,7	0,9	0,7
42	32	34	Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem, preparações lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos de conservação e limpeza, velas e artigos semelhantes, massas ou pastas para modelar, ceras para dentistas	1,08	0,07	78,2	88,1	139,7	0,3	0,3	0,4	2,4	7,5	0,3	0,5
13	33	58	Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados	2,29	1,37	37,4	55,9	87,1	0,1	0,2	0,2	8,4	11,1	0,5	0,4
44	34	21	Preparações alimentícias diversas	0,96	0,04	68,0	79,8	116,8	0,2	0,3	0,3	3,3	7,0	0,3	0,4
12	35	56	Pastas (ouates), feltros e falsos tecidos; fios especiais, cordéis, cordas e cabos; artigos de cordoaria	2,33	-0,71	126,7	138,9	166,7	0,5	0,4	0,4	1,9	3,5	0,3	0,3
43	36	82	Ferramentas, artefactos de cutelaria e talheres, e suas partes, de metais comuns	1,02	0,09	113,9	116,3	148,4	0,4	0,4	0,4	0,4	3,4	0,1	0,3
45	37	6	Plantas vivas e produtos de floricultura	0,96	0,58	15,8	44,6	49,0	0,1	0,1	0,1	23,1	15,2	0,7	0,3
23	38	65	Chapéus e artefactos de uso semelhante, e suas partes	1,71	0,94	10,2	22,1	28,4	0,0	0,1	0,1	16,7	13,6	0,3	0,2
16	39	57	Tapetes e outros revestimentos para pavimentos, de matérias têxteis	2,05	0,69	50,5	64,1	65,1	0,2	0,2	0,2	4,9	3,2	0,3	0,1
20	40	5	Outros produtos de origem animal, não especificados nem compreendidos noutros capítulos	1,80	0,23	24,4	22,1	36,5	0,1	0,1	0,1	-1,9	5,2	-0,1	0,1
27	41	13	Gomas, resinas e outros sucos e extractos vegetais	1,62	0,47	11,2	6,4	19,6	0,0	0,0	0,1	-10,6	7,2	-0,1	0,1
10	42	55	Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas	2,55	0,19	245,0	207,1	235,8	0,9	0,7	0,6	-3,3	-0,5	-1,0	-0,1
29	43	93	Armas e munições, suas partes e acessórios	1,53	-1,13	53,2	41,3	40,4	0,2	0,1	0,1	-4,9	-3,4	-0,3	-0,1
15	44	51	Lã, pêlos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina	2,06	0,09	101,4	93,9	88,3	0,4	0,3	0,2	-1,5	-1,7	-0,2	-0,1
21	45	59	Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis	1,72	-1,28	169,2	98,9	120,1	0,6	0,3	0,3	-10,2	-4,2	-1,8	-0,4
38	46	52	Algodão	1,16	-0,39	213,4	161,8	150,2	0,8	0,5	0,4	-5,4	-4,3	-1,3	-0,5
1	47	45	Cortiça e suas obras	149,05	1,03	927,5	832,3	832,3	3,4	2,7	2,1	-2,1	-1,3	-2,4	-0,8
31	48	47	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas)	1,40	-4,41	603,3	421,3	478,3	2,2	1,4	1,2	-6,9	-2,9	-4,6	-1,1
3	49	64	Calçado, polainas e artefactos semelhantes, e suas partes	5,52	-2,64	1647,8	1292,6	1390,8	6,1	4,2	3,6	-4,7	-2,1	-9,1	-2,2
7	50	61	Vestuário e seus acessórios, de malha	3,56	-2,10	1931,9	1690,4	1666,7	7,1	5,4	4,3	-2,6	-1,8	-6,2	-2,3
4	51	63	Outros artefactos têxteis confeccionados; sortidos; artefactos de matérias têxteis, calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, usados; trapos	5,00	-6,84	873,2	627,1	543,6	3,2	2,0	1,4	-6,4	-5,8	-6,3	-2,8
22	52	62	Vestuário e seus acessórios, excepto de malha	1,72	-1,13	1202,4	852,0	817,4	4,4	2,7	2,1	-6,7	-4,7	-8,9	-3,3

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE e da ITCS da OCDE (para o valor da exportação total a fonte é a COMTRADE das Nações Unidas).

Notas: ¹ Posição no IVCR de acordo com os produtos com maior IVCR em 2007 e para os 11 últimos grupos de mercadorias, de acordo com o seu peso na exportação em 2007.

² Análise *shift-share* do contributo para o crescimento das exportações calculada de acordo com a fórmula seguinte: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100.

Bibliografia

Balassa, B. (1965), "Trade liberalization and "Revealed" comparative advantage. Manchester School of Economic and Social Studies, Oxford, 33, 99-123.

Benedictis, L. e Tamberi, M. (2004), "Overall specialization empirics: Techniques and applications", *Open Economies Review* 15(4), 323–346.

Nogueira, G. (2007), "Indicadores de Vantagens Comparativas Reveladas por Grupos de Produtos e por Nomenclatura Combinada", Boletim Mensal de Comércio Internacional - Em Análise, Agosto de 2007.

Ricardo, D. (1817), "On the principles of political economy and taxation", McMaster University Archive, 3ª ed. 1821.

OCDE (2010), "Economic review of Portugal", Economics Department, Paris.

Artigos

Em Análise

Competitividade, Desequilíbrios da Economia Portuguesa e Reformas Estruturais

Clara Synek*

Resumo

No actual período de instabilidade financeira internacional e de intensificação da concorrência em termos globais, a economia portuguesa encontra-se sujeita a vários desafios, entre os quais se destaca o aumento do produto potencial e a inversão da tendência de crescentes desequilíbrios ocorridos nas últimas décadas, especialmente ao nível das necessidades de financiamento externo e, mais recentemente, do défice das Administrações Públicas. Para alcançar estas metas será necessário dar continuidade à implementação de reformas estruturais. Este artigo destaca também alguns exemplos de casos bem sucedidos em Portugal que resultam de mudanças muito significativas no perfil de especialização da economia portuguesa.

1. Introdução

Numa perspectiva alargada e abrangente, a competitividade de um país, segundo a Comissão Europeia¹ refere-se à sua capacidade em promover uma melhoria sustentada das condições de vida e de acesso ao trabalho da sua população. O desempenho ao nível da produtividade surge como um elemento central associado ao crescimento sustentado do produto per capita e à melhoria das condições de vida. Adicionalmente, destacam-se três outros elementos que influenciam decisivamente a competitividade de um país, utilizados pelo *World Economic Forum*² no seu Relatório Anual, os quais permitem estabelecer o posicionamento do país num ranking mundial. São eles:

- o funcionamento das Condições Básicas, desagregadas em quatro componentes: Instituições, Infra-estruturas, Macroeconomia, Saúde e Educação Primária;
- a situação dos Factores de Eficiência constituídos por seis variáveis: Educação Superior e Formação, Eficiência do Mercado, Preparação tecnológica, Eficiência do Mercado de Trabalho, Sofisticação do Mercado Financeiro e Dimensão do Mercado;
- a posição dos Factores de Inovação e de Sofisticação.

Em sentido estrito, o índice de taxa de câmbio real efectiva deflacionado pelos custos unitários do trabalho é frequentemente interpretado como um indicador de competitividade, sendo que um aumento (diminuição) deste índice significa uma perda (ganho) de competitividade. Este indicador é porém limitado visto que apenas consagra a vertente da concorrência em termos de preços e custos, vectores considerados determinantes para a capacidade competitiva nos mercados internacionais, no curto prazo, não integrando contudo, factores dificilmente mensuráveis, tais como a qualidade dos produtos e a dimensão das empresas.

Neste artigo, aborda-se a evolução da competitividade do país, baseada no conceito estrito acima referido, mediante a utilização do indicador da taxa de câmbio real efectiva assente nos custos unitários do trabalho e a sua correlação com o ganho/perda de quota de mercado no panorama da área do euro (secção 2). Os principais desequilíbrios estruturais da economia portuguesa são apresentados na secção 3. Por último, fruto da promoção de políticas públicas activas já realizadas e a recente alteração de

*Técnica do GPEARI-MFAP. A opinião expressa no artigo é da responsabilidade da autora podendo não coincidir com a da instituição que representa. Todos os erros e omissões são da responsabilidade da autora.

¹ *European Commission (2009), European Competitiveness Report.*

² *World Economic Forum, the Global Competitiveness Report 2010-2011, Setembro de 2010.*

comportamento dos agentes económicos no sentido de uma maior racionalização de recursos, dá-se ênfase à existência de casos bem sucedidos, os quais demonstram o progresso alcançado, em Portugal, em vários domínios (secção 4).

2. Evolução Recente da Competitividade em Portugal em termos de Custos e da Quota de Mercado das Exportações

O indicador da taxa de câmbio real efectiva, baseada nos custos unitários do trabalho quando comparado com os restantes países da área do euro deve ser interpretado com alguma cautela, dado que no total dos custos do trabalho em Portugal estão contabilizadas as contribuições sociais do sector público (incluindo a integralidade do subsídio do Estado para a CGA), sobrestimando o aumento dos custos do trabalho relativos no nosso país, na última década. Para obviar esta situação, o INE, nas Contas Nacionais, Base 2006³, introduziu uma nova metodologia na sua contabilização⁴.

Com o objectivo de evidenciar a importância deste factor, o Banco de Portugal⁵ construiu uma série dos custos unitários do trabalho relativos (CTUP) a qual excluiu o subsídio do Estado destinado à CGA das remunerações do trabalho do sector público no período de 1999 a 2009. Nesse estudo, face a um conjunto de 21 países, em 2009, a taxa de câmbio real efectiva em termos de CTUP para o total da economia portuguesa aumentou 9,3% em termos acumulados face a 1999 (inferior aos valores obtidos pelos indicadores da CE⁶).

Contudo, tendo em conta que os dados até agora publicados pelas instituições internacionais designadamente o *“Price and Competitiveness Report”*, não têm ainda em conta esta correcção, esperando-se para breve a sua consideração. Por isso, a análise efectuada no presente artigo baseia-se em dados não corrigidos.

Quando comparada com a média da área do euro, a taxa de câmbio real efectiva em termos de CTUP do total da economia na Itália e na Irlanda aumentou mais do que em Portugal em termos acumulados de 2009 face a 1999, indicando uma deterioração de competitividade mais acentuada nestes países. Em contrapartida, neste período, assistiu-se a uma melhoria assinalável da competitividade na Alemanha, com destaque para o facto de ter sido o país da UE que apresentou o maior abrandamento dos custos unitários do trabalho na década de 2000 (+0,9%, em média), contra 2,1% na AE16 e 2,9% em Portugal, proporcionado pelo elevado esforço de contenção salarial registado nesse país (Gráficos 1 a 3).

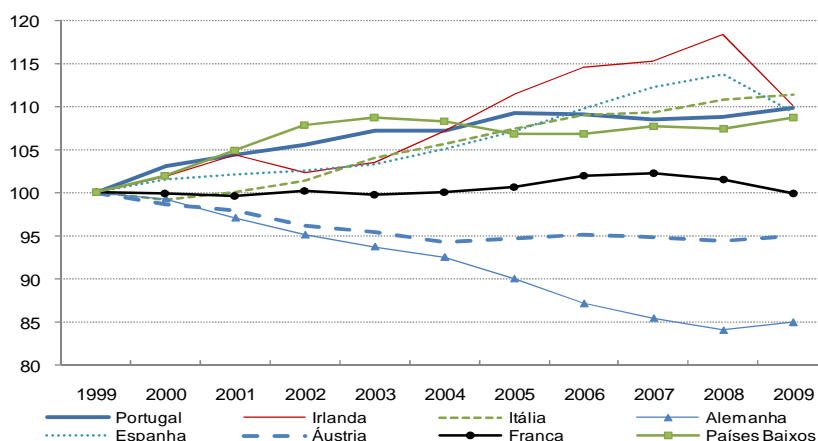
³ INE, Nova Série de Contas Nacionais Portuguesas para o período 1995-2007, Junho de 2010.

⁴ A partir de 2006, a contribuição do Estado para o financiamento da CGA deixa de ser registado em despesas com o pessoal, tendo-se definido que a taxa de contribuição das APs para a CGA foi de 28,4%, passando o restante financiamento a ser registado como transferência do Estado para a CGA.

⁵ Boletim Económico do Banco de Portugal, Verão de 2010, Caixa 2 “Custos unitários do trabalho relativos a Portugal: questões metodológicas e evolução na última década”.

⁶ “European Commission, Price and Cost Competitiveness, Quarterly data on price and cost competitiveness of the European Union”.

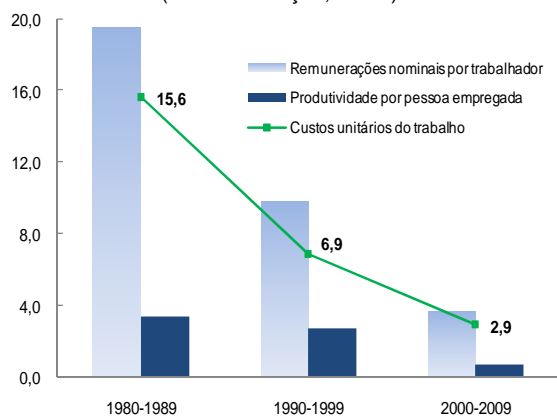
Gráfico 1. Índice da taxa de câmbio real efectiva baseado nos CTUP do total da economia, vs AE16 (1999=100)



Fonte: Comissão Europeia, *Price and Cost Competitiveness*, Novembro de 2010.

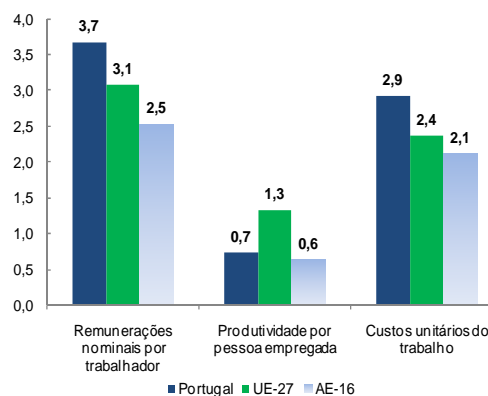
Nos últimos anos, mais especificamente, na segunda metade da década de 2000, embora se tenha assistido a uma menor deterioração da competitividade em Portugal, dada a desaceleração dos custos unitários do trabalho do total da economia — que se situaram, em média, em torno de 2,9%, no período 2000-2009 (15,6% e 6,9%, em média, respectivamente, nas décadas de 80 e de 90) —, os valores mantiveram-se acima da média europeia, impulsionados, em parte, pelo incremento significativo do salário mínimo nos últimos anos (Gráficos 2 e 3).

Gráfico 2. Remunerações do trabalho, produtividade e custos do trabalho em Portugal (taxa de variação, em %)



Fontes: INE e AMECO Novembro de 2010.

Gráfico 3. Remunerações do trabalho, produtividade e custos do trabalho, média 2000-2009 (taxa de variação, em %)



No que respeita à taxa de câmbio real efectiva medida através dos CTUP da indústria transformadora, assistiu-se, em Portugal, nos últimos anos, a um ligeiro ganho de competitividade, tendo sido mais pronunciado face à AE16 (-0,5% e -2,3%, respectivamente, nos anos de 2008 e 2009) resultando da desaceleração dos custos unitários do trabalho, invertendo a tendência de forte crescimento registado nas décadas de 80 e de 90.

De facto, entre 1999 e 2009, a taxa de câmbio real efectiva em termos de CTUP da indústria transformadora em Portugal aumentou, em termos acumulados, 13,3% e 5,6% em relação aos 36 Países Industrializados (PI) e à AE16, respectivamente, correspondendo a taxas menos elevadas do que para os CTUP do total da economia.

Prosseguindo a tendência do período mais recente, a taxa de câmbio real efectiva dos CTUP da indústria transformadora face aos 36 PI diminuiu em termos homólogos, no 2º trimestre de 2010, indiciando a ideia de uma melhoria de competitividade da indústria em Portugal (Gráficos 4 e 5).

Gráfico 4. Índice da taxa de câmbio real efectiva baseado nos CTUP da indústria transformadora em Portugal

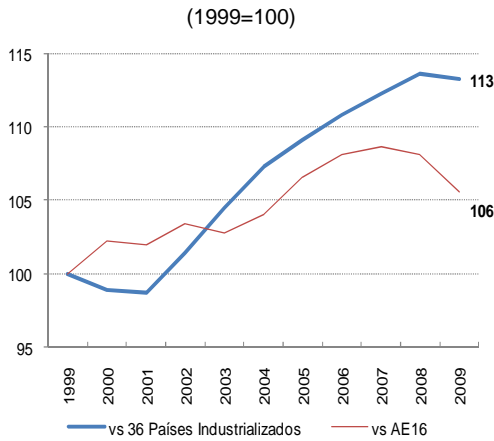
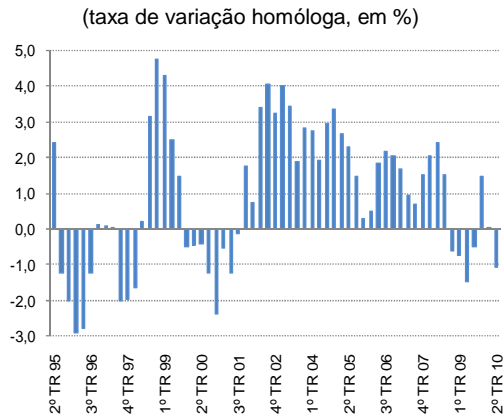


Gráfico 5. Taxa de câmbio real efectiva baseada nos CTUP da indústria transformadora - Portugal vs 36 PI

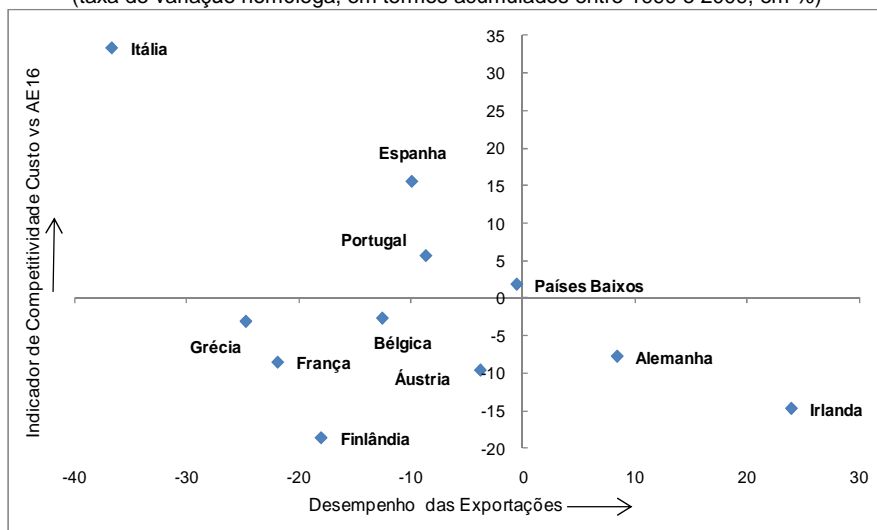


Fonte: Comissão Europeia, *Price and Cost Competitiveness*, Novembro de 2010.

A relação existente entre o desempenho das exportações (ganho/perda de quota de mercado) e a evolução do índice de taxa de câmbio real efectiva dos CTUP da indústria transformadora (indicador de competitividade custo) permite evidenciar a existência de uma interdependência entre a melhoria de competitividade custo e o ganho de quota de mercado nas exportações, em particular, na Irlanda e Alemanha. Igualmente, alguma deterioração do indicador de competitividade custo parece ter afectado a perda de quota de mercado das exportações na Itália (com grande significado), Espanha e Portugal (Gráfico 6).

Gráfico 6. Desempenho das exportações/índice de taxa de câmbio real efectiva baseado nos CTUP da indústria transformadora vs AE16

(taxa de variação homóloga, em termos acumulados entre 1999 e 2009, em %)



Fontes: INE, Eurostat; Comissão Europeia, *Price and Cost Competitiveness*; e OCDE.

Desempenho das exportações é medido pelo rácio entre variação Real das Exportações/Procura Externa Relevante.

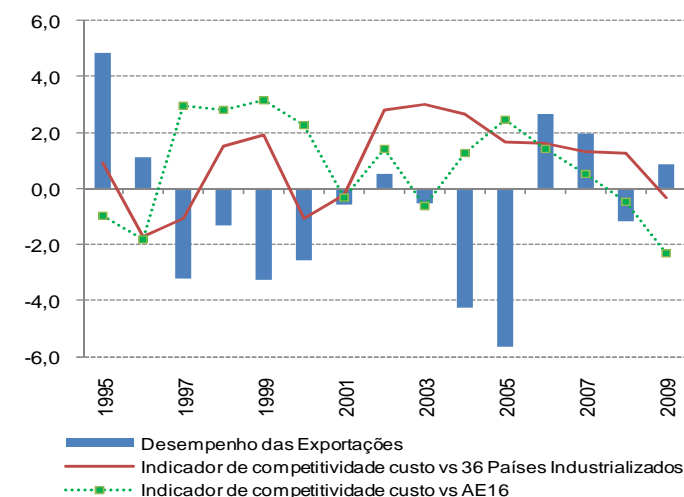
No entanto, a condição de melhoria de competitividade custo nos restantes 5 países da área do euro (Grécia, França, Bélgica, Áustria e Finlândia) não foi suficiente para estes obterem um ganho de quota de mercado, revelando que existem outros factores que determinam a evolução do desempenho das exportações. Entre estes, citam-se, por exemplo, a qualidade dos bens e serviços produzidos, o grau de especialização das exportações em termos sectoriais ou regionais e o acesso por parte das PME aos mercados de exportação.

Conclui-se assim que, na década de 2000, a generalidade dos países da área do euro perdeu quota de mercado nas suas exportações, com excepção da Irlanda e da Alemanha, tendo esta última beneficiado da intensificação da concorrência internacional, da globalização, da adesão da China à OMC, da entrada de algumas economias do leste da Europa à UE e também do elevado esforço de contenção salarial já acima assinalado (Gráfico 6).

Contudo, os anos mais recentes demonstram que a melhoria da competitividade em Portugal parece estar a produzir efeitos positivos ao nível da inversão da tendência de perda de quota de mercado das exportações portuguesas (Gráfico 7).

Gráfico 7. Desempenho das exportações de Portugal/índice da taxa de câmbio real efectiva baseado nos CTUP da indústria transformadora

(taxa de variação homóloga, em %)



Fontes: INE; Comissão Europeia, *Price and Cost Competitiveness*; e OCDE.

Na verdade, no conjunto dos últimos 4 anos, assistiu-se a um ganho de quota de mercado das exportações portuguesas (+4,3 p.p., em termos acumulados, entre 2006 e 2009), em linha com uma diminuição de 0,9% na taxa de câmbio real efectiva em termos de CTUP da indústria transformadora, vs AE16. Esta recente evolução positiva do desempenho das exportações contrasta com a quebra particularmente acentuada entre 1997 e 2000 e nos anos de 2004 e 2005 (Gráfico 7).

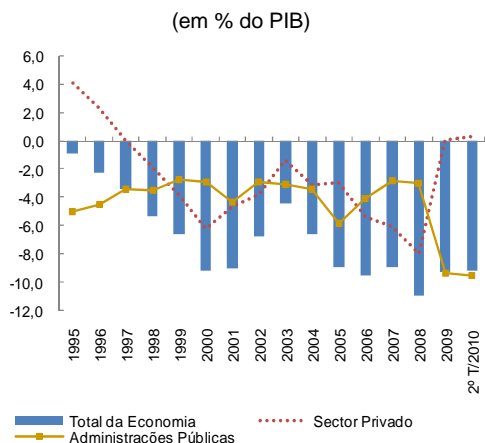
3. Desequilíbrios Estruturais da Economia Portuguesa

Os principais desequilíbrios⁷ que têm afectado a economia portuguesa assentam sobretudo na baixa produtividade, nas elevadas necessidades de financiamento externo⁸ e, mais recentemente, no agravamento do défice das Administrações Públicas, apesar dos ajustamentos realizados entre 2005 e 2008.

Assim, as necessidades de financiamento externo do total da economia evoluíram no sentido ascendente, tendo o défice conjunto da balança corrente e de capital atingido 11% do PIB, em 2008, o valor mais elevado desde 1995. Para esta evolução contribuíram sobretudo as elevadas necessidades de financiamento provenientes do sector privado, cujo défice atingiu 8% do PIB, em 2008, impulsionadas pelo desequilíbrio existente entre o nível de investimento e a poupança interna nas empresas não financeiras.

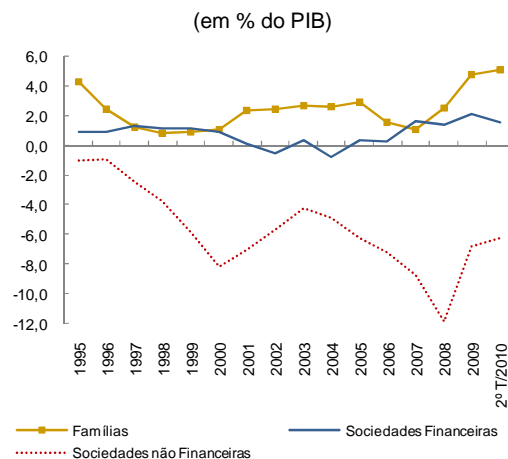
Porém, no período mais recente, assistiu-se a uma ligeira melhoria deste indicador, com o défice conjunto da balança corrente e de capital a diminuir para 9,2% do PIB, no 2º trimestre de 2010 (ano terminado neste trimestre) - Gráficos 8 e 9.

Gráfico 8. Capacidade/necessidade de financiamento externo por sector institucional em Portugal



Fonte: INE.

Gráfico 9. Capacidade/necessidade de financiamento externo do sector privado em Portugal



Fonte: INE.

Recentemente, as necessidades de financiamento do sector privado diminuíram consideravelmente, no caso das famílias, em resultado da melhoria da poupança e da queda do investimento em habitação, e no caso das empresas não financeiras, em virtude do aumento da poupança (por via da diminuição dos impostos sobre o rendimento e património) e da diminuição do investimento em activos reais⁹ (Gráficos 9, 10 e 11).

Fazendo uma análise de mais longo prazo, conclui-se que a diminuição da poupança dos agentes económicos tem contribuído igualmente para a persistência de fragilidades estruturais da economia portuguesa. Com efeito, nos últimos 15 anos, a poupança bruta do total da economia apresentou uma tendência descendente, tendo apresentado, em 2009, o valor mais baixo deste período, 9,4% do PIB (20,6% do PIB em 1995), tendência essa que abrangeu tanto o sector privado como o público, este último especialmente significativo a partir de 2009. Esta situação reflecte o comportamento de elevado consumo

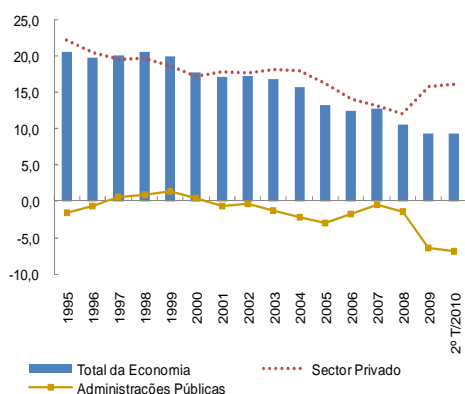
⁷ Banco de Portugal, Relatório de Estabilidade Financeira, Maio 2010.

⁸ INE, Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional, 2º trimestre de 2010, Setembro 2010.

⁹ Banco de Portugal, Relatório de Estabilidade Financeira, Maio 2010.

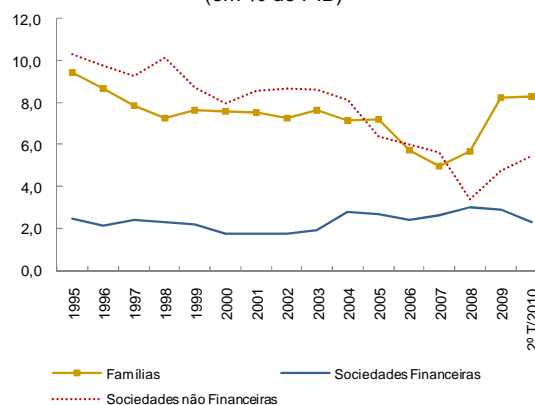
por parte das famílias num período de forte expansão económica e de recurso ao elevado endividamento num contexto de redução acentuada das taxas de juro (Gráficos 10 e 11).

Gráfico 10. Poupança bruta por sector institucional (em % do PIB)



Fonte: INE.

Gráfico 11. Poupança bruta do sector privado, (em % do PIB)



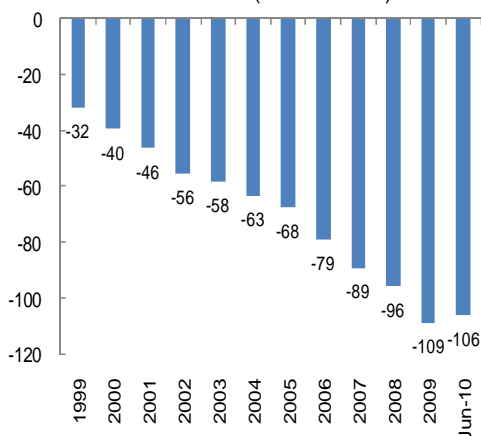
Fonte: INE.

Como referido, os desenvolvimentos mais recentes indicam um aumento da poupança no sector privado em Portugal, tendo esta aumentado para 16,1% do PIB, no 2º trimestre de 2010, após ter atingido um valor historicamente baixo em 2008 (12%). Esta melhoria deve-se essencialmente ao reforço de poupança das famílias (incentivado por motivos de precaução), a qual subiu para 8,3% do PIB no 2º trimestre de 2010, após ter diminuído para 4,9% do PIB, em 2007, o valor mais baixo desde 1995 (Gráficos 10 e 11).

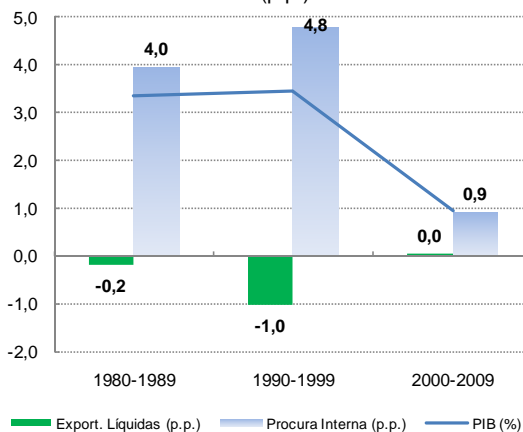
Menos positivo é o facto de a esperada melhoria do saldo da balança comercial de bens e serviços poder não ser suficiente para gerar uma redução de igual magnitude das necessidades de financiamento externo do país. Com efeito, a deterioração continuada da posição de investimento internacional da economia portuguesa tem levado ao aumento do défice da balança de rendimentos, o qual atingiu 4,8% do PIB em 2009 (2,1% do PIB, em 2000), associado à subida dos encargos com os juros (Gráfico 12).

O défice da balança comercial de bens e serviços manteve-se persistente nos últimos anos, devido sobretudo ao amplo desequilíbrio registado nas trocas comerciais de bens energéticos, revelando a forte dependência energética de Portugal face ao exterior e ainda a acentuada intensidade energética sectorial comparada com a média da área do euro, fenómenos considerados de fragilidade estrutural da economia portuguesa.

Assim, embora se preveja um crescimento favorável das exportações em Portugal em 2010 e 2011 e do contributo das exportações líquidas dever manter-se positivo (ao contrário do verificado anteriormente – gráfico 13), as necessidades de financiamento externo poderão manter-se em níveis elevados.

Gráfico 12. Posição de investimento internacional (em % do PIB)

Fontes: BP e INE.

Gráfico 13. Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)

Fontes: INE e AMECO, Novembro de 2010.

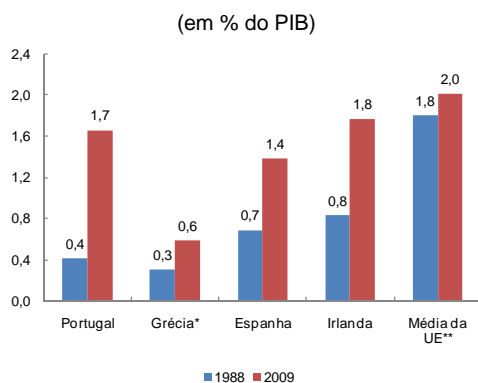
Neste contexto, e tendo em conta a incerteza existente relativamente às condições financeiras nos mercados internacionais e ao crescimento económico mundial, torna-se prioritário intensificar algumas reformas estruturais, instrumentos considerados importantes na correcção das fragilidades da economia portuguesa.

4. Evolução de Alguns Indicadores Estruturais em Portugal

No período mais recente são de realçar alguns exemplos de casos bem sucedidos que resultam de mudanças muito significativas no perfil de especialização da economia portuguesa no sentido da redução do peso de sectores tradicionais na estrutura produtiva e nas exportações, no aumento do peso das exportações de alta e média tecnologia e na diversificação dos mercados de exportação. A saber:

- a inversão da tendência negativa do contributo das exportações líquidas para o crescimento do PIB no período entre 2000 e 2009, quando comparado com as décadas de 80 (-0,2 p.p.) e de 90 (-1 p.p.); o contributo da procura interna, embora mantendo-se positivo, diminuiu consideravelmente na década de 2000 face às duas décadas anteriores (Gráfico 13);
- o investimento em Investigação e Desenvolvimento aumentou para 1,7% do PIB em 2009 (0,4% em 1988), realçando-se uma aceleração acima da verificada na Grécia, Espanha e Irlanda (Gráfico 14) e a forte componente da participação do sector privado;
- os resultados dos sistemas de educação em termos de conhecimento e de capacidade dos estudantes de 15 anos (PISA)¹⁰ nas áreas da Leitura, Matemática e Ciências revelam para o ano de 2009 uma melhoria assinalável face a 2000, sobretudo na área das Ciências. Nos ramos da Leitura, Matemática e Ciências, Portugal ocupou o 22.º, 27.º e 25.º lugar, respectivamente, no conjunto da OCDE, em 2009, realçando-se uma subida tanto nas Ciências face a 2006 (27.º lugar) como na Leitura face a 2003 e 2006 (23.º lugar nesses dois anos) - Gráfico 15;

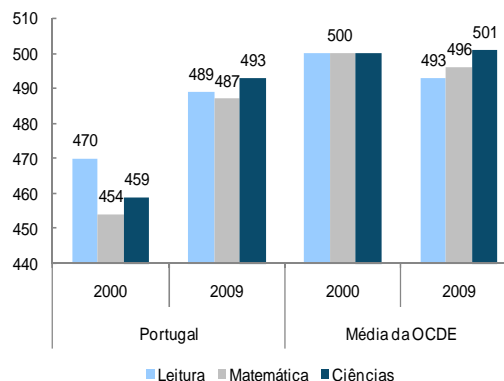
¹⁰ PISA – “Programme for International Student Assessment”, OCDE.

Gráfico 14. Despesa em investigação e desenvolvimento

* valor referente a 2007 em vez de 2009.

** valor referente a 1995 em vez de 1988.

Fonte: Eurostat.

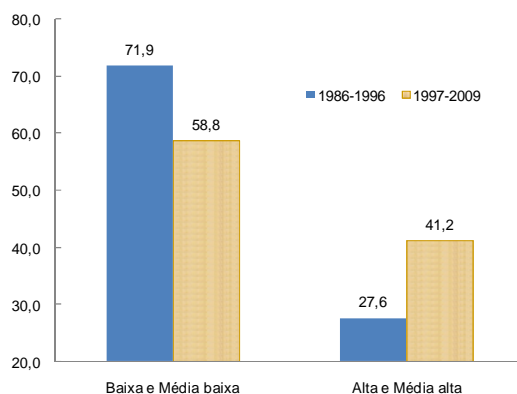
Gráfico 15. Resultados de pontuação do Programa Internacional para Avaliação do Aluno (PISA)

Fonte: PISA, OCDE.

- o peso das exportações de produtos de alta e média-alta tecnologia no total da indústria transformadora subiu para cerca de 38% no período de Janeiro a Setembro de 2010 (23% em 1986) impulsionado, em parte, pelo sector automóvel; já o peso dos de baixa tecnologia, caracterizados por serem de mão-de-obra intensiva (têxteis, vestuário e calçado; madeira, cortiça e papel; alimentares) apresentou uma descida pronunciada, para 37% até Setembro de 2010 (62% em 1986), Gráfico 16.
- a intensidade energética reduziu-se, resultando numa diminuição do conteúdo energético da produção industrial, em resultado do esforço significativo de promoção de utilização de energias alternativas (Gráfico 17);

Gráfico 16. Exportações de produtos consoante a intensidade tecnológica em Portugal

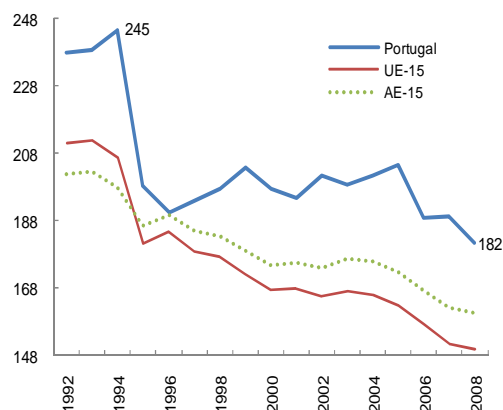
(em % das exportações da indústria transformadora)



Fontes: OCDE e GEE - MEID.

Gráfico 17. Intensidade energética da economia

(consumo bruto de energia/PIB, em quilogramas equivalentes de petróleo por 1000€)

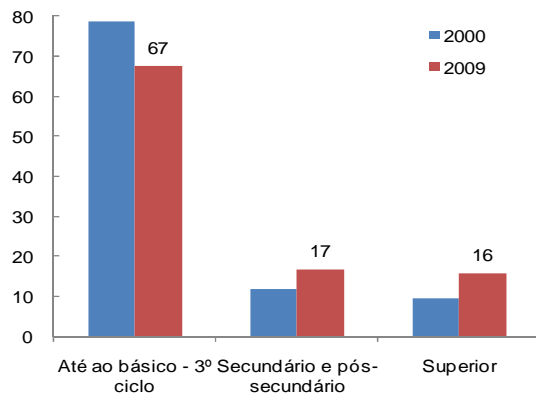


Fonte: Eurostat.

- o peso da população empregada detentora do ensino secundário e superior aumentou para 33% em 2009 (21% em 2000), tendo este movimento sido mais pronunciado no caso do ensino superior, resultando numa convergência para níveis europeus. O progresso neste domínio é, em parte, consequência da aplicação do desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação ao sistema de ensino e da promoção do Programa “Novas Oportunidades” (Gráfico 18);

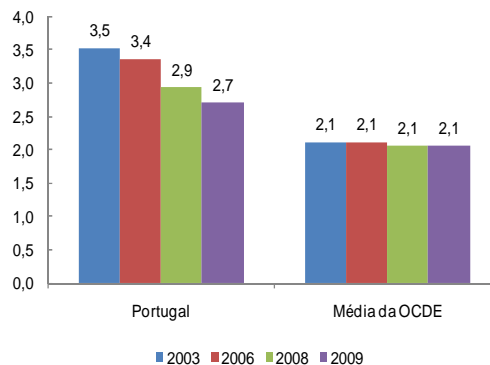
- a Legislação de Protecção do Emprego, apesar de ainda se manter mais restritiva do que a média dos países da OCDE, evolui favoravelmente nos últimos anos fruto da recente reforma do Código de Trabalho (Gráfico 19).

Gráfico 18. População empregada consoante o grau de escolaridade (em % do total do emprego)



Fonte INE.

Gráfico 19. Legislação de Protecção do Emprego (%)



Fonte: OCDE.

Registe-se que, Portugal posicionou-se no 46º lugar no Índice Global de Crescimento da Competitividade, num total de 139 países, publicado no Relatório Anual do Fórum Económico Mundial, de Setembro de 2010. A ligeira descida no ranking face à publicação de 2009 (43ª posição, num total de 133 países) teve sobretudo a ver com o retrocesso em termos de “Eficiência do mercado de trabalho”. No entanto, convém destacar que Portugal melhorou no critério “Sofisticação do mercado financeiro” subindo de 62ª para 59ª posição e, nos factores de “Inovação e de Sofisticação dos negócios” evoluindo de 41º para 39º lugar. No conjunto dos 16 países da área do euro, Portugal manteve a 12ª posição, situando-se acima da Itália, Malta, Eslováquia e Grécia, tendo este último país descido para o último lugar da UE-27, ultrapassado pela Bulgária, posicionado no fim da tabela em 2009.

Importantes reformas foram também levadas a cabo a nível da segurança social e da administração pública, com resultados significativos na sustentabilidade das finanças públicas.

Porém, apesar dos bons resultados acima descritos, os desafios de crescimento económico e de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos que a economia portuguesa enfrenta actualmente tornam crucial que as reformas estruturais iniciadas nos anos anteriores à crise sejam agora aprofundadas, a par do exigente processo de consolidação orçamental.

5. Conclusão

A análise, por parte da Comissão Europeia,¹¹ à relação entre as políticas estruturais e os desequilíbrios macroeconómicos/défices da balança corrente, sugere que existem fortes razões para acreditar que as reformas estruturais podem desempenhar um papel importante no processo de correcção dos referidos desequilíbrios e na melhoria da competitividade. Os resultados empíricos demonstram que, apesar do impacto das reformas estruturais na correcção do saldo da balança corrente serem por vezes de pequena dimensão em termos quantitativos, no período actual e, para países com elevadas necessidades de financiamento externo, o impacto poderá ser consideravelmente mais elevado.

Em termos de competitividade, o posicionamento de Portugal na última década não se afigurou muito favorável, situação que se encontra associada ao crescimento ainda elevado dos custos unitários de trabalho, quando comparados com os da média europeia. Porém, a partir da segunda metade da década de 2000, o registo de uma maior moderação salarial e a evolução favorável de alguns indicadores

¹¹ *European Commission*, “Structural Reforms and Macro-Economic Imbalances”, Outubro 2010.

estruturais relevantes, contribuiu, em parte, para a obtenção de melhores resultados a nível da competitividade externa, especialmente visível ao nível da indústria transformadora, com consequências favoráveis em termos de ganhos de quota de mercado. Porém, os ainda significativos desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa e a incerteza quanto ao crescimento dos nossos principais parceiros comerciais nos próximos anos, torna essencial o aprofundamento da implementação de reformas estruturais, no sentido de atenuar os desequilíbrios macroeconómicos existentes e contribuir para o aumento do produto potencial.

Referências

- European Commission (2009), “European Competitiveness Report”.
- European Commission, “Surveillance of Intra-Euro-Area Competitiveness and Imbalances”, European Economy 1, May 2010.
- European Commission, “Structural Reforms and Macro-Economic Imbalances”, October 2010.
- European Commission, Quarterly Report on the euro area, volume 9, nº 1 (2010) “The impact of the global crisis on competitiveness and current account divergences in the euro area”.
- World Economic Forum, “The Global Competitiveness Report 2010-2011”, September 2010.
- OECD (2010), Working Paper “The Impact of Structural Policies on Saving, Investment and Current Accounts” by Clovis Kerdrain, Isabel Koske, Isabelle Wanner.
- Banco de Portugal, Relatório de Estabilidade Financeira, Maio 2010.

Composição da Despesa Pública e Crescimento Económico

Conceição Amaral*

Ana Oliveira*

Resumo

O presente artigo analisa a composição e a evolução da despesa pública por funções e o seu contributo para o crescimento económico.

A repartição funcional da despesa pública é considerada como sendo a base adequada para examinar a qualidade da despesa pública. A sua análise revela-se de especial interesse na medida em que diversos estudos sugerem que a estrutura da despesa pública é tão ou mais importante para o crescimento económico como o nível da despesa.

Estudos recentes mostram que uma reorientação da despesa pública para infra-estruturas, educação e saúde tem um impacto positivo no crescimento económico de longo prazo enquanto uma reorientação da despesa para serviços públicos gerais ou defesa, por exemplo, tem, em média, um impacto diminuto, mas negativo, e para protecção social, um impacto neutro. Estes efeitos processam-se com grande e assimétrico desfasamento e dependem da forma utilizada para financiar a alteração da despesa pública.

1. Introdução

Nos últimos anos, a qualidade da despesa pública tem sido objecto de análise em diversos estudos, designadamente em termos da sua composição, eficiência e eficácia e do respectivo contributo para o crescimento económico.

A composição da despesa pública reflecte a utilização dos recursos públicos (*inputs*) com vista a atingir os objectivos das políticas públicas (*outcomes*). A distribuição funcional da despesa pública baseada na classificação COFOG (Classificação da Despesa Pública por Funções) é considerada pela Comissão Europeia¹ a base apropriada para analisar a qualidade da despesa pública, sendo que o nível mais agregado da classificação (COFOG I), correspondente a 10 categorias de despesa, traduz os objectivos mais latos do Estado, enquanto o nível mais desagregado (COFOG II) traduz o meio pelo qual aqueles objectivos são alcançados. De acordo com o Banco Central Europeu (2009), as 10 categorias podem ser agregadas de modo a reflectir as cinco principais funções do Estado (Tabela 1):

- Redistribuição, correspondendo à despesa em protecção social;
- Provisão de bens públicos puros, compreendendo a despesa pública em defesa, segurança e ordem pública;
- Prestação de cuidados de saúde e educação, correspondendo às categorias idênticas da COFOG I;
- Serviços públicos gerais, com equivalência directa na COFOG I, abrangendo gastos administrativos bem como a despesa relacionada com o pagamento dos juros da dívida pública;

*Técnicas do GPEARI-MFAP.

As opiniões expressas no artigo são da responsabilidade das autoras podendo não coincidir com as da instituição que representa. Todos os erros e omissões são da responsabilidade das autoras.

¹ Comissão Europeia (2007).

- Actividades privadas, i.e., actividades que também podem ser desenvolvidas pelo sector privado ou através de parcerias com o sector privado, compreendendo a despesa pública em assuntos económicos, protecção do ambiente, habitação e actividades de recreação.

Tabela 1. Repartição funcional da despesa pública

Principais funções do Estado	Categorias COFOG I
A.Redistribuição	10 – Protecção social
B.Bens públicos puros	02 – Defesa
	03 – Segurança e Ordem pública
C.Saúde e educação	07 – Saúde
	09 – Educação
D.Serviços públicos gerais	01 – Serviços gerais da administração pública
	04 – Assuntos económicos
E.Actividades privadas	05 – Protecção do ambiente
	06 – Habitação e equipamentos colectivos
	08 – Recreação, cultura e religião

Fonte: Banco Central Europeu, Boletim Mensal, Abril 2009.

A análise da composição e da evolução da despesa pública por funções revela-se de especial interesse na medida em que diversos estudos² sugerem que a estrutura da despesa pública é tão ou mais importante para o crescimento económico como o nível da despesa.

Este artigo analisa as tendências de evolução da despesa pública por funções na União Europeia e, em particular, em Portugal, e aborda a relação entre a composição da despesa pública e o crescimento económico. Na secção seguinte é feita uma caracterização da despesa pública na União Europeia, no período de 1998 a 2008, último ano para o qual existem dados disponíveis para a despesa pública por funções para todos os Estados-membros da UE27; na secção 3 é analisada a relação entre a composição da despesa pública e o crescimento económico e a secção 4 aborda a eficiência como meio de maximizar os efeitos da despesa pública no crescimento económico. Na Secção 5 são apresentadas as conclusões.

2. Despesa Pública por Funções na União Europeia

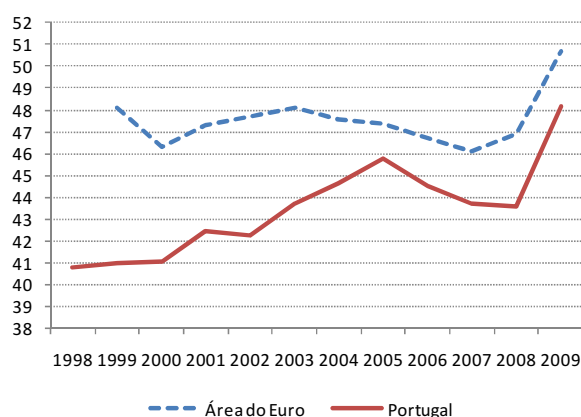
2.1. Evolução

De acordo com as estimativas mais recentes,³ a despesa pública total representava, em 2009, cerca de 50% do PIB, quer na área do euro quer na União Europeia (EU27) (Gráfico 1). A tendência decrescente evidenciada nos últimos anos foi interrompida em 2007, sendo o seu crescimento mais acentuado em 2009 na sequência da recessão internacional, a qual se traduziu num aumento pronunciado da despesa pública na generalidade dos Estados-membros em grande parte resultado quer do funcionamento dos estabilizadores automáticos, quer das medidas de estabilização implementadas pelas várias economias.

² Veja-se, por exemplo, Gemmell, N., R. Kneller e I. Sanz (2009).

³ Eurostat. 2ª notificação dos valores do défice e da dívida públicos de 2009, no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos, Outubro 2010. Os valores da Área do Euro são referentes à 1ª notificação.

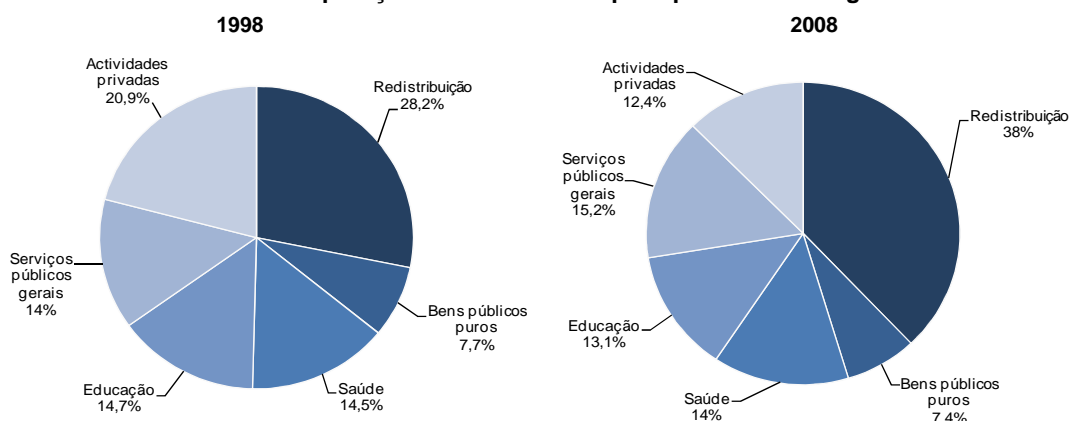
Gráfico 1. Despesa pública total
(em % do PIB)



Fonte: Eurostat.

Em Portugal, o peso da despesa pública no PIB registou uma tendência crescente até 2005, tendo posteriormente diminuído 2,2 pontos percentuais até 2008. O peso da despesa pública no PIB aproximou-se da média europeia, o que se explica, principalmente, pelo crescente peso das despesas com protecção social que, de 1998 a 2008, aumentaram mais de 5 pontos percentuais do PIB, absorvendo mais de 1/3 da despesa pública total (Gráfico 2).

Gráfico 2. Repartição funcional da despesa pública – Portugal



Fonte: Eurostat.

2.2. Caracterização

O quadro seguinte apresenta a despesa pública por funções, em percentagem do PIB, nos 27 Estados-membros da União Europeia, em 1998 e 2008. Estes dados, que permitem também que se faça uma análise da estrutura da despesa, por país, foram examinados de forma a identificar um padrão de referência em termos da relação entre a composição da despesa e o crescimento económico.

Quadro 1. Despesa pública por funções
(em % do PIB)

Categorias COFOG	Serviços gerais da administração pública		Defesa, Segurança e Ordem Pública		Assuntos económicos		Saúde		Educação		Protecção social		Outras		Total	
	G01		G02 e G03		G04		G07		G09		G10		G05, G06 e G08			
Código	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008
Bélgica	11,4	8,5	2,8	2,8	4,4	5,4	6,2	7,4	5,9	5,9	17,9	17,8	2,0	2,1	50,4	50,0
Alemanha	6,7	6,0	2,9	2,6	4,0	3,4	6,1	6,2	4,3	4,0	21,7	19,7	2,3	1,9	48,0	43,7
Irlanda	5,8	:	2,5	:	4,7	:	5,7	:	4,3	:	9,8	:	1,7	:	34,5	42,0
Grécia	12,1	8,6	3,0	3,2	5,6	6,7	3,9	5,1	2,8	3,1	16,0	20,2	1,2	1,3	44,3	48,3
Espanha	6,7	4,7	3,1	3,0	4,8	5,1	5,2	6,1	4,4	4,6	13,6	13,9	3,3	3,7	41,1	41,1
França	7,9	7,1	3,5	3,0	3,2	2,8	7,2	7,8	6,4	5,8	21,2	21,8	3,2	4,3	52,7	52,8
Itália	11,4	9,0	3,0	3,2	4,0	3,7	5,6	7,1	4,8	4,6	17,7	18,8	2,7	2,3	49,2	48,8
Chipre	8,8	9,8	3,8	3,8	4,7	4,2	2,7	3,0	6,0	7,8	7,7	9,9	3,1	4,0	36,7	42,6
Luxemburgo	4,9	4,0	1,3	1,2	4,4	4,4	4,8	4,5	4,9	4,5	16,9	15,7	3,9	3,5	41,1	37,2
Malta	5,5	6,8	2,6	2,3	7,4	7,4	4,6	5,6	5,4	5,5	13,4	14,4	3,9	3,0	43,0	44,8
Países Baixos	9,5	7,3	3,0	3,1	4,6	4,9	3,8	6,0	4,8	5,2	17,8	16,1	3,2	3,2	46,7	45,9
Áustria	8,2	6,5	2,6	2,5	5,3	4,9	8,3	7,7	6,1	5,3	21,2	20,0	2,2	2,0	54,0	49,0
Portugal	6,0	7,0	3,4	3,4	6,4	4,5	6,2	6,4	6,3	6,0	12,1	17,5	2,5	1,2	42,8	46,1
Eslovénia	:	5,1	:	3,0	:	4,7	:	6,1	:	6,2	:	15,9	:	3,4	:	44,3
Eslováquia	6,3	3,7	5,4	3,7	7,8	5,4	5,4	6,7	3,6	3,3	14,5	9,8	2,7	2,1	45,8	34,8
Finlândia	7,8	6,6	3,1	2,8	5,4	4,7	5,8	7,1	6,2	5,9	22,4	20,4	2,1	1,8	52,9	49,5
Área do Euro	8,3	6,7	3,1	2,9	4,1	3,9	6,1	6,9	5,1	4,8	19,4	18,9	2,7	2,9	48,6	46,8
Búlgaria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	37,3
Répubblica Checa	4,0	4,5	3,7	3,2	9,5	7,2	5,8	7,2	4,0	4,7	12,6	12,9	3,4	3,3	43,2	42,9
Dinamarca	9,3	6,7	2,7	2,5	3,6	2,9	6,4	7,8	7,2	7,0	24,2	22,4	2,9	2,6	56,3	51,8
Estónia	4,5	2,9	4,0	4,5	4,7	4,9	4,4	5,2	7,2	6,7	10,8	11,7	3,5	4,0	39,2	39,9
Letónia	8,0	4,0	3,5	3,8	4,4	6,2	2,2	4,8	5,7	6,5	14,2	9,4	2,2	4,0	40,2	38,6
Lituânia	:	3,9	:	3,3	:	4,5	:	5,0	:	5,8	:	12,4	:	2,4	:	37,4
Hungria	11,4	9,3	3,1	2,9	7,5	5,9	5,2	4,9	5,1	5,2	14,9	17,8	3,3	3,2	50,4	49,2
Polónia	:	5,5	:	3,4	:	4,9	:	5,1	:	5,8	:	15,6	:	3,0	:	43,3
Roménia	:	3,8	:	3,8	:	6,2	:	4,2	:	4,8	:	11,9	:	2,9	:	37,6
Suécia	10,2	7,6	3,8	2,9	4,5	5,0	6,2	7,0	7,4	6,9	23,1	21,5	3,7	2,1	58,8	53,1
Reino Unido	5,4	4,5	4,6	5,1	1,9	4,8	5,4	7,4	4,5	6,3	15,4	15,9	2,2	3,3	39,4	47,3
União Europeia	7,9	6,3	3,3	3,3	3,7	4,2	6,0	6,9	5,1	5,2	18,9	18,2	2,6	2,9	47,5	46,9

Fonte: Eurostat. Dados de 2008 de acordo com a 1ª notificação de 2010 dos Estados-membros no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos.

As principais conclusões retiradas dessa análise são de seguida sumariadas. Em 2008:

- A despesa pública com protecção social (inclui despesas com pensões de velhice, doença e invalidez, subsídios de desemprego, entre outros) representava a componente com maior peso na despesa em todos os Estados-membros da União Europeia, com excepção da Letónia, variando entre 45% da despesa pública total, na Alemanha, e 23% no Chipre. Em 17 países, mais de 1/3 da despesa pública era afectada a despesas com protecção social, traduzindo a importância da função redistribuição no papel do Estado. Nos países nórdicos, na Alemanha, na Áustria, em França, no Luxemburgo e na Grécia, o peso desta componente na despesa total, era superior à média europeia (39%). Note-se, no entanto, que estes dados podem reflectir diferenças institucionais, designadamente no que se refere aos sistemas de segurança social e aos sistemas fiscais.
- A saúde surge como a segunda componente com maior peso na despesa pública, na generalidade dos países da UE27, com excepção da maioria dos novos Estados-membros onde as despesas relacionadas com os assuntos económicos (administração, regulamentação e apoios à actividade económica) assumem maior importância.
- As despesas com protecção social, saúde e educação representavam, na generalidade dos países, incluindo Portugal, mais de 2/3 da despesa pública total.
- Em oito Estados-membros (Bélgica, Grécia, Itália, Chipre, Países Baixos, Portugal, Hungria e Suécia), a despesa em serviços gerais da administração pública representava a segunda

componente com maior importância na despesa pública, a seguir à protecção social, facto que, em Portugal, se verificou a partir de 2007.

No caso de Portugal, e ao contrário da tendência média observada na União Europeia, a despesa em serviços gerais da administração pública apresentou uma evolução crescente, em particular a partir de 2002. Entre 1998 e 2008, Portugal aumentou a despesa em serviços públicos gerais em 1 ponto percentual do PIB, enquanto a despesa para essa finalidade se reduziu, em média, 1,6 pontos percentuais do PIB, quer na do euro quer na União Europeia.⁴

Esta análise permite aferir que a estrutura da despesa pública apresenta algumas diferenças entre os vários países, reflectindo, em parte, os diferentes níveis de desenvolvimento económico e a importância do Estado-providência. A mera análise comparativa da repartição funcional da despesa entre os vários países não permite tecer considerações sobre a qualidade das finanças públicas no sentido de, à luz das melhores práticas internacionais, saber qual a percentagem da riqueza gerada na economia que é razoável o Estado gastar em apoios à economia, em educação, saúde ou protecção social, contribuindo para maximizar o crescimento económico, da forma mais eficiente. Acresce que, nem sempre os países que gastam mais são necessariamente aqueles que apresentam os melhores *outcomes*, podendo existir margem para melhorar o custo-eficácia da despesa (OCDE, 2010). Para uma melhor compreensão da relação entre despesa pública e crescimento económico é necessário complementar esta análise com a teoria e a evidência empírica sobre os efeitos da composição da despesa no crescimento económico e, adicionalmente, com análises sobre a eficiência da despesa pública.

3. Composição da Despesa Pública e Crescimento Económico

3.1. Resenha da Literatura

A qualidade da despesa pública tem sido objecto de análise em diversos estudos, designadamente em termos da sua composição, eficiência e eficácia e do respectivo contributo para o crescimento económico.⁵ Recentemente, surgiu uma vasta literatura examinando os efeitos no crescimento económico de processos de consolidação orçamental centrados em alteração de impostos ou de despesa. Os resultados encontrados por Alesina (2009) sugerem que, em casos de estímulo orçamental,⁶ reduções de impostos são mais expansionistas do que aumentos da despesa pública. Pelo contrário, nos casos de ajustamento orçamental, reduções da despesa são mais eficazes na redução da dívida pública e em evitar recessões económicas do que aumentos de impostos. Estes resultados estão em linha com estudos previamente realizados por outros autores no início dos anos 90, usando abordagens semelhantes, designadamente Guiavazzi e Pagano (1990) que argumentaram que ajustamentos orçamentais significativos centrados no lado da despesa podiam ser expansionistas (e.g. Irlanda e Dinamarca nos anos 80). Estes resultados foram posteriormente corroborados por outros autores nomeadamente Alesina e Ardagna (1998) e Alesina e Perotti (1997), entre outros.⁷

Os primeiros modelos de crescimento endógeno de Barro (1990) e Barro e Sala-i-Martin (1992) abordavam os efeitos da despesa pública no crescimento económico classificando-a em despesa “produtiva”, i.e., com efeito positivo na produtividade marginal do capital e do trabalho, e “não produtiva”. De acordo com estes modelos, as despesas produtivas afectam a taxa de crescimento económico, via aumento da produtividade do sector privado, enquanto as restantes despesas tendem a aumentar o bem-

⁴ A mesma conclusão é válida caso se considere a evolução do peso deste componente na despesa pública total.

⁵ Veja-se, por exemplo, S. Deroose e C. Kastrop (2008).

⁶ Os autores definem um período de estímulo (ajustamento) orçamental como um ano no qual o saldo primário ajustado do ciclo regista uma deterioração (melhoria) de, pelo menos, 1,5% do PIB.

⁷ Veja-se, por exemplo, Cournède, B. e Gonand, F. (2006), *Restoring fiscal sustainability in the Euro Area: Raise taxes or curb spending?*, OECD Economics Department Working Paper No. 520, OCDE, Paris.

estar dos cidadãos, e apenas afectam o crescimento se financiadas por impostos distorcionários.⁸ Quando estes modelos são ampliados para incorporar os efeitos de défices/excedentes no crescimento, os resultados podem ser positivos, negativos ou ambíguos dependendo da forma como o défice é financiado (Tabela 2). Estes modelos sugerem que os efeitos da política orçamental no crescimento económico dependem da composição da despesa pública e do tipo de impostos usados para as financiar.

Tabela 2. Efeitos da política orçamental sobre o crescimento económico

Financiado por:		Despesa Pública		Défice
		Produtiva	Não produtiva	
Impostos	Distorcionários	Positivo/negativo	Negativo	Ambíguo
	Não distorcionários	Positivo	Nulo	Negativo
Défice orçamental		Ambíguo	Negativo	-

Fonte: adaptado de Gemmell, N., R. Kneller e I. Sanz (2009).

De notar, no entanto, que estes modelos focalizam-se no estudo do impacto de diferentes tipos de impostos sobre o crescimento económico. Do lado da despesa, pelo contrário, os desenvolvimentos que tenham em conta a composição/estrutura da despesa têm sido poucos, surgindo como referencial o estudo de Devarajan *et al.* (1996), segundo o qual os efeitos da despesa pública no crescimento económico dependem da combinação da produtividade relativa das componentes da despesa e do peso relativo inicial de cada uma delas, sugerindo que alterações na combinação da despesa podem ser tão ou mais importantes para o crescimento como o nível da despesa. Estes resultados foram recentemente corroborados por Gemmell, N., R. Kneller e I. Sanz (2009).

3.2. Evidência Empírica nos Países da OCDE

Evidência recente sobre os efeitos da composição funcional da despesa pública no crescimento económico foi desenvolvida por Gemmell, N., R. Kneller e I. Sanz (2009). A metodologia empírica usada neste estudo para examinar impactos no crescimento económico de longo prazo de variações na despesa pública total e de alterações na composição da despesa tem por base o trabalho de Devarajan *et al.* (1996) e foi aplicada a uma amostra de 17 países da OCDE.⁹ A análise desenvolvida tem em conta os aspectos de financiamento de alterações da despesa (através de aumento de impostos, redução de excedentes/aumento de défices orçamentais ou redução de outras componentes da despesa) e, adicionalmente, examina as potenciais relações de endogeneidade entre despesa e crescimento económico, este último aspecto descuidado nas análises anteriores e, por isso, considerado pelos autores como uma limitação metodológica desses estudos.

Na Tabela 3 são apresentados os resultados empíricos do estudo considerando que o coeficiente associado a cada uma das componentes da despesa pública mede os efeitos no crescimento económico de longo prazo resultantes de uma variação no peso dessa componente mantendo inalterados a despesa total, receita e, portanto, saldo orçamental. Implicitamente, os resultados são obtidos sob a hipótese de que aumentos numa componente da despesa são financiados por reduções, numa base *pro rata*, nas restantes componentes.

⁸ Impostos que distorcem as decisões de investimento. Incluem, normalmente, os impostos sobre os rendimentos do trabalho e do capital.

⁹ Não inclui Portugal, por ausência de informação estatística em algumas das séries cronológicas.

Tabela 3. Impacto da despesa pública no crescimento económico
(Análise por componente funcional da despesa)

Regressão	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Peso de:	Transportes e Comunicações	Educação	Assuntos económicos	Saúde	Protecção social	Actividades recreativas	Serviços públicos gerais	Defesa	Habituação
Componente da despesa	0,156 (3,09)**	0,111 (2,11)	0,062 (1,57)	0,023 (1,10)	0,012 (0,91)	-0,056 (0,21)	-0,067 (2,04)*	-0,200 (3,25)**	-0,555 (5,97)**
Despesa total	0,408 (9,05)**	0,304 (8,01)**	0,381 (9,77)**	0,400 (10,69)**	0,338 (7,88)**	0,302 (6,54)**	0,485 (13,27)**	0,291 (6,45)**	0,314 (8,03)**

Notas: Os resultados foram obtidos controlando as regressões pelos possíveis efeitos de endogeneidade entre a despesa pública e o crescimento económico. A variável dependente é a taxa de crescimento real do PIB. As regressões incluem, como variáveis de controlo, para além das variáveis identificadas na tabela, os impostos desagregados em distorcionários e não distorcionários, o rácio investimento privado não residencial/PIB e a taxa de crescimento do emprego. *, ** Nível de significância de 10 e 5%, respectivamente.

Fonte: Gemmell, N., R. Kneller e I. Sanz (2009).

As principais conclusões do estudo são de seguida sumariadas:

- A reorientação da despesa pública para despesas “produtivas” tais como infra-estruturas essenciais ao desenvolvimento económico e educação (regressões 4 e 5), tem um efeito positivo no crescimento económico de longo prazo enquanto o impacto de uma reorientação da despesa, por exemplo, para serviços públicos gerais ou defesa é, em média, diminuto, mas negativo. Estes resultados estão em linha com outros encontrados na literatura.
- Os efeitos (em termos de sinal e magnitude) da composição da despesa sobre o crescimento económico diferem consoante se considere, ou não, a existência de relações de endogeneidade. É por vezes argumentado que, a longo prazo, algumas despesas públicas, tais como educação e saúde, são elásticas em relação ao rendimento no sentido de que períodos de maior crescimento económico induzem maior procura por serviços desta natureza. Esta endogeneidade, caso não seja considerada, pode inverter o sentido do nexos de causalidade, colocando problemas na interpretação dos resultados. Controlando as regressões pela possível endogeneidade, os autores concluem que os resultados mantêm-se relativamente inalterados para a generalidade das componentes da despesa, face à situação inicial em que estes efeitos não são considerados, com excepção da saúde e protecção social. No caso das despesas com saúde, o efeito positivo sobre o crescimento mantém-se, mas é de menor intensidade. A principal alteração ocorre nos resultados das despesas com protecção social, sendo que os efeitos desta componente da despesa pública sobre o crescimento passam de negativos para nulos, corroborando a ideia de que co-movimentos negativos entre despesa social e crescimento, tipicamente observados nos ciclos económicos, parecem ser uma consequência do co-movimento cíclico negativo com o crescimento e não a evidência de impactos adversos sobre o crescimento.
- Os efeitos (em termos de sinal e magnitude) da composição da despesa sobre o crescimento económico diferem consoante o financiamento de aumentos da despesa se processe através de aumento de impostos, redução de excedentes/aumento de défices orçamentais ou redução de outras componentes da despesa. Por exemplo, um aumento da despesa pública total, financiada por impostos não distorcionários tem um efeito ligeiramente positivo no crescimento, enquanto a mesma despesa financiada por uma redução do excedente orçamental ou aumento de impostos distorcionários tem um impacto negativo no crescimento.

O estudo analisa também a dinâmica de transmissão dos efeitos da despesa pública sobre o crescimento. Os resultados mostram que o processo de ajustamento é relativamente lento, variando entre 5 a 15 anos até se concluir o impacto total de uma alteração da despesa no crescimento, sendo que os efeitos positivos no crescimento levam, em média, mais tempo a fazer-se sentir do que os efeitos negativos (Tabela 4).

Tabela 4. Dinâmica de ajustamento

Componentes da despesa	Transportes e comunicações	Educação	Apoios à economia	Saúde	Protecção social	Actividades recreativas	Serviços públicos gerais	Defesa	Habitacão
Nº médio de anos necessários para se alcançar 90% do efeito de longo prazo no crescimento	12,1	8,5	14,4	15,3	11,7	9,9	10,8	7,6	5,4

Fonte: Gemmell, N., R. Kneller e I. Sanz (2009).

Estes resultados vão ao encontro do que mostra a experiência no sentido de que, medidas do lado da despesa, demoram tempo a surtir efeito no crescimento económico.

4. Composição e Eficiência da Despesa

Melhorar a eficiência da despesa pública constitui um meio de maximizar os efeitos potenciais da despesa pública sobre o crescimento económico, sendo apontado pela OCDE como uma das melhores práticas a aplicar para promover o crescimento económico a longo prazo.

A análise da composição e dos potenciais ganhos de eficiência da despesa pública ajuda a priorizar a despesa pública, particularmente em períodos de elevado ajustamento orçamental, como é o actual. Adicionalmente, melhorias de eficiência impulsionam a eficácia da despesa.¹⁰

Recentemente, e no âmbito da análise dos episódios de ajustamento orçamental bem sucedidos no passado, ressurgiu o debate a favor da redução das despesas sobre o aumento de impostos como via para a sustentabilidade das finanças públicas, condição prévia para um crescimento económico sustentável.¹¹ Adicionalmente, as preocupações em conciliar crescimento económico e redução da despesa pública, assegurando simultaneamente os serviços públicos considerados prioritários, fizeram renascer, em vários países, o interesse em implementar um "dividendo de eficiência"¹², iniciativa que é, desde há vários anos, prática integrante dos processos orçamentais das economias mais avançadas.

Esta questão é ainda mais premente num contexto em que os países estão sujeitos a forte disciplina orçamental e algumas componentes da despesa estão sob pressão ascendente quer pelas perspectivas de crescimento económico e do emprego moderado, quer ainda pelo efeito continuado da pressão exercida nas finanças públicas devido ao envelhecimento da população.

Tendo em conta estes efeitos, uma abordagem a seguir, mas não necessariamente a mais fácil ou de resultados mais imediatos, consiste em explorar a margem para aumentar a eficiência do sector público através da manutenção dos *outputs* e diminuição dos *inputs*. Recentes estudos da OCDE (2009, 2010) reconhecem ganhos potenciais para os países que adoptem as melhores práticas internacionais em serviços públicos chave como educação e saúde. Por exemplo, em Portugal, a despesa pública em educação é referenciada em vários estudos como sendo ineficiente,¹³ sugerindo que para os mesmos níveis de despesa é possível obter melhores *outcomes*. Na saúde, Portugal gasta menos, em

¹⁰ Veja-se, por exemplo, St. Aubyn, Miguel, A. Pina, F. Garcia e J. Pais (2009), *Study on the efficiency and effectiveness of public spending on tertiary education*, Economic Papers 390, Novembro, Economic and Financial Affairs, Directorate-General, European Commission.

¹¹ Henriksson, J. (2007), Ten lessons about budget consolidation, *Bruegel Essay and Lecture Series*.

¹² Para mais pormenores veja-se, por exemplo, HM Treasury (2010), *The Spending Review Framework* (http://www.hm-treasury.gov.uk/d/spending_review_framework_080610.pdf) e <http://blog-pfm.imf.org/pfmblog/2009/12/efficiency-dividends-what-is-the-magic-number.html>.

¹³ Ver nota de rodapé 10.

percentagem do PIB, do que outros países, e obtém melhores *outcomes*, sendo considerado, num estudo recente da OCDE sobre a análise comparativa da eficiência dos sistemas de saúde,¹⁴ um país moderadamente eficiente, significando que ainda existe margem para ganhos de eficiência.

Tornar a despesa pública mais eficiente permite libertar recursos para áreas prioritárias, evitando acréscimos na carga fiscal. Em termos gerais, a melhoria da eficiência da despesa pública é um objectivo independente do peso do Estado na economia, sendo uma prática antiga e regular nos países mais avançados.

5. Conclusões

A estrutura da despesa pública por funções apresenta diferenças entre países reflectindo, em parte, diferentes níveis de desenvolvimento económico e a importância do Estado-providência.

Os estudos sobre a relação entre a despesa pública e o crescimento económico mostram que a reorientação da despesa pública para despesas “produtivas” tais como infra-estruturas essenciais ao desenvolvimento económico, educação e saúde, tem um efeito positivo no crescimento económico de longo prazo enquanto uma reorientação da despesa, por exemplo, para serviços públicos gerais ou defesa tem, em média, um impacto diminuto mas negativo e para despesas em protecção social tem um impacto neutro. Estes efeitos processam-se demoradamente e dependem da forma utilizada para financiar a alteração da despesa pública.

A composição da despesa pública deverá, desejavelmente, potenciar os efeitos positivos sobre o crescimento económico de longo prazo. O contexto orçamental actual, caracterizado, nomeadamente, pelo comportamento anti-cíclico das despesas sociais e pelo imperativo de ajustamento orçamental, requer uma maior selectividade na despesa pública com vista a maior conciliação entre redução da despesa e crescimento económico. A exploração de ganhos de eficiência, através da manutenção dos *outputs* e diminuição dos *inputs*, não sendo necessariamente o mais fácil nem de resultados imediatos, constitui também uma forma de melhorar os potenciais efeitos da despesa pública no crescimento económico.

Referências

- Alesina, A., e S. Ardagna (2009), Large Changes in Fiscal Policy: Taxes versus Spending, *NBER Working Paper 15438*, Cambridge, MA.
- Banco Central Europeu (2009), The functional composition of government spending in the European Union, *Boletim Mensal*, Abril.
- Castro, C. (2006), Política fiscal e crescimento económico, ESEIG, *Revista de Estudos Politécnicos, Vol III, n.º 5/6, 087-118*, Instituto Politécnico do Porto.
- Comissão Europeia (2007), *Manual on sources and methods for the compilation of COFOG Statistics*.
- Deroose, S. e C. Kastrop (2008), The Quality of Public Finances: findings of the Economic Policy Committee Working Group (2004-2007), Comissão Europeia, *Occasional Papers 37*, Março.
- Devarajan, S., Swaroop, V., Zou, H., 1996. The composition of public expenditure and economic growth, *Journal of Monetary Economics 37*.
- Gemmell, N., R. Kneller e I. Sanz (2009), The Composition of government expenditure and economic growth: some evidence from OECD countries, Comissão Europeia, *Occasional Papers 45*, Março.
- OCDE (2010), *Economic Outlook*, Volume 2010/1, N.º 87, Maio, Paris.
- OCDE (2009), *Economic Outlook*, Volume 2009/2 N.º 86, Novembro, Paris.

¹⁴ Joumard, I., C. André e Chantal Nicq (2010), Health Care Systems, efficiency and institutions, *OECD Economics Department Working Papers, N.º 627*, OCDE, Paris.

Comércio Internacional no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Walter Anatole Marques¹

1. Introdução

Criada em 17 de Julho de 1996, a **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)** é o fórum multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. Os países fundadores são **Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe**. Em 2002, após a independência, **Timor-Leste** foi integrado na Comunidade.

No decorrer da VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo realizada em Bissau em Julho de 2006, foram admitidos como observadores associados a **Guiné Equatorial** e as **Maurícias**. Na Cimeira de Lisboa, que teve lugar em 25 de Julho de 2008, o **Senegal** foi também admitido como observador associado.

A CPLP tem por objectivos gerais:

- Concertação político-diplomática entre os seus Estados-Membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;
- Cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- Materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa.

Disseminada por quatro continentes, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) estende-se por uma área de 10,7 milhões de quilómetros quadrados, com uma população da ordem dos 250 milhões de indivíduos (Quadro 1).

Quadro 1. Principais indicadores dos países da CPLP em 2008

(Países ordenados por ordem decrescente do PNB "per capita")

Países da CPLP	Superfície (mil Km ²)	População				Produto	
		(milhões)	Crescimento anual (%)	Esperança de vida (anos)	Escolaridade ens. primário (%)	PIB (10 ⁹ US\$)	PNB per capita* (US\$)
Portugal	92	10.6	0.1	79	98.9	243.8	20 540
Brasil	8 515	192.0	1.0	72	94.2	1 638.6	7 490
Angola	1 247	18.0	2.6	47	n.d.	84.9	3 340
Cabo Verde	4	0.5	1.4	71	84.4	1.5	2 830
Timor-Leste	15	1.1	3.2	61	75.9	0.5	2 460
S.Tomé Pr.	1	0.2	1.6	66	97.1	0.2	1 020
Moçambique	799	22.4	2.3	48	79.9	9.9	380
Guiné-Bissau	36	1.6	2.2	48	52.1	0.5	250

*Calculado segundo o Método Atlas do Banco Mundial.

Fonte: Banco Mundial

A intensificação das trocas comerciais entre os parceiros deste vasto e populoso espaço comunitário, constitui um dos vectores importantes para a concretização dos objectivos da CPLP.

¹ Assessor Principal (AP). O conteúdo deste trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

2. Trocas Comerciais da CPLP

2.1. Balança Comercial dos Países da CPLP

No Quadro 2 encontram-se representadas as balanças comerciais de mercadorias dos países da CPLP face ao Mundo, à excepção de Timor-Leste. Os dados disponíveis apontam Angola como sendo o único país que detém um saldo sempre positivo entre 2000 e 2009, sendo de destacar ainda o Brasil, com *supertavit* entre 2002 e 2009.

Quadro 2. Balança comercial de mercadorias dos países da CPLP¹ face ao Mundo

Valores em 1000 US\$ e percentagem

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BRASIL										
Importação (cif)	61 875	61 463	51 956	53 302	69 154	80 929	101 175	132 669	186 656	138 613
tvh	-	-0.7	-15.5	2.6	29.7	17.0	25.0	31.1	40.7	-25.7
Exportação (fob)	59 644	59 026	60 368	73 667	97 673	118 480	138 374	157 094	202 579	150 560
tvh	-	-1.0	2.3	22.0	32.6	21.3	16.8	13.5	29.0	-25.7
Saldo (fob-cif)	-2 231	-2 437	8 413	20 365	28 519	37 551	37 199	24 425	15 923	11 947
tvh	-	9.2	-445.2	142.1	40.0	31.7	-0.9	-34.3	-34.8	-25.0
Cobertura (fob/cif)	96.4	96.0	116.2	138.2	141.2	146.4	136.8	118.4	108.5	108.6
ANGOLA										
Importação (cif)	2 203	3 436	3 066	4 467	7 036	8 221	11 307	13 085	21 294	17 423
tvh	-	56.0	-10.8	45.7	57.5	16.8	37.5	15.7	62.7	-18.2
Exportação (fob)	7 315	6 170	7 220	8 500	11 527	20 208	29 303	37 599	61 744	36 042
tvh	-	-15.6	17.0	17.7	35.6	75.3	45.0	28.3	64.2	-41.6
Saldo (fob-cif)	5 112	2 734	4 154	4 034	4 491	11 987	17 997	24 514	40 450	18 620
tvh	-	-46.5	52.0	-2.9	11.3	166.9	50.1	36.2	65.0	-54.0
Cobertura (fob/cif)	332.1	179.6	235.5	190.3	163.8	245.8	259.2	287.3	290.0	206.9
PORTUGAL										
Importação (cif)	38 224	37 925	38 342	47 222	54 865	61 170	66 684	78 321	90 191	69 940
tvh	-	-0.8	1.1	23.2	16.2	11.5	9.0	17.5	15.2	-22.5
Exportação (fob)	23 298	23 892	25 547	31 733	35 756	38 142	43 350	51 522	56 060	43 383
tvh	-	2.6	6.9	24.2	12.7	6.7	13.7	18.9	8.8	-22.6
Saldo (fob-cif)	-14 926	-14 033	-12 795	-15 489	-19 110	-23 028	-23 334	-26 799	-34 131	-26 557
tvh	-	-6.0	-8.8	21.0	23.4	20.5	1.3	14.8	27.4	-22.2
Cobertura (fob/cif)	61.0	63.0	66.6	67.2	65.2	62.4	65.0	65.8	62.2	62.0
MOÇAMBIQUE										
Importação (cif)	1 046	1 063	1 270	1 813	2 035	2 467	2 914	3 092	4 008	3 567
tvh	-	1.6	19.4	42.8	12.2	21.2	18.1	6.1	29.6	-11.0
Exportação (fob)	364	704	682	1 044	1 504	1 745	2 381	2 412	2 653	1 853
tvh	-	93.2	-3.1	53.1	44.1	16.1	36.4	1.3	10.0	-30.2
Saldo (fob-cif)	-682	-360	-588	-769	-531	-721	-533	-680	-1 355	-1 715
tvh	-	-47.3	63.4	30.9	-31.0	35.9	-26.2	27.7	99.2	26.6
Cobertura (fob/cif)	34.8	66.2	53.7	57.6	73.9	70.8	81.7	78.0	66.2	51.9
CABO VERDE										
Importação (cif)	238	248	333	362	441	480	617	807	992	786
tvh	-	4.4	34.4	8.4	22.1	8.8	28.4	30.8	23.0	-20.7
Exportação (fob)	11	10	22	29	21	26	39	31	51	42
tvh	-	-10.5	126.9	31.1	-28.4	23.1	53.3	-21.1	64.1	-16.6
Saldo (fob-cif)	-227	-238	-311	-332	-421	-455	-577	-776	-941	-744
tvh	-	5.1	30.7	6.8	26.5	8.1	27.0	34.3	21.3	-20.9
Cobertura (fob/cif)	4.6	3.9	6.6	8.0	4.7	5.3	6.4	3.8	5.1	5.4
GUINÉ-BISSAU										
Importação (cif)	106	109	102	160	137	213	200	251	287	328
tvh	-	2.9	-5.7	56.1	-14.5	56.0	-6.0	25.5	14.1	14.2
Exportação (fob)	112	125	95	71	110	109	87	301	140	152
tvh	-	11.5	-23.4	-25.9	55.5	-1.1	-19.8	245.4	-53.6	9.0
Saldo (fob-cif)	6	16	-7	-89	-27	-104	-113	50	-147	-175
tvh	-	156.6	-143.1	1189.4	-70.1	291.8	8.3	-144.1	-394.7	19.2
Cobertura (fob/cif)	105.9	114.8	93.3	44.3	80.5	51.0	43.5	119.8	48.7	46.5
S.TOMÉ E PR.										
Importação (cif)	40	54	62	64	65	65	80	81	105	98
tvh	-	34.5	15.4	3.0	1.5	0.0	23.9	1.8	29.3	-7.2
Exportação (fob)	18	11	9	12	9	18	9	9	7	14
tvh	-	-34.8	-24.7	35.0	-18.9	91.0	-51.4	3.1	-27.5	113.2
Saldo (fob-cif)	-22	-42	-53	-52	-55	-46	-71	-72	-99	-84
tvh	-	89.7	26.3	-2.2	6.1	-15.7	53.3	1.7	36.4	-15.2
Cobertura (fob/cif)	44.3	21.5	14.0	18.4	14.7	28.0	11.0	11.1	6.2	14.3

[1] Não incluindo Timor-Leste

Fonte: Dados de base do FMI - Direction of Trade Statistics - Outubro 2010.

2.2. Quotas Mundiais de Mercado dos Países da CPLP

No Quadro 3 representa-se, em permilagem, as quotas mundiais de mercado das exportações de mercadorias dos países da CPLP para os anos de 2000 a 2009, em que sobressai o Brasil, seguido de Portugal e de Angola, cuja quota em 2008 terá sido superior à de Portugal.

Quadro 3. Quotas mundiais de mercado das exportações de mercadorias dos países da CPLP

	Permilagem									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	8.664	9.505	9.406	9.796	10.585	11.351	11.378	11.648	12.386	12.382
Portugal	3.658	3.986	3.972	4.094	3.615	3.084	3.541	3.643	3.602	3.574
Angola	1.211	1.040	1.170	1.236	1.421	2.267	2.567	3.150	4.516	3.244
Moçambique	0.057	0.115	0.126	0.140	0.165	0.171	0.197	0.192	0.163	0.158
Guiné-Bissau	0.010	0.010	0.008	0.009	0.010	0.008	0.006	0.005	0.006	0.010
Cabo Verde	0.002	0.002	0.002	0.002	0.002	0.002	0.002	0.001	0.002	0.003
S.Tomé Pr	0.000	0.000	0.001	0.001	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.001
Timor-Leste	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>

Fonte: Dados de base do FMI-Direction of Trade Statistics, Outubro 2010.

2.3. Os 10 Principais Mercados de Importação e de Exportação dos Países da CPLP

Nos Quadros 4 e 5 encontram-se seriados os dez principais mercados de origem e de destino das trocas de mercadorias entre os países da CPLP e o Mundo em 2009.

Quadro 4. Principais mercados de origem das importações dos países da CPLP em 2009 (%)

	Brasil		Portugal		Angola		Cabo Verde		Moçambique		Guiné-Bissau		S.Tomé Pr.		Timor-Leste		
	%		%		%		%		%		%		%		[1]	%	
EUA	16.1	Espanha	31.6	Portugal	19.8	Portugal	43.5	África Sul	33.5	Portugal	15.6	Portugal	56.2	Indonésia	42.5		
China	12.6	Alemanha	12.4	China	15.1	P.Baixos	15.1	P.Baixos	8.4	Senegal	15.3	Brasil	6.4	Singapura	17.1		
Argentina	8.8	França	8.6	EUA	9.0	Espanha	5.9	Índia	5.9	Índia	11.6	Malásia	6.0	Austrália	13.8		
Alemanha	7.7	Itália	5.5	Brasil	8.7	China	5.0	China	4.2	P.Baixos	8.4	EUA	4.5	Vietname	7.0		
Japão	4.3	P.Baixos	5.3	França	4.8	Itália	4.3	Portugal	3.5	China	7.8	Japão	4.3	Malásia	4.5		
Nigéria	3.8	R.Unido	3.2	Itália	4.5	Brasil	4.1	EUA	3.3	Tailândia	4.7	Gabão	3.7	Japão	2.3		
Coreia SL	3.8	Bélgica	2.8	África Sul	4.2	Bélgica	2.4	Japão	3.3	Brasil	4.1	Bélgica	3.3	China	2.1		
França	2.9	Nigéria	2.5	Índia	3.6	França	1.7	Tailândia	3.1	Cuba	2.8	China	2.5	Tailândia	2.1		
Itália	2.8	China	2.2	R.Unido	3.3	Alemanha	1.6	Emiratos	1.8	França	2.6	P.Baixos	2.3	Portugal	1.2		
México	2.2	Brasil	1.8	Espanha	3.1	Suécia	1.2	Singapura	1.6	C.Marfim	2.2	Espanha	2.3	Alemanha	1.1		
	64.8		76.0		76.0		84.7		68.8		75.1		91.4		2.3		93.7
Por memória:																	
UE	22.8	UE	76.3	UE	45.6	UE	77.5	UE	18.4	UE	35.3	UE	67.5	UE		UE	<i>n.d.</i>

[1] Dados de 2008.

Fontes: Dados de base do FMI-Direction of Trade Statistics, Outubro 2010, excepto Timor-Leste (Portal do Governo de Timor-Leste).

Quadro 5. Principais mercados de destino das exportações dos países da CPLP em 2009 (%)

	Brasil		Portugal		Angola		Cabo Verde		Moçambique		Guiné-Bissau		S.Tomé Pr.		Timor-Leste		
	%		%		%		%		%		%		%		[1]	%	
China	12.5	Espanha	26.2	China	37.0	Espanha	52.1	P.Baixos	47.6	Índia	69.6	R.Unido	32.8	Alemanha	26.9		
EUA	10.5	Alemanha	13.0	EUA	24.5	Portugal	21.5	África Sul	11.6	Nigéria	24.1	P.Baixos	26.8	EUA	26.8		
Argentina	8.4	França	12.0	Índia	8.6	Marrocos	6.9	China	3.8	Togo	1.5	Bélgica	20.9	Indonésia	16.6		
P.Baixos	5.4	Angola	7.2	França	8.3	Argélia	3.5	Índia	2.9	Portugal	1.1	Portugal	4.3	Singapura	10.0		
Alemanha	4.1	R.Unido	5.5	África Sul	3.9	Alemanha	2.6	Malawi	2.3	China	1.0	França	3.7	Portugal	6.4		
Japão	2.9	Itália	3.7	Canadá	3.4	Bermudas	2.5	EUA	2.1	Senegal	0.5	Nigéria	2.4	Japão	5.1		
Venezuela	2.4	P.Baixos	3.6	P.Baixos	2.5	Irlanda	2.3	Espanha	1.9	Espanha	0.3	EUA	1.3	Austrália	2.1		
R.Unido	2.4	EUA	3.3	Espanha	2.0	EUA	1.5	Portugal	1.6	Guiné	0.3	Quênia	1.3	Coreia SL	2.0		
Índia	2.2	Bélgica	2.4	Suécia	1.3	França	0.8	R.Unido	1.5	Coreia SL	0.2	Itália	1.2	T.Brit.Índ.	1.2		
Itália	2.1	Suécia	1.2	R.Unido	1.1	P.Baixos	0.7	Singapura	1.5	Gâmbia	0.2	Hungria	0.8	N.Zelândia	0.9		
	52.7		78.2		92.6		94.3		76.9		98.8		95.5		34.4		97.9
Por memória:																	
UE	22.4	UE	73.1	UE	17.3	UE	80.8	UE	57.5	UE	2.0	UE	90.7	UE		UE	34.4

[1] Dados de 2008.

Fontes: Dados de base do FMI-Direction of Trade Statistics, Outubro 2010, excepto Timor-Leste (Portal do Governo de Timor-Leste).

Em 2009, Portugal foi o principal fornecedor de mercadorias de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, o 5º de Moçambique, e o 9º de Timor-Leste. Relativamente ao Brasil, ocupou nesse ano uma longínqua 45ª posição no *ranking*.

Por sua vez, Portugal figura, em 2009, entre os 10 principais mercados de destino nas exportações de Cabo Verde (2º), Guiné-Bissau (4º), S.Tomé e Príncipe (4º), Timor-Leste (5º) e Moçambique (8º). Ocupou a 14ª posição nas exportações de Angola e a 32ª nas do Brasil.

2.4. Trocas Comerciais Intra-CPLP

Portugal e o Brasil foram os dois únicos países que entre 2000 e 2009 exportaram anualmente para todos os parceiros desta comunidade, não se considerando aqui Timor-Leste por indisponibilidade de dados. Em 2009, o principal fornecedor da Comunidade foi Portugal, com cerca de 57,0% do total (40,9% em 2008), seguido do Brasil (37,7%, com 35,0% em 2008) e de Angola (4,6%, com 23,7% em 2008). O principal destinatário das mercadorias portuguesas e brasileiras foi Angola, tendo sido Portugal o principal cliente de Angola neste ano, seguido do Brasil (Quadro 6).

Quadro 6. Exportações Intra-CPLP¹
2000 a 2009

(ordenadas por ordem decrescente de valor em 2009)

	milhões de US\$										Estrut. 2009 (%)
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Total Intra-CPLP	1 414.6	1 845.9	1 856.7	2 092.4	2 744.8	3 188.4	5 180.9	7 924.3	10 751.7	7 236.7	100.00
Portugal	782.8	867.0	932.3	1 146.9	1 322.8	1 536.6	2 246.8	3 202.1	4 392.6	4 124.1	56.99
Brasil	493.7	657.0	815.1	883.5	1 358.8	1 588.7	2 364.3	3 059.2	3 763.0	2 727.9	37.70
Angola	78.0	281.1	68.0	10.7	6.5	30.6	528.1	1 408.2	2 552.3	335.1	4.63
Moçambique	42.9	28.7	30.0	39.8	42.7	22.3	31.3	35.1	30.2	37.9	0.52
Cabo Verde	8.7	7.8	8.2	9.2	12.3	8.6	8.2	9.1	12.3	9.2	0.13
Guiné-Bissau	1.2	2.3	2.9	2.0	1.0	1.2	1.5	210.3	1.0	2.0	0.03
São Tomé e Pr.	7.3	2.1	0.4	0.4	0.7	0.4	0.8	0.3	0.4	0.6	0.01
PORTUGAL	782.8	867.0	932.3	1 146.9	1 322.8	1 536.6	2 246.8	3 202.1	4 392.6	4 124.1	100.00
para Angola	338.8	448.2	540.5	736.4	836.5	993.9	1 525.0	2 317.2	3 298.6	3 129.0	75.87
para Brasil	180.5	201.4	153.9	146.4	192.7	220.1	320.7	355.8	467.1	417.8	10.13
para Cabo Verde	156.1	121.5	139.9	154.8	173.3	184.6	238.6	312.9	378.9	311.3	7.55
para Moçambique	64.0	56.5	51.0	61.3	68.3	80.3	92.8	123.0	135.2	169.4	4.11
para S.Tomé e Pr.	17.7	19.0	27.7	28.7	29.9	27.8	35.5	45.8	53.2	50.0	1.21
para Guiné-Bissau	25.7	20.4	19.4	19.2	22.2	29.9	34.1	47.4	59.7	46.6	1.13
BRASIL	493.7	657.0	815.1	883.5	1 358.8	1 588.7	2 364.3	3 059.2	3 763.0	2 727.9	100.00
para Angola	106.3	142.0	199.5	235.0	356.7	520.4	836.1	1 218.2	1 974.6	1 373.9	50.37
para Portugal	379.8	506.5	581.9	628.3	961.7	1 014.6	1 460.7	1 804.9	1 706.8	1 198.6	43.94
para Moçambique	3.4	2.7	27.9	10.7	23.2	28.1	35.0	0.0	32.4	108.4	3.97
para Cabo Verde	3.8	5.4	5.5	9.0	16.7	23.9	28.0	36.1	39.6	29.2	1.07
para Guiné-Bissau	0.1	0.3	0.2	0.3	0.3	1.0	3.8	0.0	8.4	12.1	0.44
para São Tomé e Pr.	0.3	0.2	0.1	0.3	0.3	0.7	0.8	0.0	1.2	5.7	0.21
ANGOLA	78.0	281.1	68.0	10.7	6.5	30.6	528.1	1 408.2	2 552.3	335.1	100.00
para Portugal	46.6	105.6	55.9	2.5	2.1	29.6	62.7	462.0	549.3	196.0	58.50
para Brasil	31.4	175.1	11.6	7.5	3.6	0.1	464.4	944.8	1 998.8	137.8	41.11
para Cabo Verde	0.0	0.4	0.4	0.5	0.7	0.8	1.0	1.3	1.4	1.3	0.37
para Moçambique	0.0	0.1	0.0	0.1	0.1	0.0	0.0	0.1	2.7	0.1	0.02
MOÇAMBIQUE	42.9	28.7	30.0	39.8	42.7	22.3	31.3	35.1	30.2	37.9	100.00
para Portugal	42.4	28.2	29.8	38.9	42.0	21.5	29.7	31.2	22.3	29.3	77.39
para Angola	0.5	0.5	0.1	0.9	0.6	0.8	1.5	3.8	7.9	8.6	22.61
CABO VERDE	8.7	7.8	8.2	9.2	12.3	8.6	8.2	9.1	12.3	9.2	100.00
para Portugal	8.6	7.7	8.0	9.1	12.3	8.6	8.1	9.1	12.1	9.1	98.91
para Angola	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.1	0.1	0.54
para Brasil	0.0	0.0	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0	0.33
para São Tomé e Pr.	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.22
para Guiné-Bissau	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00
para Moçambique	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.00

(continua)

	milhões de US\$										Estrut. 2009 (%)
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
GUINÉ-BISSAU	1.2	2.3	2.9	2.0	1.0	1.2	1.5	210.3	1.0	2.0	100.00
para Portugal	1.2	2.2	2.8	1.9	0.9	1.1	1.3	0.6	0.8	1.7	89.23
para Cabo Verde	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.2	0.2	0.2	8.21
para Brasil	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	209.5	0.0	0.0	1.54
para Angola	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.03
S.TOMÉ E PR.	7.3	2.1	0.4	0.4	0.7	0.4	0.8	0.3	0.4	0.6	100.00
para Portugal	7.29	2.1	0.4	0.31	0.31	0.29	0.82	0.32	0.41	0.6	100.00
para Brasil	0.01	0	0	0.13	0.39	0.11	0	0	0.01	0	0.00

[1] Timor-Leste não incluído.

Fonte: Dados de base do FMI - Direction of Trade Statistics - Outubro 2010.

3. Exportações de Portugal para os PALOP² por Agrupamentos de Produtos

As exportações portuguesas para os PALOP cresceram +40,3% em termos homólogos em 2008, a que se seguiu uma descida de -6,7% em 2009. Neste último ano, apenas em Moçambique se registou um aumento dos fornecimentos portugueses (+25,1%), consideravelmente superior aliás ao já verificado no ano anterior (+9,9%). Angola, com um peso no conjunto dos PALOP superior a 80% nos três últimos anos, após um acréscimo de +45,0% em 2008 registou uma descida de -6,4% em 2009 (Quadro 7).

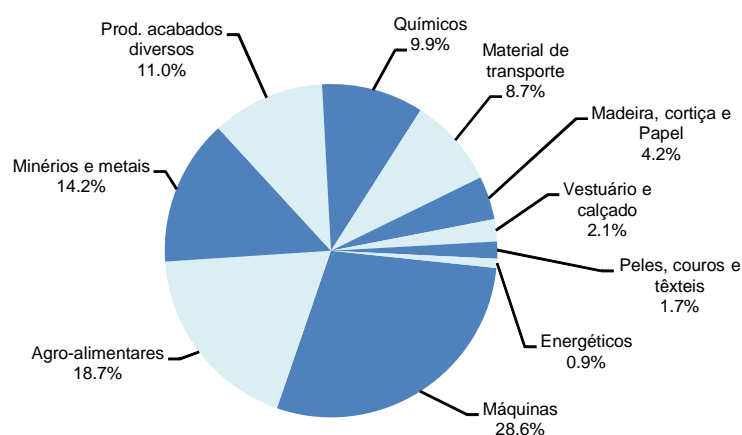
Quadro 7. Exportações de Portugal para os PALOP

2007-2009

	milhões de US\$			T.V.H.		Estrutura (%)		
	2007	2008	2009	08/07	09/08	07	08	09
PALOP	2 827	3 966	3 699	40.3	-6.7	100.0	100.0	100.0
Angola	2 302	3 339	3 127	45.0	-6.4	81.4	84.2	84.5
Cabo-Verde	311	381	310	22.4	-18.6	11.0	9.6	8.4
Moçambique	121	133	166	9.9	25.1	4.3	3.3	4.5
S.Tomé Pr.	45	54	50	18.8	-7.6	1.6	1.4	1.3
Guiné-Bissau	47	59	47	25.6	-21.4	1.7	1.5	1.3

Fonte: dados de base do ITC (International Trade Centre).

Figura 1. Exportações de Portugal para os PALOP por agrupamentos de produtos em 2009



Fonte: Dados de base do International Trade Centre (ITC).

Em 2009, o agrupamento de produtos mais representativo nas exportações portuguesas para o conjunto dos PALOP foi o das **Máquinas** (28,6% do total), seguido dos **Agro-alimentares** (18,7%), dos **Minérios e Metais** (14,2%), dos **Produtos Acabados Diversos** (11,2%), dos **Químicos** (9,9%) e do **Material de**

² Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Transporte (8,7%). O único agrupamento em que não se verificou uma quebra em termos homólogos em 2009 face ao ano anterior foi o das Peles, Couros e Têxteis (+9,5%). Crescimentos pontuais ocorreram nos sub-agrupamentos da Madeira e Cortiça (+8,2%) e da Cerâmica e Vidro (+2,4%) (Figura 1 e Quadro 8).

Quadro 8. Exportações de Portugal para os PALOP por agrupamentos de produtos

2007-2009

Agrupamentos de Produtos	1000 US\$			TVH (%)		Estrutura (%)		
	2007	2008	2009	08/07	09/08	07	08	09
TOTAL	2 826 715	3 965 980	3 699 164	40.3	-6.7	100.0	100.0	100.0
Agro-alimentares	564 389	750 105	690 010	32.9	-8.0	20.0	18.9	18.7
Energéticos	34 501	50 575	32 701	46.6	-35.3	1.2	1.3	0.9
Químicos	278 673	382 097	366 371	37.1	-4.1	9.9	9.6	9.9
Madeira, cortiça e Papel	132 595	174 961	155 719	32.0	-11.0	4.7	4.4	4.2
- Madeira e cortiça	31 311	37 616	40 711	20.1	8.2	1.1	0.9	1.1
- Pasta de papel, e papel	101 284	137 345	115 008	35.6	-16.3	3.6	3.5	3.1
Peles, couros e têxteis	45 264	56 254	61 573	24.3	9.5	1.6	1.4	1.7
- Peles e couros	7 703	10 555	11 330	37.0	7.3	0.3	0.3	0.3
- Têxteis	37 561	45 699	50 243	21.7	9.9	1.3	1.2	1.4
Vestuário e calçado	64 588	98 611	79 280	52.7	-19.6	2.3	2.5	2.1
- Vestuário	40 375	65 978	52 500	63.4	-20.4	1.4	1.7	1.4
- Calçado e acess. vestuário	24 213	32 633	26 780	34.8	-17.9	0.9	0.8	0.7
Minérios e metais	313 159	563 982	526 038	80.1	-6.7	11.1	14.2	14.2
- Minérios	40 021	80 608	53 755	101.4	-33.3	1.4	2.0	1.5
- Metais	273 138	483 374	472 283	77.0	-2.3	9.7	12.2	12.8
Máquinas	824 733	1 114 222	1 058 723	35.1	-5.0	29.2	28.1	28.6
Material de transporte	245 186	355 976	322 379	45.2	-9.4	8.7	9.0	8.7
- Veíc. automóveis e ciclos	216 996	327 521	296 080	50.9	-9.6	7.7	8.3	8.0
- Outro material Transp.	28 190	28 455	26 299	0.9	-7.6	1.0	0.7	0.7
Prod. acabados diversos	323 628	419 187	406 363	29.5	-3.1	11.4	10.6	11.0
- Cerâmica e vidro	90 610	111 806	114 533	23.4	2.4	3.2	2.8	3.1
- Outros	233 018	307 381	291 830	31.9	-5.1	8.2	7.8	7.9

Fonte: Dados de base do International Trade Centre (ITC).

4. Trocas Comerciais de Portugal com os Países da CPLP de 2005 a Janeiro-Setembro de 2010

Na análise desenvolvida anteriormente, para se poder dispor de dados atinentes a todos os parceiros da CPLP, houve que recorrer a diversas fontes de informação, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou o "International Trade Centre", que por sua vez utiliza dados das Nações Unidas (base de dados COMTRADE). Por uma questão de coerência, os dados referentes a Portugal são os constantes dessas mesmas fontes. Porém, na análise que se segue, serão utilizados dados de base do INE, para o período que decorreu entre 2005 e Setembro de 2010.

O único país da CPLP com o qual Portugal mantém desde 2005 um saldo da balança comercial negativo é o Brasil. Em 2009 o défice decresceu (-43,2%), para nos primeiros nove meses de 2010 voltar a descer (-18,7%) (Quadro 9).

As importações portuguesas provenientes dos parceiros da CPLP decaíram em 2009 (-39,9%), para aumentarem nos primeiros nove meses de 2010 (+52,4%). Este aumento centrou-se nas importações originárias de Angola. Por sua vez as exportações nacionais para o conjunto dos países da CPLP, que haviam registado acréscimos sucessivos entre 2006 e 2008 (+43,8%, +30,4% e +29,3%), decresceram em 2009 (-1,7%), Neste ano diminuiram as exportações para todos os parceiros da CPLP, à excepção de Moçambique e de Timor-Leste, estas últimas com um volume pouco expressivo.

**Quadro 9. Balança comercial de mercadorias de Portugal com os países da CPLP
2005 a Jan-Set 2010**

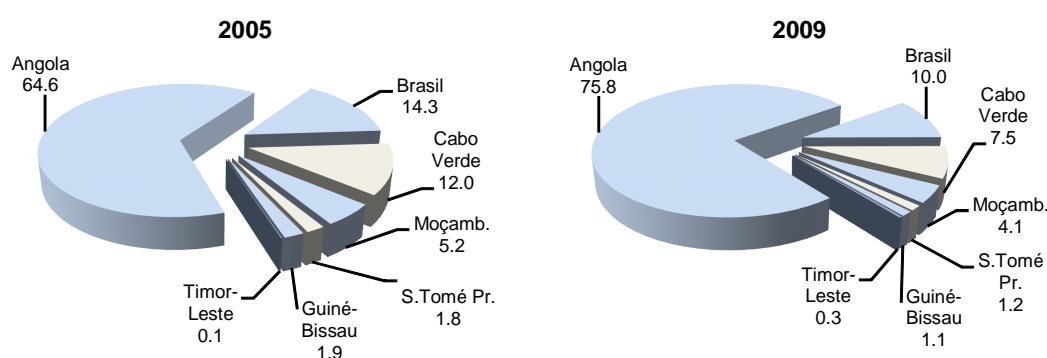
1000 Euros e percentagem

	2005	2006	2007	2008	2009	Jan-Set	
						2009	2010
Importação [Cif]							
CPLP	1 051 192	1 324 694	1 784 467	1 815 372	1 091 424	814 024	1 240 290
<i>t.v.h.</i>	-	26.0	34.7	1.7	-39.9	-	52.4
AO Angola	25 130	52 749	369 378	407 996	151 089	51 449	449 136
BR Brasil	984 355	1 232 969	1 381 192	1 363 316	887 528	730 396	768 754
CV Cabo Verde	7 523	7 123	7 271	8 964	7 241	5 518	5 378
GW Guiné-Bissau	996	1 164	508	580	1 376	1 149	307
MZ Moçambique	31 657	28 685	25 641	33 687	42 800	24 398	15 560
ST S.Tomé Pr.	258	719	255	309	479	365	231
TL Timor-Leste	1 271	1 286	222	520	911	749	925
Exportação [Fob]							
CPLP	1 242 388	1 786 089	2 328 680	3 009 997	2 958 781	2 162 412	2 012 102
<i>t.v.h.</i>	-	43.8	30.4	29.3	-1.7	-	-7.0
AO Angola	803 029	1 210 189	1 684 325	2 261 264	2 242 450	1 666 398	1 330 457
BR Brasil	178 131	254 642	258 186	319 807	294 500	183 843	309 338
CV Cabo Verde	148 822	189 713	227 951	257 539	222 707	163 256	198 500
GW Guiné-Bissau	24 078	27 067	34 532	40 401	33 466	25 703	28 244
MZ Moçambique	64 685	73 720	89 408	92 358	120 883	90 442	110 109
ST S.Tomé Pr.	22 412	28 311	33 076	36 546	35 547	24 932	31 080
TL Timor-Leste	1 231	2 448	1 202	2 080	9 229	7 836	4 374
Saldo [Fob-Cif]							
CPLP	191 196	461 394	544 213	1 194 624	1 867 358	1 348 388	771 812
<i>t.v.h.</i>	-	141.3	17.9	119.5	56.3	-	-42.8
AO Angola	777 899	1 157 440	1 314 947	1 853 268	2 091 361	1 614 949	881 322
BR Brasil	-806 224	-978 327	-1 123 006	-1 043 509	-593 028	-546 553	-459 415
CV Cabo Verde	141 299	182 590	220 680	248 575	215 466	157 739	193 122
GW Guiné-Bissau	23 081	25 902	34 024	39 821	32 090	24 554	27 937
MZ Moçambique	33 027	45 035	63 767	58 671	78 083	66 045	94 549
ST S.Tomé Pr.	22 154	27 592	32 821	36 237	35 068	24 568	30 849
TL Timor-Leste	-40	1 162	981	1 560	8 318	7 087	3 449

Fonte:GEE, a partir de dados de base do INE; 2010 - versão preliminar.

No âmbito da CPLP, Angola é o principal mercado das exportações portuguesas (64,6% do total em 2005 e 75,8% em 2009), seguido do Brasil (respectivamente 14,3% e 10,0%) (Figura 2).

**Figura 2. Peso relativo das exportações portuguesas para os países da CPLP (%)
2005 e 2009**

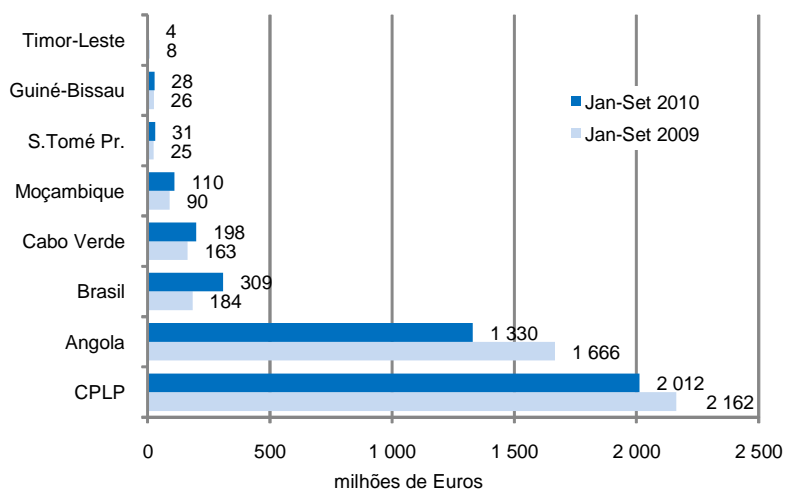


Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE.

Nos primeiros nove meses de 2010, estas percentagens situaram-se em 66,1% para Angola e 15,4% para o Brasil. Neste período, as exportações decresceram -7,0%, descida que ficou a dever-se ao comportamento das exportações para Angola (-20,2%), e em pequena escala, dado o seu pouco peso na estrutura, para Timor-Leste (-44,2%), já que aumentaram os fornecimentos aos restantes parceiros: Brasil

(+68,3%), Cabo Verde (+21,6%), S.Tomé e Príncipe (+24,7%), Moçambique (+21,7%) e Guiné-Bissau (+9,9%) (Figura 3).

**Figura 3. Exportações de mercadorias portuguesas para os países da CPLP
Jan-Set de 2009 e 2010**



Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE.

Em 2009, a CPLP representou 9,3% das saídas totais de mercadorias portuguesas (espaço Intra-UE e Extra-UE) e 37,9% do total dos Países Terceiros (Extra-UE). Até Setembro de 2010, esse peso desceu respectivamente para 7,5% e 29,8% (Quadro 9).

**Quadro 9. Peso relativo dos países da CPLP
no total das Saídas^[1] e das Exportações portuguesas (%)**

	2005	2006	2007	2008	2009	Percentagem	
						Jan-Set	
						2009	2010
No total das Saídas^[1] de Portugal (%)							
CPLP	3.99	5.01	6.08	7.73	9.31	9.26	7.45
AO Angola	2.58	3.40	4.40	5.81	7.06	7.13	4.93
BR Brasil	0.57	0.71	0.67	0.82	0.93	0.79	1.15
CV Cabo Verde	0.48	0.53	0.60	0.66	0.70	0.70	0.74
GW Guiné-Bissau	0.08	0.08	0.09	0.10	0.11	0.11	0.10
MZ Moçambique	0.21	0.21	0.23	0.24	0.38	0.39	0.41
ST S.Tomé Pr.	0.07	0.08	0.09	0.09	0.11	0.11	0.12
TL Timor-Leste	0.00	0.01	0.00	0.01	0.03	0.03	0.02
Nas Exportações portuguesas para os Países Terceiros (%)							
CPLP	20.23	22.93	26.56	30.27	37.91	37.75	29.75
AO Angola	13.08	15.54	19.21	22.74	28.73	29.09	19.67
BR Brasil	2.90	3.27	2.94	3.22	3.77	3.21	4.57
CV Cabo Verde	2.42	2.44	2.60	2.59	2.85	2.85	2.94
GW Guiné-Bissau	0.39	0.35	0.39	0.41	0.43	0.45	0.42
MZ Moçambique	1.05	0.95	1.02	0.93	1.55	1.58	1.63
ST S.Tomé Pr.	0.36	0.36	0.38	0.37	0.46	0.44	0.46
TL Timor-Leste	0.02	0.03	0.01	0.02	0.12	0.14	0.06

[1] Somatório das Expedições para o espaço da UE com as Exportações para os Países Terceiros.
Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2010 - versão preliminar.

Políticas para o Ambiente de Negócios em Portugal

Ana Martins

Andreia Olival

Catarina Nunes¹

Ricardo Pinheiro Alves²

1. Introdução

O Ambiente de Negócios consiste no contexto legal e administrativo que enquadra a criação, sustentabilidade e encerramento de empresas, definindo a envolvente que uma empresa encontra num determinado país (Banco Mundial, 2010a). O ambiente de negócios pode ter um efeito positivo ou negativo no desenvolvimento da actividade económica desse país se as suas diversas dimensões (regulação de mercados, acesso a financiamento, sistema fiscal, justiça, etc.) forem, em comparação com outras economias, mais ou menos favoráveis à atracção de investimento (OCDE, 2008).

A implementação de medidas facilitadoras de investimento que proporcionem um melhor ambiente de negócios às empresas ganhou relevância a nível mundial nos anos 1990, especialmente no contexto da formalização de acordos regionais de integração económica. Quando estes acordos resultam na redução dos custos de transacção e quando a definição das políticas nacionais é coordenada para formar um mercado comum, como acontece na União Europeia, os países tendem a dar mais importância a este tipo de medidas para se diferenciarem entre si e serem competitivos na atracção de investimento (UNCTAD, 1999, p. 124).

Neste âmbito, o presente trabalho pretende apresentar a fundamentação económica e divulgar as linhas gerais da actual política pública relativa às várias dimensões do ambiente de negócios, e apresentar a evolução recente de alguns indicadores nesta área. O ponto seguinte apresenta os fundamentos de uma política pública para o ambiente de negócios e o ponto 3 associa as principais medidas recentemente implementadas às razões económicas que lhes servem de base justificativa. O ponto 4 apresenta indicadores nacionais e comparativos com países da UE e o ponto 5 conclui.

2. Fundamentos de uma Política de Ambiente de Negócios

As características do ambiente de negócios são determinadas de três formas: os serviços prestados pelo Estado à sociedade; a regulação da actividade económica (que por sua vez também é um serviço prestado pelo Estado); e o funcionamento dos mercados. Estas três componentes dividem-se, por sua vez, em várias dimensões. O *Ease of Doing Business Index*, o relatório mais relevante na avaliação deste tema que o Banco Mundial (2010) anualmente publica, classifica o ambiente de negócios com base em dez áreas: como iniciar um negócio, licenciamento, mercado de trabalho, registo de propriedades, acesso a financiamento, protecção dos direitos dos investidores, sistema fiscal, comércio internacional, sistema legal e como encerrar um negócio. Apesar de este relatório não reflectir áreas relevantes para o ambiente de negócios como a estabilidade política e macroeconómica, o nível de infra-estruturas ou o funcionamento das instituições (UNCTAD, 1999), e de apresentar algumas limitações estatísticas (ver, por exemplo, Hoyland, 2008, 2009, ou Oliveira e Pinheiro Alves, 2010), desperta um interesse muito diversificado, sendo utilizado pela comunidade empresarial, pelas administrações públicas, por organizações internacionais e por investigadores.

¹Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

²Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, e Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing, Lisboa. As perspectivas expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores.

Esta multiplicidade de factores não invalida que a atractividade do ambiente de negócios esteja dependente do papel do Estado enquanto regulador e fornecedor de serviços, apesar de os agentes privados também serem relevantes pelas relações que vão estabelecer com os novos investidores, quer como concorrentes quer enquanto clientes ou fornecedores de bens e serviços. Neste âmbito, as políticas públicas têm um impacto mais imediato nos requisitos legais e administrativos, que se traduzem em custos para as empresas, através da criação de condições de simplificação, transparência e uniformidade de tratamento dos investidores em todos os procedimentos necessários ao desenvolvimento da actividade económica. Este esforço da Administração Pública pode assentar na criação de um enquadramento legal para o desenvolvimento de uma actividade específica, caso este não exista, e na redução ou eliminação da carga administrativa suportada pelas empresas.

A literatura formaliza e apresenta evidência empírica do papel desincentivador do investimento que o Estado pode ter se a prestação de serviços e a regulação da actividade económica não forem efectuadas de uma forma economicamente eficiente. No que se refere à regulação da actividade económica, a literatura baseia-se em duas abordagens principais. A primeira, baseada em Pigou (1938), justifica a regulação com a defesa do interesse público via correcção de falhas de mercado. A segunda abordagem, desenvolvida pela escola da escolha pública e por economistas como Tullock (1967) ou Stigler (1971), realça a potencial ineficiência associada à regulação ao apresentar a perspectiva de que a intervenção do Estado pode ser implementada de forma a servir os interesses de burocratas que querem aumentar o poder ou manter o lugar, ou de políticos que querem ser reeleitos, ou ainda que pode ser “capturada” para benefício das empresas instaladas no mercado, dando-lhes maior poder e beneficiando-as com as respectivas rendas. Esta perspectiva mostra que se a regulação não for implementada correctamente pode desincentivar o investimento e, conseqüentemente, o emprego e o crescimento económico.

Nas políticas de simplificação aqui consideradas a perspectiva de “captura” da intervenção do Estado não se aplica no que se refere à concessão de subsídios ou à manutenção de rendas que favorecem algumas empresas privadas. Contudo, a flexibilização da legislação pode ser prejudicial para o bem estar social se, com a sua implementação, a acção do Estado deixar de contribuir para a correcção de falhas de mercado como as relativas a externalidades negativas (segurança alimentar, saúde pública ou outra) resultantes do actividade económica.

Em termos empíricos, a literatura apresenta evidência significativa dos efeitos negativos da regulação excessiva na actividade económica. O ambiente de negócios influencia a percepção dos investidores sobre os proveitos e custos associados a um projecto de investimento. No caso de processos excessivamente complexos, estes custos poderão constituir na prática uma barreira à entrada de novas empresas, especialmente as de pequena e média dimensão, limitando desta forma a contestabilidade e o número de concorrentes no mercado e proporcionando maior lucro aos investidores que nele operam (Blanchard e Giavazzi, 2001, Alesina et al, 2005). No âmbito da atractividade de um país para investidores não residentes, os efeitos negativos da regulação ineficiente são confirmados por Caves (1996), Dunning (1998) ou Blonigen (2005). Em termos mais detalhados, estudos sobre os efeitos do sistema legal (Djankov et al, 2002a ou Buch et al, 2005, na atracção de IDE), funcionamento da justiça (Cabral e Pinheiro, 2002), sobre os custos com o comércio internacional (Djankov et al, 2006), sobre incentivos fiscais e taxas de imposto sobre as empresas (Devereux and Griffith, 1998; Gorg, 2005) ou sobre a protecção dos direitos dos credores ou dos investidores (Djankov et al, 2007, 2008), demonstram a relevância do ambiente de negócios. Alesina et al (2005) e Djankov et al (2002b, 2009), que usam informação para países desenvolvidos e em desenvolvimento, mostram os custos da regulação para a abertura de novas empresas. Na área da concessão de licenças para a prática de advocacia, Pagliero (2005) conclui que a regulação beneficia os rendimentos dos advogados que detêm a licença em prejuízo dos consumidores e do bem-estar da sociedade. Hajkova et al (2006) mostram que procedimentos regulatórios simples facilitam os fluxos de investimento. Finalmente, o nível de regulação do mercado laboral (Djankov et al, 2003) e outros aspectos relacionados com o ambiente de negócios como menores

custos laborais e actividade sindical (Bellak et al, 2007, e Ondrich and Wasylenko, 1993) têm também um efeito positivo no investimento.

Os resultados apresentados tornam evidente a necessidade das administrações públicas simplificarem processos associados à prestação de serviços e à actividade reguladora, de forma que o investimento seja facilitado e a criação de emprego e o crescimento económico promovidos (OCDE, 2010a). Mas a dificuldade que os decisores públicos têm em aceder a toda a informação necessária para uma óptima implementação de políticas de ambiente de negócios torna necessária a cooperação entre o Estado e os restantes agentes, pois só desta forma é que o fornecimento de bens e serviços públicos (regras, organizações, infra-estruturas, qualificações) pode ser perfeitamente ajustado às necessidades dos mercados (Hausmann e Rodrik, 2006). O ponto seguinte apresenta as principais medidas relativas ao ambiente de negócios tomadas em Portugal nos últimos anos.

3. Políticas de Simplificação e Modernização Administrativa

As políticas públicas orientadas para a simplificação do ambiente de negócios estão enquadradas pelo Programa de Acção para Redução dos Encargos Administrativos na União Europeia (Comissão Europeia, 2007), aprovado pelo Conselho Europeu no âmbito da Estratégia de Lisboa. Este programa prevê que, até 2012, sejam reduzidos em 25% os encargos administrativos para as empresas decorrentes de legislação e regulamentação europeias.

Portugal iniciou a implementação de uma reforma visando a simplificação administrativa através do programa Simplex (2006). Com este programa (em coordenação com outros como o *Legislar Melhor*) foi estabelecido o compromisso de redução em 25% dos encargos administrativos impostos por normas legais e regulamentares de origem nacional ou comunitária que incidem sobre as empresas. Este objectivo surge na sequência de alguns relatórios internacionais sobre as condições de atractividade do país, que referiam explicitamente a necessidade de maior simplificação administrativa nesta área (e.g., OCDE, 2008), e responder à crescente **exigência das empresas** com a qualidade dos serviços públicos. O programa Simplex resulta, por isso, da necessidade de **apoiar as empresas** através da redução ou eliminação dos custos e carga administrativa.

As medidas de simplificação podem incidir em duas vertentes principais, consoante se trata da redução ou da eliminação dos procedimentos associados a um acto administrativo necessário para que as empresas desenvolvam a sua actividade. A diferença entre as duas vertentes é que, no primeiro caso, o acto administrativo torna-se mais célere mas continua a existir, mas no segundo caso este mesmo acto deixa de ser requerido. Esta distinção é relevante no âmbito da função de regulação que incumbe aos Estados, e o objectivo de facilitar as obrigações legais das empresas não deve ser alcançado com prejuízo desta função necessária para o bom funcionamento dos mercados. Existe ainda uma terceira vertente que não é de simplificação mas se refere à criação de um enquadramento legal quando este não existe, como aconteceu, por exemplo, com a legislação sobre a actividade dos “business angels” implementada em 2007 (Decreto-lei nº 375/2007, de 8 de Novembro).

Em termos genéricos, estes dois conjunto de medidas estão directamente relacionadas com o momento da incidência da regulação dos mercados, *ex-ante* ou *ex-post*. Na perspectiva do Estado, a escolha racional sobre o momento de regulação deve seguir os critérios de eficácia relativa e dos custos administrativos para a administração pública das duas opções (Kolstad et al, 1990). Em ambos os momentos de incidência da regulação dos mercados existe um efeito dissuasor de práticas lesivas para a sociedade. No primeiro caso, a regulação visa prevenir a ocorrência de resultados negativos em termos de bem-estar social, enquadrando-se, neste caso, as medidas de redução de custos e procedimentos. A regulação *ex-post* actua no sentido correctivo e deve conjugar a eliminação de procedimentos com acções sancionatórias como multas ou mesmo a proibição da actividade por parte do agente

prevaricador, quando a regulação ainda for considerada necessária. A opção que deve predominar é a que for mais eficaz e apresentar menores custos operacionais.

Alguma das medidas implementadas recentemente em Portugal que visam reduzir o tempo e custos, e que se enquadram numa acção preventiva, são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1. Exemplos de medidas de redução de procedimentos, custos e tempo

Medida	Descrição	Documento Legal/Data de Início	Benefícios	Execução/Resultados
Portal da Empresa	Disponibilização <i>on-line</i> de serviços e informação a empreendedores e empresas.	30 de Junho de 2006	Facilita o acesso a serviços públicos.	Medida implementada. http://www.portaldaeempresa.pt/cve/pt
Empresa na hora	Permite a constituição de sociedades num único balcão e de forma imediata. O registo do contrato da sociedade é publicado de imediato no sítio http://www.mj.gov.pt/publicacoes .	Decreto-Lei n.º 111/2005, 8 de Julho	Evita: - Obtenção prévia do certificado de admissibilidade da firma, junto do Registo Nacional de Pessoas Colectivas; - Celebração de escritura pública; - Espera pelo código de acesso ao cartão electrónico da empresa, número da Segurança Social, pacto social e Código de Acesso à Certidão Permanente do registo comercial.	Em Julho de 2009 - 76.271 empresas constituídas - Tempo médio de atendimento por constituição de empresa: 36 minutos - Poupança estimada: 2,81M€; - Poupança média: 11 horas;
Marca na hora	Permite adquirir uma marca em balcão único ou <i>on-line</i> .	Decreto-Lei n.º 318/2007, 26 de Setembro	Rapidez no registo de marca.	Em Julho de 2009) - N.º de Marca na Hora: 600 - Redução em 66% nos formulários - Poupança estimada: 13 ME.
Dissolução e liquidação na hora	Possibilita a liquidação imediata de sociedade sem activo nem passivo.	20-Dezembro-2006	Rapidez e facilidade no encerramento de empresas.	Em Agosto de 2009: - 1080 Sociedades extintas <i>on-line</i>
Registo Comercial Online	Possibilita o Registo Comercial através da Internet, no Portal da Empresa, e a requisição de certidão permanente.	20-Dezembro-2006	Rapidez e acesso <i>on-line</i> a informação de todas as empresas.	Em Julho de 2009: - 1 133 000 Certidões Permanentes emitidas - Poupança estimada: 38,8ME
Informação Empresarial Simplificada	Novo modelo de prestação de contas que permite às empresas a sua apresentação por via informática de uma só vez.	30 de Abril de 2007;	Abrange 4 obrigações legais: - Depósito e registo das contas anuais junto das conservatórias do registo comercial; - Entrega da declaração anual de informação contabilística e fiscal ao Ministério das Finanças e da Administração Pública; - Entrega de informação ao INE para efeitos estatísticos; - Entrega de informação para fins estatísticos ao Banco de Portugal.	Adesão obrigatória para todas as empresas.
Declaração Aduaneira Electrónica	Permite envio electrónico de informação à Direcção-Geral das Alfândegas (DGAIEC).	Portaria n.º 767/2007 - I Série n.º 130, de 9/07	Desmaterialização de processos via substituição de papel por envio electrónico de informação.	Adesão obrigatória para todas as empresas

O quadro 2 apresenta exemplos de medidas que eliminam procedimentos, ou porque não eram efectivamente necessárias ou porque se enquadram numa óptica correctora e houve uma opção por fiscalização *a posteriori*.

Quadro 2. Exemplos de medidas de eliminação de procedimentos, custos e tempo

Medida	Descrição	Documento Legal/Data de Início	Benefícios	Execução/Resultados
Licenciamento "Zero"	Simplifica a instalação e modificação do pequeno comércio, eliminando licenças, validações, certificações, registos e outros actos, e substituindo-os por um reforço da fiscalização e um agravamento das sanções.	Conselho de Ministros de 26 de Agosto de 2010	Simplificação de procedimentos e balcão único electrónico para os actos ainda requeridos.	Ainda não existem resultados disponíveis
Regime de Exercício da Actividade Industrial (REAI)	Simplifica o processo de licenciamento industrial e consolida num único diploma as normas actualmente dispersas por legislação vária.	Decreto-Lei n.º209/2008, I Série n.º210, de 29/10	Simplifica procedimentos e reduz custos do licenciamento industrial. Disponibiliza: - Formulário electrónico, único para submissão do pedido; - Informação <i>on-line</i> para acompanhamento do processo; - Informação <i>on-line</i> sobre instrumentos de gestão territorial aplicáveis ao local onde será instalado o estabelecimento industrial.	Em Julho de 2009: - 286 processos - Tempo médio para decisão: 30 Dias
Licenciamento Comercial (Comércio e Prestação de serviços cujo funcionamento envolve riscos para a saúde e segurança das pessoas)	Substitui o licenciamento prévio obrigatório de estabelecimentos cujo funcionamento pode envolver riscos para a saúde e segurança das pessoas por uma declaração de responsabilidade do titular da exploração relativa ao cumprimento da legislação.	DL n.º 259/2007, de 17 de Julho (alterado pelos DL n.º 209/2008 e n.º 141/2009) Portarias n.º 789, 789 e 790/2007, de 23 de Julho.	- Realização de menos actos e procedimentos administrativos; - Redução de custos para o agente económico; - Prazo mais curto para a abertura dos estabelecimentos abrangidos; - Maior transparência dos requisitos legais; - Clarificação das responsabilidades dos agentes económicos.	Em 11 de Outubro de 2010: Declarações Prévias: em comércio por grosso e a retalho: 9.038 Declarações Prévias em prestação de serviços: 6.162.
Licenciamento Comercial (instalação e modificação de estabelecimentos de comércio a retalho e de conjuntos comerciais)	Sujeita a regime de Autorização a instalação de estabelecimentos de comércio a retalho com área de venda igual ou superior a 2.000 m2, ou que pertençam a grupo, que disponha de uma área de venda acumulada igual ou superior a 30.000 m2, bem como de conjuntos comerciais que tenham uma área bruta locável (ABL) igual ou superior a 8.000 m2.	Lei n.º 42/2008, de 27 de Agosto; DL n.º 21/2009, de 19 de Janeiro Portaria n.º 417 e 418/2009, de 16 de Abril	- Redução do universo de estabelecimentos sujeitos a autorização, - Redução, simplificação e desmaterialização de procedimentos; - Substitui 3 entidades decisoras por uma única; - Simplificação do regime de taxas.	Pedidos de autorização até ao início de Outubro de 2010: - Estabelecimentos de comércio a retalho: 270 - Conjuntos comerciais: 8.

Os objectivos das medidas apresentadas são: limitar as perdas de capacidade competitiva das empresas motivadas pela ineficiente regulação dos mercados; tornar Portugal mais atractivo para os investidores nacionais e estrangeiros; e promover uma administração pública que seja mais responsabilizável perante as empresas.

As medidas implementadas respondem também a alguns dos aspectos previstos pela literatura económica e abordados no ponto anterior. A maior celeridade na constituição e liquidação de empresas contribui para uma maior eficiência na afectação dos recursos na sociedade portuguesa. A simplificação ou eliminação de requisitos legais, procedimentos administrativos e custos financeiros facilita o desenvolvimento da actividade das empresas nos mercados nacional e externo. Estes aspectos são relevantes para a competitividade das empresas, especialmente das PME, em que estes custos têm um peso relativo superior. Outras medidas para melhorar o ambiente de negócios incluem o maior acesso

das empresas ao crédito (e.g. linhas PME Investe) ou a flexibilização do mercado de trabalho (reforma do código laboral implementada em 2008).

Os efeitos destas medidas de política pública são qualificadas como positivas, quer, no caso do Simplex, pela aplicação do “Standard Cost Model” (modelo holandês referenciado pela Comissão Europeia para identificar e quantificar os encargos administrativos impostos às empresas pela legislação em vigor), quer na apreciação da OCDE, através do relatório *Making life easy for citizens and businesses in Portugal – Administrative Simplification and e-Government*, realizado em 2008 a pedido do nosso país, e da análise que efectuou sobre a regulação em Portugal (OCDE, 2010b). Apesar da avaliação das medidas de política pública não ser feita de forma exaustiva, a sua implementação tenderá a ser reflectida, pelo menos parcialmente, na evolução dos indicadores a seguir apresentados.

4. Uma Perspectiva Comparada

Actualmente são publicados diversos relatórios internacionais em que a performance de um grupo de países relativamente ao seu ambiente de negócios é comparada. Os indicadores dos diversos relatórios mostram que, tirando algumas excepções, se observa uma melhoria no ambiente de negócios em Portugal. Esta melhoria resultou do esforço realizado ao nível das políticas públicas no sentido da redução dos procedimentos, do tempo e do custo necessários para a execução dos actos administrativos obrigatórios para as empresas.

Uma das vertentes das melhorias introduzidas refere-se à desmaterialização de processos. A tabela 1 apresenta a disponibilização pelo Estado português de serviços *on-line* e a sua utilização pelas empresas. Estes valores comparam favoravelmente com a média da zona Euro no que se refere ao *e-government* disponível *on-line* (100% contra 77,38% na zona euro) mas desfavoravelmente na utilização pelas empresas (77% contra 80,94% na zona Euro).

Tabela 1. Disponibilização e acesso a serviços públicos *on-line* em Portugal

INDICADOR	UN	ANOS						
		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Utilização de e-government pelas empresas	%	...	57	58	60	72	75	77
E-government disponível on-line	%	37	40	..	60	90	..	100

Fonte: Eurostat

Na edição de 2011 do *Ease of Doing Business Portugal* encontra-se em 31º lugar (em 183 países), tendo subido duas posições relativamente ao ano anterior. A tabela 2 mostra que a evolução dos valores relativos a Portugal na generalidade dos indicadores utilizados por este relatório vai no sentido da redução dos procedimentos, do tempo e do custo necessários para a execução dos actos administrativos considerados. As melhores posições são o 21º lugar no que diz respeito ao Processo de Falência de uma Sociedade, e o 24º na resolução judicial de disputa comercial. Portugal melhora substancialmente no registo de propriedade, o que se explica parcialmente pelo programa Casa Pronta, que disponibiliza um balcão único onde é possível realizar todas as operações relativas à compra e venda de imóveis.

As excepções a esta melhoria encontram-se nos indicadores relativos ao pagamento de impostos e ao processo de licenciamento. Neste último caso, no entanto, o indicador refere-se apenas à obtenção de uma autorização para a construção de um armazém. As melhorias introduzidas em outras áreas que requerem licença prévia (e.g. no licenciamento industrial, ver Cerqueira e Pinheiro Alves, 2010) não são reflectidas por este indicador, podendo a informação disponibilizada pelo relatório distorcer a realidade. Em termos gerais, as medidas recentemente implementadas, especialmente no âmbito do Programa Simplex, parecem ter resultado numa efectiva melhoria do ambiente de negócio para as empresas em Portugal.

Tabela 2. Principais indicadores de ambiente de negócios em Portugal (2006-2010)

INDICADOR	UN	ANOS									
		2006 (1)		2007 (2)		2008 (3)		2009 (4)		2010 (4)	
Constituição de uma Sociedade:											
Procedimentos	nº	8	Posição ranking	7	Posição ranking	6	Posição ranking	6	Posição ranking	6	Posição ranking
Dias	nº	8	33	7	38	6	34	6	60	6	59
Custo (% Rendimento Interno Bruto per capita)	%	7,90		7,00		7,00		6,40		6,50	
Processo de Licenciamento:											
Procedimentos	nº	20	Posição ranking	20	Posição ranking	21	Posição ranking	19	Posição ranking	19	Posição ranking
Dias	nº	327	115	327	112	328	128	287	111	272	111
Custo (% Rendimento Interno Bruto per capita)	%	60,30		54,00		53,50		52,90		53,90	
Registo de Propriedade:											
Procedimentos	nº	5	Posição ranking	5	Posição ranking	5	Posição ranking	5	Posição ranking	1	Posição ranking
Dias	nº	81	98	42	65	42	79	12	52	1	31
Custo (% do valor da propriedade)	%	7,4		7,4		7,4		7,4		7,4	
Resolução Judicial de Disputa Comercial:											
Procedimentos	nº	35	Posição ranking	35	Posição ranking	34	Posição ranking	31	Posição ranking	31	Posição ranking
Dias	nº	577	35	577	49	577	34	547	25	547	24
Custo em % da dívida	%	14,2		14,2		14,2		13		13	
Processo de Falência de uma Sociedade:											
Anos	nº	2	Posição ranking	2	Posição ranking	2	Posição ranking	2	Posição ranking	2	Posição ranking
Custos em % do espólio	%	9	18	9	20	9	21	9	22	9	21
Tx recuperação decorrente do processo	cênt./\$	75		74		69,4		69,4		72,6	
Pagamento de Impostos:											
Pagamentos	nº	8	Posição ranking	8	Posição ranking	8	Posição ranking	8	Posição ranking	8	Posição ranking
Horas a dispendir no pagamento	nº	328	61	328	66	328	73	328	80	298	73
Total do imposto a pagar (% do lucro bruto)	%	45,2		44,8		43,6		42,9		43,3	
Exportação:											
Documentos	nº	4	Posição ranking	4	Posição ranking	4	Posição ranking	4	Posição ranking	4	Posição ranking
Dias	nº	16		16		16		16		16	
Custos	por contendor	580		580		685		685		685	
Importação:											
Documentos	nº	5	27	5	31	5	33	5	19	5	27
Dias	nº	16		16		16		15		15	
Custos	por contendor	994		994		999		999		999	

Fonte: *Doing Business 2011*

Notas: (1) 175 economias; (2) 178 economias; (3) 181 economias; (4) 183 economias

Apesar das melhorias introduzidas, e de Portugal surgir num *ranking* claramente mais favorável do que a de outros países do sul da Europa como Espanha (49.º), Itália (80.º) ou Grécia (109.º), não se observa uma melhoria substancial da classificação portuguesa quando comparada com outros países. A explicação reside no facto da introdução de reformas nesta área ter sido comum à grande maioria dos países do Mundo, pelo que foram os que mais melhoraram os que subiram nos *rankings* internacionais. Esta situação observa-se no indicador relativo à constituição de uma sociedade, em que se registaram melhorias significativas no número de procedimentos, no número de dias e nos custos necessários para concluir o processo, não foi evitada uma queda no *ranking* geral.

A evolução foi semelhante em outros relatórios internacionais (tabela 4). No *Worldwide Governance Indicators* (Banco Mundial, 2010b), Portugal melhorou em metade dos indicadores mas a sua pontuação diminuiu na outra metade, nomeadamente na qualidade regulatória, na estabilidade política e no cumprimento da lei. No índice de Liberdade Económica (Heritage Foundation, 2009), Portugal baixou no *ranking* entre 2009 e 2010, sendo este resultado influenciado pela baixa classificação ao nível da despesa pública, dos impostos e das condições do mercado de trabalho. Finalmente, as figuras 1 a 3, relativas ao relatório *Going for Growth* (OCDE, 2010b), mostram também que a evolução positiva registada no caso português foi acompanhada por melhorias nos outros países.

Estes resultados indiciam que apesar do grande esforço registado nos últimos anos persiste ainda um caminho a percorrer no sentido do melhoramento de alguns indicadores do ambiente de negócios. Em áreas como o pagamento de impostos, alguns processos de licenciamento, os procedimentos e o tempo associado a operações de comércio internacional ou o nível de despesa pública, é necessária a implementação de medidas de política pública que simplifiquem os procedimentos e reduzam os custos para as empresas.

Tabela 4. Resultados de outros relatórios internacionais
Worldwide Governance Indicators - 2010

	Responsabilização <i>Voice and Accountability</i>	Qualidade regulatória <i>Regulatory Quality</i>	Estabilidade política e ausência de violência <i>Political Stability and Absence of Violence</i>	Cumprimento da Lei <i>Rule of Law</i>	Eficácia do Estado <i>Government Effectiveness</i>	Controlo da Corrupção <i>Control of Corruption</i>
2009	89,1	80,5	74,5	83,5	85,2	81,9
2008	88,0	82,1	79,9	83,7	82,1	80,7

Este estudo mede seis dimensões de governança, não existindo um Índice agregado global de governança, mas seis dimensões agregadas, calculadas com base nas variáveis individuais, retiradas de 35 fontes de informação e construídas por 33 organizações diferentes, com recurso a inquéritos de percepção ("surveys") e a "expert polls". Os resultados são apresentados sob a forma de *ranking* em percentil, variando entre 0 e 100, sendo que valores mais elevados significam melhores resultados de qualidade de governança. Considera 213 países e 10 anos: 1996, 1998, 2000 e 2002 a 2009.

Fonte: *Worldwide Governance Indicators (WGI)*, Banco Mundial

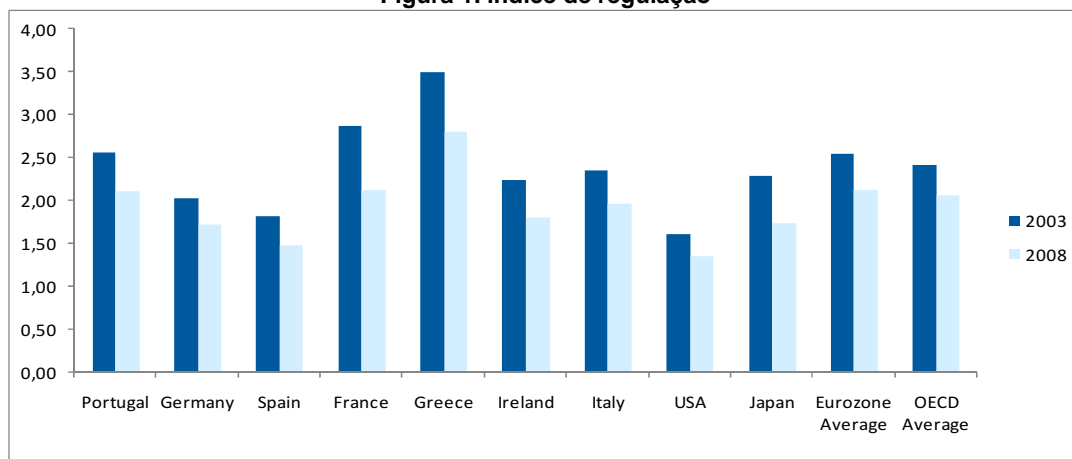
Índice de Liberdade Económica 2010 / *Index of Economic Freedom 2010*

<i>Ranking mundial World Ranking</i>	Índice de liberdade económica <i>Index of Economic Freedom</i>	Dez liberdades económicas / <i>Ten economic freedoms</i>										
		Liberdade de negócio <i>Business Freedom</i>	Liberdade de comércio <i>Trade freedom</i>	Liberdade fiscal <i>Fiscal freedom</i>	Nível de despesa pública <i>Government size</i>	Liberdade Monetária <i>Monetary Freedom</i>	Liberdade de Investimento <i>Investment Freedom</i>	Liberdade Financeira <i>Monetary Freedom</i>	Nível de corrupção <i>Freedom from corruption</i>	Direitos Propriedade <i>Property rights</i>	Liberdade de trabalho <i>Labour Freedom</i>	
2010	62º	64,4	35º	25º	158º	157º	14º	34º	51º	32º	28º	168º
2009	53º	64,9										

A definição de liberdade económica considerada para efeitos deste relatório abarca todas as liberdades e direitos de produção, distribuição, ou consumo de bens e serviços. O Índice de Liberdade Económica resulta de uma média simples de 10 factores específicos de liberdade económica. A cada uma das 10 liberdades económicas é aplicada uma escala de 0 a 100, onde 100 representa a liberdade máxima, indicando a existência de um ambiente económico ou de um conjunto de políticas mais conducentes à liberdade económica. Os dados de base do Índice de Liberdade Económica 2010 reportam-se a 30 de Junho de 2009. Considera 183 países.

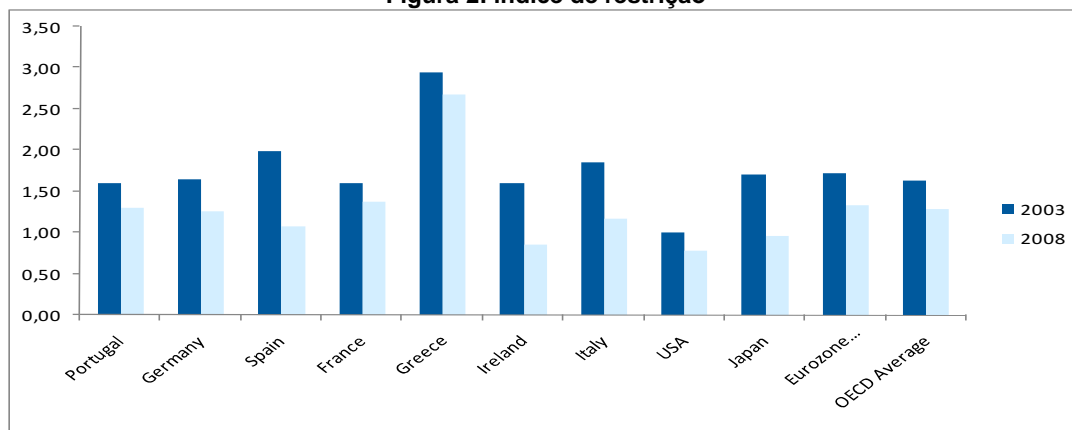
Fonte: 2010 *Index of Economic Freedom*, Heritage Foundation and Wall Street Journal

Figura 1. Índice de regulação



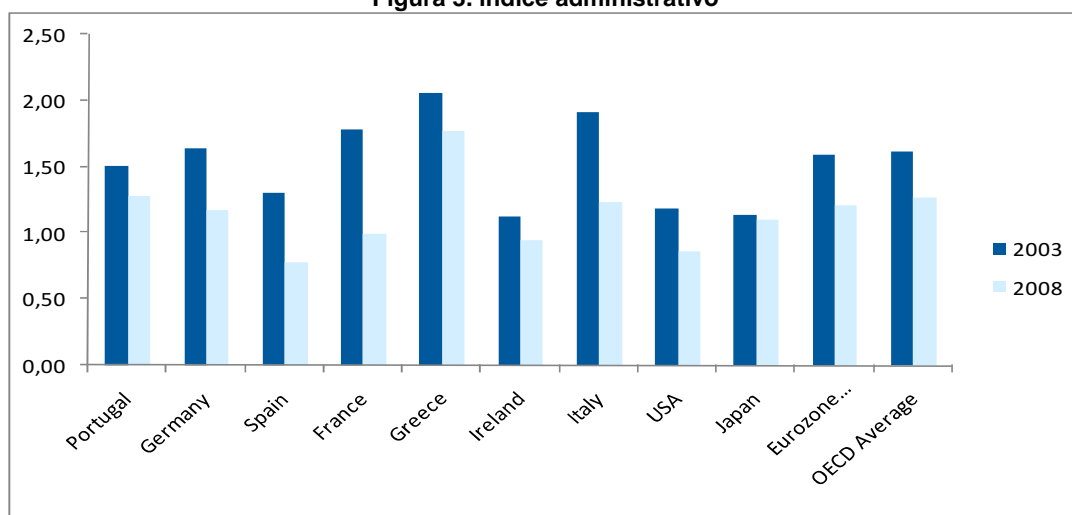
Fonte: Cálculos GEE com base no Going for Growth 2010 (O Índice de Regulação resulta de uma média simples de cinco indicadores do relatório internacional Going for Growth 2010: Sectoral regulation in Electricity sector, Sectoral regulation in Gas sector, Sectoral regulation in Telecommunications sector, Sectoral regulation in Retail sector and Sectoral regulation in Professional services. O valor de cada um dos indicadores é atribuído segundo uma escala de 0 a 6, do menos para o mais restritivo.)

Figura 2: Índice de restrição



Fonte: Cálculos GEE com base no Going for Growth 2010 (O Índice de Restrição resulta de uma média simples de três indicadores do relatório internacional Going for Growth 2010: Restrictiveness of economy-wide product market regulation, Restrictiveness of extent of severity of administrative regulation and Restrictiveness of regulatory burden on business procedures. O valor de cada um dos indicadores é atribuído segundo uma escala de 0 a 6, do menos para o mais restritivo.)

Figura 3. Índice administrativo



Fonte: Cálculos GEE com base no Going for Growth 2010 (O Índice Administrativo resulta de uma média simples de quatro indicadores do relatório internacional Going for Growth 2010: Administrative burdens on corporations and sole proprietor start-ups, Legal barriers to entry in industries, Complexity of administrative procedures and Barriers to foreign direct Investment. O valor de cada um dos indicadores é atribuído segundo uma escala de 0 a 6, do menos para o mais restritivo.)

A implementação de medidas de simplificação administrativa é ainda necessária para alterar a percepção, muitas vezes diferente da dos empresários portugueses, que os executivos de empresas multinacionais têm acerca de Portugal. A tabela 5, baseada em inquéritos de opinião, mostra a percepção de executivos relativa a várias áreas de ambiente de negócios no nosso país. O aspecto mais prejudicial para Portugal é o que se refere ao sistema legal, nomeadamente o cumprimento da lei e a administração da justiça, e a regulamentação do mercado de trabalho. Esta percepção difere da apresentada no inquérito realizado pela *Ernst & Young* (2010), em que é destacada a necessidade da diminuição dos encargos e complexidade fiscais (nomeadamente a nível do IVA e IRC), da simplificação da interação entre empresas e a administração fiscal e do aumento da eficiência do sistema judicial, mas onde não é dada tanta relevância ao funcionamento do mercado de trabalho.

Tabela 5: Percepções de executivos em multinacionais

DIMENSÃO	World Competitiveness Yearbook 2010 (*)					Global Competitiveness Reoport 2010-2011 (**)			
Cumprimento da Lei	Evasão fiscal		Economia paralela		Administração da Justiça	Segurança pessoal e propriedade privada	Eficiência quadro legal	Independência judicial	Protecção da propriedade intelectual
	20º		17º		23º	14º	21º	16º	16º
Eficácia do Estado	Adaptabilidade da política governamental		Decisões governamentais	Transparência política governamental	Burocracia	Infraestrutura de distribuição	Infra-estrutura geral		
	16º		14º	22º	14º	13º	12º		
Qualidade regulatória	Legislação sobre concorrência	Facilidade em fazer negócios	Regulamentação do trabalho	Transparência das instituições financeiras	Mercado de capitais	Proteccionismo	Transparência da política governamental		Concorrência mercado local
	15º	13º	22º	17º	13º	14º	18º		17º

Nota: (*) nº de ordem em 24 países da UE, com exclusão de Malta, Chipre e Letónia; (**) nº de ordem na UE27

Fonte: IMD International, *World Competitiveness Yearbook 2010* e World Economic Forum, *Global Competitiveness Report 2010-2011*

5. Conclusão

O fomento de um ambiente de negócios atractivo é essencial para estimular novos investimentos, incluindo Investimento Directo Estrangeiro, de modo a aumentar a competitividade e o crescimento da economia portuguesa. O esforço recentemente realizado ao nível das políticas públicas, especialmente através do Programa Simplex, traduziu-se na melhoria do ambiente de negócios para as empresas. A intenção foi intervir em variáveis que poderiam melhorar a atractividade do mercado português enquanto localização para o investimento como a abertura de empresas, os procedimentos administrativos necessários para o início de actividade, a transparência do enquadramento legal e a liberalização dos mercados de serviços. Exemplo de redução ou eliminação de custos e de carga administrativa podem ser observados em medidas como “Empresa na hora”, “Informação Empresarial Simplificada”, o Regime de Exercício da Actividade Industrial ou a reforma laboral de 2008.

À semelhança do que acontece em outros países europeus, estas medidas levaram, em muitas ocasiões, à eliminação de procedimentos e respectiva substituição por uma regulação *a posteriori*, baseada na fiscalização da actividade económica. Esta maior aposta na regulação *ex-post* tem, no entanto, os seus riscos para o funcionamento eficiente dos mercados. Para que a fiscalização funcione é necessário que haja suficientes meios e pessoal especializado, o que requer recursos e demora algum tempo a alcançar.

Por outro lado, Portugal não foi o único país que efectuou reformas no sentido de tornar o ambiente de negócios mais atractivo. A generalidade dos países, e os estados membros da UE, procuraram melhorar o respectivo ambiente de negócios nacional e tornarem-se atractivos para o desenvolvimento da actividade económica. Esta “concorrência” entre países teve como consequência que as melhorias implementadas em Portugal nem sempre se reflectiram em subidas nos *rankings* apresentados pelos relatórios internacionais.

Por todos estes motivos, o esforço no sentido de melhorar o ambiente de negócios em Portugal, e de mudar a percepção externa relativamente ao mercado português, deverá continuar. Existem diversas áreas com espaço para melhoria, nomeadamente no que se refere ao funcionamento da justiça, à transparência do sistema legal ou à simplicidade do sistema fiscal. Da mesma forma, outras condições do ambiente de negócios como a estabilidade macroeconómica ou o nível de economia paralela poderão também ser alteradas no sentido de aumentar a atractividade do país.

Bibliografia

- Alesina A., S. Ardagna, G. Nicoletti e F. Schiantarelli (2005), *Regulation and Investment*, Journal of the European Economic Association 7(3), pp 791-825
- Banco Mundial (2010a), *Doing Business 2011*, World Bank, Washington
- Banco Mundial (2010b), *Worldwide Governance Indicators 2010*, World Bank, Washington
- Bellak, Christian, Markus Leibrecht and Joze Damijan, 2007. *Infrastructure endowment and corporate income taxes as determinants of Foreign Direct Investment in Central and Eastern European Countries*, LICOS Discussion Paper 193
- Blanchard, O. e F. Giavazzi (2001), *Macroeconomic Effects of Regulation and Deregulation in Goods and Labor Markets*, NBER Working Papers nº 8120
- Blonigen, Bruce(2005). *A Review of the Empirical Literature on FDI Determinants*, NBER WP nr. 11299
- Buch, Claudia M., Jorn Kleinert, Alexander Lipponer and Farid Toubal (2005). *Determinants and effects of foreign direct investment: evidence from German firm-level data*, Economic Policy, January, pp 53-110, Blackwell Publishing.
- Cabral, Célia C. e Armando Pinheiro (2002). A Justiça e o seu Impacto sobre as Empresas Portuguesas, in *Desenvolvimento Económico Português no Espaço Europeu: Determinantes e Políticas*, Conferência do Banco de Portugal, Lisboa
- Caves, Richard (1996). *Multinational Enterprise and Economic Analysis*, 2nd Ed., Cambridge University Press, Cambridge
- Cerqueira, Patrícia e Ricardo Pinheiro Alves (2010). *Regulação de Mercados por Licenciamento*, GEE Papers 25, Dezembro, Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, Lisboa (www.gee.min-economia.pt)
- Comissão Europeia (2007). Programa de Acção para Redução dos Encargos Administrativos na União Europeia, COM(2007) 23 final, Bruxelas
- Devereux, Michael P. and Rachel Griffith(1998). *Taxes and the location of production: evidence from a panel of US multinationals*, Journal of Public Economics 68, pp 335-367
- Djankov, Simeon & Rafael La Porta & Florencio Lopez-de-Silanes & Andrei Shleifer (2002a). Courts: The Lex Mundi Project, Harvard Institute of Economic Research Working Papers 1951, Harvard - Institute of Economic Research.
- Djankov, S., R. La Porta, F. Lopez-de-Silanes e A. Schleifer (2002b), *The Regulation of Entry*, Quarterly Journal of Economics, February, pp. 1-37
- Djankov, Simeon & Rafael La Porta & Florencio Lopez-de-Silane & Andrei Shleifer & Juan Botero (2003). "The Regulation of Labor," NBER Working Papers 9756, National Bureau of Economic Research, Inc.
- Djankov, Simeon, Caroline Freund and Cong S. Pham (2006), *Trading on Time*, Policy Research Working Paper Series nr. 3909
- Djankov, Simeon & McLiesh, Caralee & Shleifer, Andrei, (2007). *Private credit in 129 countries*, Journal of Financial Economics, Elsevier, vol. 84(2), pages 299-329, May.
- Djankov, Simeon, Oliver Hart, Caralee McLiesh and Andrei Shleifer (2008), *Debt Enforcement around the World*, Journal of Political Economy, vol. 116, no. 6
- Djankov, Simeon (2009), *The Regulation of Entry: A Survey*, The World Bank Research Observer 2009 24(2):183-203; doi:10.1093/wbro/lkp005

- Dunning, John (1998), *Location and the Multinational Enterprise: A Neglected Factor?*, Journal of International Business Studies 29, 1, pp 45-66
- Ernst & Young (2010). Wake up call, Ernst & Young Portuguese Attractiveness Survey 2010.
- Gorg, Holger (2005). *Fancy a Stay at the 'Hotel California'? The Role of Easy Entry and Exit for FDI*, Kyklos 58, 4, p. 519-35
- Hajkova, Dana, Giuseppe Nicoletti, Laura Vartia and Kwang-Yeol Yoo (2006). *Taxation, Business environment and FDI location in OECD countries*, Economic Department Working Papers N°. 502
- Hausmann, Ricardo, e Dani Rodrik (2006), *Doomed to Choose: Industrial Policy as Predicament*, unpublished working paper presented at the Center for International Development, Harvard University
- Heritage Foundation (2009). *Index of Economic Freedom*. New York: Heritage Foundation.
- Hoyland, B., Moene, K., & Willumsen, K. (2008). *Be careful when Doing Business*. Report to the Norwegian Ministry of Foreign Affairs (IFI watchnet, www.if WATCHNET.ORG/sites/ifiwatchnet.org)
- Hoyland, B., Moene, K., & Willumsen, K. (2009). *The Tyranny of International Index Rankings*, unpublished manuscript.
- Institute for Management Development (2010), *World Competitiveness Yearbook 2010*, Lausanne
- Kolstad, C., T. Ulen, e G. Johnson (1990), *Ex Post liability for harm vs. ex ante safety regulation: substitutes or complements?*, The American Economic Review, Vol. 80, n° 4
- OCDE (2010a), *Economic Policy Reforms Going for Growth 2010*, Paris
- OCDE (2010b), *Better Regulation in Europe: Portugal*, Paris
- OCDE (2008), *OECD Economic Surveys – Portugal*, Junho, Paris
- Oliveira, João Zambujal e Ricardo Pinheiro Alves (2010). *The Ease of Doing Business as a Tool for Investment Location Decisions*, GEE Papers 30, Dezembro, Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, Lisboa (www.g ee. min- economia. pt)
- Ondrich, J. and M. Wasylenko (1993). *Foreign Direct Investment in the United States: Issues, Magnitudes, and Location Choice of New Manufacturing Plants*. Kalamazoo, MI: Upjohn Institute
- Pagliari, Mario (2010), *What is the Objective of Professional Licensing? Identification of a Static Model of Licensing*, Carlo Alberto Notebooks 106, Torino
- Pigou, Arthur (1920), *The Economics of Welfare*, MacMillan and Co, Londres.
- Simplex (2006), Agência para a Modernização Administrativa, Lisboa;
- Stigler, George (1971), *The Theory of Economic Regulation*, Bell Journal of Economics and Management Sciences II pp. 3-21
- Tullock, Gordon (1967), *The Welfare Cost of Tariffs, Monopoly, and Theft*, Western Economic Journal V, pp. 224-232
- UNCTAD (1999). *World Investment Report 1998 – Trends and Determinants*, UNCTAD, New York
- World Economic Forum (2010), *Global Competitiveness Report 2010-2011*, Geneva

A Promoção do Investimento

Catarina Nunes¹
Paulo Júlio²

1. Introdução

Em economia, investimento consiste na aplicação de recursos em bens que proporcionam benefícios em períodos futuros. Desta forma, o investimento é normalmente considerado um dos maiores catalisadores do crescimento económico, sendo por isso alvo de constante escrutínio e análise.

Na óptica da contabilidade nacional, é comum dividir-se o investimento bruto em formação bruta de capital fixo e variação de existências. O primeiro é composto pela aquisição de meios de produção (máquinas, equipamentos, e até infra-estruturas), com o objectivo de aumentar ou repor a capacidade produtiva, e pela construção de nova habitação, a qual proporciona utilidade futura aos agentes económicos. O segundo possibilita a obtenção de receitas futuras por parte das empresas. O investimento bruto pode destinar-se ao aumento do *stock* de capital, ou seja, ao aumento da capacidade produtiva (investimento líquido), ou à reposição de capital em fim de vida útil (amortizações). O investimento pode ainda ser realizado por agentes privados, ou pelo sector público, sendo que este último está maioritariamente direccionado para a construção de infra-estruturas.

Um tipo de investimento considerado estruturante para a economia Portuguesa é o Investimento Directo Estrangeiro (IDE). Este consiste na aquisição de um interesse duradouro em empresas que operem fora da economia do investidor, e está associado à criação de uma esfera de influência na tomada de decisões. Em geral, o IDE implica a propriedade de mais de 10% do capital da empresa onde o investimento é realizado. A maior parte do IDE constitui formação de capital, mas existe outra parte que é classificada como capital circulante.

Dada a relevância do crescimento económico para o bem-estar geral e a constante discussão sobre o tema no âmbito da economia Portuguesa, é nosso objectivo, com o presente artigo, introduzir algum racional económico que sustente a existência de uma política de investimento. Neste sentido, apresentamos algumas medidas de política adoptadas recentemente neste âmbito, analisamos alguns indicadores nacionais relacionados com o investimento, quer a nível económico, quer a nível institucional, e por fim comparamos a performance Portuguesa com outros países da União Europeia (UE).

2. O Racional das Políticas de Investimento

2.1. A Formação de Capital

A importância da acumulação de capital no processo de crescimento económico ganhou destaque com o artigo seminal de Solow (1956), o qual destaca o seu papel na convergência de uma economia para o *steady-state*. De acordo com a interpretação original deste artigo, todas as economias deveriam convergir para o mesmo *steady-state*, no qual o crescimento seria determinado exclusivamente pela evolução tecnológica — a chamada convergência absoluta — mas a acumulação de capital *per capita* seria responsável pelo desempenho dessa mesma economia enquanto esta não atingisse o seu estado estacionário. Esta noção de convergência absoluta pode ser sustentada pelo simples pressuposto de que países mais pobres apresentam, à partida, um retorno de capital superior, com tudo o resto constante, devido ao seu menor nível de capital. Esta diferença a nível da taxa de retorno leva a um fluxo de capital de países mais ricos para países mais pobres. Porém, vários estudos empíricos (por exemplo, Mankiw *et al.*, 1992; Sala-i-Martin, 1996; e Galor, 1996) mostraram que a convergência absoluta aplica-se somente a

¹ Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

² Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, e Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores.

economias com características similares. Esta evidência deu origem ao conceito de convergência relativa, na qual cada economia deverá convergir para o seu *steady-state*, sendo que a existência de diferentes estados estacionários pode ser justificada pelas características específicas inerentes a cada economia, como diferentes taxas de poupança, diferentes níveis educacionais, ou diferentes padrões institucionais. A importância do investimento no processo de crescimento é igualmente salientada por Young (1995), que o coloca como um dos principais motores de crescimento dos tigres asiáticos, a par da educação e do aumento da taxa de participação laboral. A relação entre investimento e crescimento está também patente na economia Portuguesa, tal como é possível verificar em Gaspar e St. Aubin (2009). Estes autores argumentam que a quebra acentuada da taxa de crescimento do *stock* de capital ocorrida em Portugal desde o final da década de 1990 foi uma das razões para a desaceleração do crescimento económico.

Contudo, nem todo o tipo de investimento promove o crescimento económico da mesma forma: uma vez que as exportações contribuem significativamente para o crescimento económico (vide Kavoussi, 1984; Esfahani, 1991),³ este tenderá a ser mais significativo quando o investimento é realizado em sectores transaccionáveis. Estes sectores, por estarem expostos à concorrência internacional, são em regra mais eficientes do que os não-transaccionáveis, pelo que o investimento neles realizado tende a estar associado a maiores ganhos de produtividade e eficiência.⁴

Do exposto, conclui-se que o investimento é um importante factor de crescimento económico. Porém as decisões de investimento podem ser influenciadas por toda a envolvente microeconómica, macroeconómica, e institucional de um país, pelo que as razões que sustentam uma política de investimento devem ser analisadas de acordo com estas três vertentes.

A nível microeconómico, é importante assegurar o bom funcionamento do mercado, nomeadamente a nível de imperfeições no mercado de capitais e da diminuição das assimetrias de informação entre investidores e agentes do sector financeiro, de forma a facilitar o acesso a financiamento por parte das empresas. Do mesmo modo, é importante ter em consideração que certos projectos de investimento podem não só promover o emprego, como também desencadear um conjunto de efeitos externos positivos em diversas empresas relacionadas através da cadeia de valor ou até geograficamente. Neste caso, o benefício social de determinado projecto de investimento será superior ao benefício privado, justificando a necessidade de uma intervenção estatal. Na direcção oposta, determinados projectos de investimento podem estar associados a externalidades negativas, sendo necessária uma política de intervenção no sentido de limitar tais investimentos.⁵

A nível macroeconómico e institucional, é essencial a promoção de medidas destinadas à qualificação da mão-de-obra, não só a nível de educação superior, mas também através de programas que possibilitam a formação contínua da população trabalhadora, e apoio a actividades de Inovação e Desenvolvimento (I&D).⁶ O próprio ambiente de negócios, ao afectar vários custos incorridos pelas empresas, não só monetários, mas também não monetários, como por exemplo a burocracia, a carga administrativa associada à criação e gestão de uma empresa, o período de tempo necessário para a tomada de uma decisão judicial, e até a própria flexibilidade laboral, terá um impacto sobre a rentabilidade esperada dos investimentos e logo influenciará as respectivas decisões privadas.

Também o investimento público é fulcral para a capacidade produtiva e bem-estar das populações, não só pelo efeito directo que apresenta sobre estas, mas também pelo facto de proporcionar as infra-

³ Por exemplo, Lewer e Van den Berg (2003) realizam um *survey* da literatura e concluem que a maioria dos estudos empíricos estima que um aumento no crescimento das exportações de 1 ponto percentual terá um impacto de 1/5 de ponto percentual no crescimento económico.

⁴ De facto, são as empresas mais eficientes que tendem a exportar ou a investir noutras regiões como forma de fornecer directamente esses mercados (Kimura e Kiyota, 2006). Girma et al. (2004) encontram evidência de que as empresas exportadoras são de facto mais produtivas, através da análise de um painel de empresas transformadoras do Reino Unido.

⁵ Um exemplo a este nível são os projectos associados a elevados custos ambientais.

⁶ Sobre políticas públicas de inovação e I&D ver Nunes e Pinheiro Alves (2010a).

estruturas necessárias para o processo produtivo e para a iniciativa privada. Nesta perspectiva, o investimento público deve ser direccionado de forma a dotar o sector privado de um conjunto de condições que permitam maximizar a eficiência do sector produtivo (como a criação de uma rede de transportes eficiente), e a propiciar aos cidadãos o acesso a infra-estruturas essenciais para a promoção da qualidade de vida.

Cabe pois ao Estado desenhar uma política pública de apoio ao investimento privado direccionada para a correcção destas falhas de mercado, intervindo em áreas onde o acesso a financiamento e a capitais próprios seja limitado e onde os efeitos externos dos projectos de investimento sejam mais relevantes. É igualmente crucial a criação de um ambiente de negócios propício à iniciativa privada, e que vise, entre outros aspectos, a diminuição dos custos de contexto, o aumento da transparência, e a simplificação da envolvente administrativa. A aposta na qualificação da mão-de-obra permitirá, no longo prazo, a subida na cadeia de valor e a atracção de investimentos tecnologicamente mais intensivos, mas igualmente mais rentáveis e dinâmicos, e por essa razão mais potenciadores de bem-estar.

2.2. Investimento Directo Estrangeiro

O IDE é actualmente encarado pelos decisores de política como um dos factores mais importantes para a competitividade de um país. Em primeiro lugar, porque esses investimentos revestem-se habitualmente de um carácter dinamizador para a economia local, criando emprego e podendo atrair outras empresas, ligadas entre si através da cadeia de valor. Em segundo lugar porque muitos desses investimentos são realizados em bens transaccionáveis, cuja parte da produção é destinada a mercados externos. Tal situação terá obviamente uma repercussão positiva em termos da balança comercial. Em terceiro lugar porque permite a introdução de tecnologia no país, através da empresa mãe. Toda esta dinâmica associada ao IDE terá obviamente repercussões positivas a nível do crescimento económico e do emprego. Por exemplo, Borensztein *et al.* (1998) argumentam que o IDE é um veículo importante para a transferência de tecnologia, sendo esta um maior catalisador de crescimento económico do que o investimento interno. Barrell e Pain (1997) também argumentam que elevados fluxos de IDE podem ajudar a reestruturar o sector exportador, desempenhando também um papel crucial a nível da difusão de ideias e tecnologias.

No entanto, é a capacidade do país divulgar informação e de responder às necessidades dos investidores que constitui a forma mais eficiente, em termos de custo-benefício, de atrair IDE (World Bank Group, 2009). Um investidor, deparando-se com inúmeras potenciais localizações para realizar o investimento, apenas considerará determinada localização se obtiver, em tempo útil, toda a informação de que necessita para aferir sobre as condições proporcionadas por essa localização, nomeadamente: custos salariais, mão-de-obra disponível, infra-estruturas disponíveis (acesso a portos ou caminhos-de-ferro) ou que podem ser disponibilizadas (edifícios ou terrenos), sistema fiscal e subsídios ao investimento.

Desta forma, uma política pública de atracção de IDE deve passar, em primeiro lugar, por uma resposta rápida e eficiente às necessidades e pedidos dos potenciais investidores estrangeiros. É igualmente importante a implementação de políticas a nível do ambiente de negócios, da envolvente económica e da vertente institucional, a qual deve ser caracterizada por níveis de burocracia reduzidos e elevada transparência, pela protecção dos direitos de propriedade, e por um nível de despesa pública adequado (OCDE, 2003).⁷ Finalmente, e de acordo com a Ernst & Young (2010), é também importante reforçar o ambiente de negócios em Portugal, nomeadamente através da promoção da inovação, da aposta na qualificação profissional, da diminuição dos encargos e complexidade fiscais (nomeadamente a nível do

⁷ Por exemplo, Bengoa e Sanchez-Robles (2003), através de um trabalho empírico, sustentam que a liberdade económica é um indicador determinante do IDE, e este, por sua vez, tem um impacto positivo no crescimento económico.

IVA e IRC), da simplificação da interacção entre empresas e a administração fiscal, do aumento da eficiência do sistema judicial, e do aumento da flexibilidade laboral.

3. Políticas Públicas de Investimento em Portugal

As imperfeições a nível do mercado de capitais, bem como a existência de assimetrias de informação entre investidores e o sector financeiro, que estão na base da escassez de crédito às empresas, sustentam o desenvolvimento e aplicação de medidas que visam apoiar financeiramente as empresas, facilitando o acesso ao crédito bancário e a taxas de juro bonificadas. Também as actividades de inovação e desenvolvimento (I&D), como factores determinantes do crescimento económico a longo prazo e indutores de externalidades positivas, devem ser alvo de medidas com o propósito de servir o sector privado. O Programa PME INVESTE, que irá entrar em 2011 na sua sétima edição, o Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização das PME, o Sistema de Incentivos à Inovação e os Projectos de Potencial Interesse Nacional, que englobam alguns dos instrumentos diferenciadores (e.g. incentivos fiscais, simplificação de procedimentos e outros) usados pelos Estados na atracção de investimento estrangeiro, são algumas das medidas que se encontram disponíveis para as empresas neste âmbito (Quadro 1).

Quadro 1. Exemplos de medidas de apoio financeiro ao investimento

Medida	Descrição	Documento Legal/Data de Início	Benefícios	Execução/Resultados
Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME	Apoio a projectos de investimento promovidos por empresas, a título individual ou em cooperação, bem como por entidades públicas, associações empresariais ou entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT) direccionados para a intervenção nas PME.	Portaria n.º 1463/2007, de 15 de Novembro Portaria n.º 250/2008, de 4 de Abril Portaria n.º 353-A/2009, de 3 de Abril Portaria n.º 1101/2010, de 25 de Outubro	Os incentivos vão desde os €25.000 aos €400.000 por projecto. Taxa base máxima: 40% Majorações: •Tipo de Empresa: 5 p.p. a atribuir a pequenas empresas; •Tipo de Despesa: 5 p.p. para médias empresas, para "outras despesas de investimento" excepto contratação; •10 p.p. para pequenas empresas e para médias empresas, para despesas de aquisição de equipamento em matéria de ambiente; •Tipo de Estratégia: 5 p.p. a atribuir quando os projectos se inserirem em estratégias de eficiência colectiva.	A 15 de Novembro de 2010 - N.º de projectos Contratados = 2.233 - Montante de incentivo concedido = 278,3 milhões de euros
PME INVESTE	Tem como objectivo facilitar o acesso das PME ao crédito bancário, nomeadamente através da bonificação de taxas de juro e da redução do risco das operações bancárias através do recurso aos mecanismos de garantia do Sistema Nacional de Garantia Mútua.	Junho de 2008	Foram disponibilizadas, após o segundo semestre de 2008, sete linhas de crédito, nomeadamente: •PME INVESTE/QREN – 593 milhões de euros •PME IINVESTES II/QREN – 1.010 milhões de euros •PME INVESTE III – 1.862 milhões de euros •PME INVESTE IV – 1.960 milhões de euros •PME INVESTE V – 750 milhões de euros •PME INVESTE VI – 1.250 milhões de euros •PME INVESTE VII – 3.000 milhões de euros (para 2011)	De Junho de 2008 a 31 de Agosto de 2010 obtiveram-se - 7.425.015 mil euros de plafond total - 74.722 projectos aprovados - 6.642.653 mil euros de financiamento - 89 mil euros de apoio médio por operação
Sistema de Incentivos à Inovação	Apoia projectos de investimento de inovação produtiva promovidos por empresas, a título individual ou em cooperação. Visa promover a inovação no tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a sua progressão na cadeia de valor, bem como reforçar a orientação das empresas para os mercados internacionais.	Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro Portaria n.º 353-C/2009, de 3 de Abril Portaria n.º 1103/2010, de 25 de Outubro 1.º Concurso: de 15-11-2007 a	Taxa Base Máxima: 45% Majorações: •Tipo de Empresa: 10 p.p. a atribuir a Médias Empresas, à excepção de projectos com despesa elegível superior a 50 milhões de euros e de projectos do sector dos transportes; 20 p.p. a atribuir a pequenas empresas, à excepção de projectos com despesa elegível superior a 50 milhões de euros e de projectos do sector dos transportes. •Tipo de Estratégia: 10 p.p. a atribuir aos projectos de inovação produtiva	A 15 de Novembro de 2010 N.º de projectos contratados = 1.026 Incentivo concedido = 1.364,6 milhões de euros

Medida	Descrição	Documento Legal/Data de Início	Benefícios	Execução/Resultados
		29-01-2008	(estratégias de eficiência colectiva de base territorial ou sectorial). Empreendedorismo feminino ou jovem: 10 p.p.	
PIN - Projectos de Potencial Interesse Nacional	Favorece a concretização de projectos de investimento de grande dimensão, assegurando um acompanhamento de proximidade, promovendo a superação dos bloqueios administrativos e garantindo uma resposta célere, sem prejuízo dos dispositivos legais necessários à salvaguarda do interesse público.	Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2005, de 24 de Maio Regido actualmente pelo DL 174/2008, de 26 Agosto	Produção de bens e serviços transaccionáveis; efeitos de arrastamento nas PME; interacção e cooperação com entidades do sistema científico e tecnológico; criação e ou qualificação de emprego; inserção em estratégias de desenvolvimento regional; eficiência energética ou favorecimento de fontes de energia renováveis.	Até 31 de Outubro de 2010 N.º projectos reconhecidos como PIN = 90 Valor do investimento = 35.686 milhões de euros Novos postos de trabalho a criar = 80.498

Fonte: GEE

Com o objectivo de potenciar o investimento de diferentes sectores de actividade e de diferentes tipos de empresas, têm vindo a ser criados instrumentos de acesso ao capital de risco. Este tipo de capital está geralmente associado a actividades com um maior cariz inovador, com um maior potencial de criação de valor, ou mesmo com uma maior propensão à exportação, sendo, por essa razão, maiores potenciadores de crescimento económico. Contudo, o financiamento destas actividades por parte do sector privado está sujeita ao deficiente funcionamento do mercado de capitais e à falta de investidores com menor aversão ao risco, pelo que um conjunto de medidas a este nível pode apresentar efeitos benéficos a longo prazo. O InovCapital destina-se a apoiar as PME nacionais nas actividades de empreendedorismo e no suporte à inovação e internacionalização e o Turismo Capital é o fundo através do qual o Estado participa no capital social das empresas ligadas ao sector do turismo. Para as empresas que já estão a actuar no mercado internacional existe o AICEP Capital Global (Quadro 2).

Quadro 2. Exemplos de medidas de apoio ao acesso ao capital de risco

Medida	Descrição	Documento Legal/Data de Início	Benefícios	Execução/Resultados
InovCapital	Desenvolve a sua actividade no apoio ao empreendedorismo e no suporte às PME nas áreas da inovação e da internacionalização.	Decreto-Lei n.º 375/2007 de 8 de Novembro	<ul style="list-style-type: none"> • Participação no Capital Social, partilhando o risco do negócio. • Uma relação de parceria de médio/longo prazo, assente na integridade, transparência e ética. • Uma equipe técnica qualificada e pró-activa, focada no desenvolvimento dos negócios. • Um compromisso de inovação e melhoria contínua. 	Em 31 de Agosto de 2010 - 149 participações em carteira - 141.096 mil euros de investimento
Turismo Capital	Tem como missão fortalecer as políticas públicas e a competitividade do turismo nacional, através da participação no capital de empresas inovadoras e com potencial de valorização. Participa no capital social de uma empresa que desenvolve projectos turísticos, de forma a garantir o suporte financeiro e <i>know-how</i> necessários ao seu desenvolvimento.	4 de Setembro de 1991	<ul style="list-style-type: none"> • A Turismo Capital participa exclusivamente em projectos cujo principal negócio se baseie na actividade turística. • A participação no capital é sempre minoritária (habitualmente entre 20% e 30% do capital social). • O período de permanência médio no capital é de cerca de 8 anos (limitada, por prazo máximo legal, a 10 anos). 	O ano de 2009 caracterizou-se por 4 operações de investimento que ascenderam a 13,3 milhões de euros, integralmente realizado através deste fundo. No ano de 2009 recebeu 41 projectos de investimento (mais que duplicou o registo de 2008). Em 31 de Agosto de 2010 - 30 participações em carteira - 53.200 mil euros de investimento
AICEP Capital Global	Orienta prioritariamente os capitais disponíveis para o investimento em participações accionistas, minoritárias e temporárias, em pequenas e médias empresas portuguesas envolvidas em estratégias de internacionalização de negócio; Fomenta a adopção e reprodução de boas práticas de <i>governance</i> nas empresas participadas.	20 de Dezembro de 1988	<ul style="list-style-type: none"> • FCR AICEP Capital Global II - €24.939.890 • FCR AICEP Capital Global III - €2.992.787 • FCR AICEP Capital Global GPI - €43.000.000 • FCR AICEP Capital Global FIEP - €60.000.000 	Em 31 de Agosto de 2010 - 29 participações em carteira - 83.748 mil euros de investimento

Fonte: GEE

As empresas têm ainda à sua disposição outras medidas de apoio ao investimento, seja ao nível da concessão de apoios fiscais, como é o caso do SIFIDE, seja ao nível do reforço de capitais próprios necessários ao desenvolvimento dos negócios, através do Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas e do Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas (Quadro 3).

Quadro 3. Exemplos de medidas de apoio fiscal e de reforço de capitais

Medida	Descrição	Documento Legal/Data de Início	Benefícios	Execução/Resultados
Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE)	Concede apoio fiscal às empresas que pretendam investir na aquisição de novos conhecimentos científicos ou técnicos, ou na exploração de resultados de trabalhos de investigação com vista à sua aplicação na descoberta ou melhoria de matérias-primas, produtos, serviços ou processos de fabrico. O SIFIDE é aplicável às empresas que exerçam actividade industrial, agrícola, comercial ou de serviços.	Iniciado em 1997 e revisto através da Lei n.º 40/2005 de 3 de Agosto Reforçado em 2009 com a Lei 10/2009 de 10 de Março	Taxa de Juro Bonificada e benefícios fiscais (taxa de base de 32,50% das despesas realizadas no ano da candidatura; taxa incremental de 50% do aumento desta despesa em relação à média dos 2 anos anteriores, até ao limite de 1,5 milhões de euros). A dedução total pode assim atingir 82,5% do investimento em I&D à colecta em sede de IRC. Em 2009 o âmbito do SIFIDE passa a permitir que 32,5% das despesas com I&D possam ser deduzidas à colecta.	Segundo o relatório de Fevereiro de 2010, em 2008 registaram-se: N.º de candidaturas em curso = 385 N.º de candidaturas concluídas = 201 Valor de despesa de I&D declarado = 474.002.812 euros
FIEAE - Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas	Especialmente vocacionado para a aquisição de imóveis integrados no património de empresas como forma de dotação destas de recursos financeiros imediatos.	Decreto-Lei n.º 104/2009, de 12 de Maio	Acesso imediato a financiamento.	Em 31 de Agosto de 2010 - 54 candidaturas aprovadas e em 52 em pipeline - 293.546 mil euros de financiamento
FACCE - Fundo Autónomo de apoio à Concentração e Consolidação de Empresas	Visa apoiar a reestruturação, concentração e consolidação de empresas, em especial de pequenas e médias empresas.	Decreto-Lei n.º 105/2009, de 12 de Maio	O FACCE co-financia projectos (preferencialmente de PME) aprovados até ao menor dos seguintes limites: •Máximo de 40% das necessidades de financiamento da operação ou do projecto de investimento, ou •€10 milhões,	Em 31 de Agosto de 2010 - 25 candidaturas aprovadas e em 11 em pipeline - 115.307 mil euros de financiamento

Fonte: GEE

4. Indicadores de Investimento

Nesta secção descrevemos um conjunto de indicadores que permitem aferir a evolução recente do investimento em Portugal.

4.1. A Formação de Capital

Entre os anos 80 e meados da década de 90 a taxa de investimento, que mede, a preços constantes, a formação bruta de capital fixo (FBCF) em percentagem do PIB, manteve-se relativamente estável em Portugal (cerca de 22%). Porém, entre 1995 e 2005, a taxa de investimento registou uma evolução favorável, tendo alcançado os 25% na segunda metade deste período. Entre 2005 e 2009 houve uma correcção, tendo o peso da FBCF voltado a representar 22% do PIB.

Na última década, a composição do investimento manteve-se relativamente estável, com destaque para a ligeira queda do investimento em habitação por contrapartida da construção não residencial e engenharia civil. Contudo, entre a primeira e a segunda parte da década, a fracção de investimento alocada à reposição de capital aumentou significativamente, em detrimento da formação de novo capital (Quadro 4).

Quadro 4. Formação bruta de capital fixo, por sector de actividade, sector institucional, e aplicação, 2000-2009

	2000-2004		2005-2009	
	Total (Milhões de Euros)	% Total	Total (Milhões de Euros)	% Total
Formação bruta de capital fixo	33.103	100,00	33098	100,00
Por sector de actividade				
Produtos da agricultura, silvicultura, pesca e aquacultura	317	0,96	310	0,92
Equipamento: Produtos metálicos e máquinas	7.734	23,36	8144	23,98
Equipamento: Material de transporte	3.032	9,15	2985	8,77
Construção: Habitação	6.363	19,20	5228	15,41
Construção: Não residencial e engenharia civil	11.077	33,50	11906	35,09
Outros produtos	4.572	13,83	5363	15,83
Por aplicação				
Formação líquida de capital fixo	11.535	34,85	7210	21,78
Amortizações	21.568	65,15	25.888	78,22
Por sector institucional				
Privado	28.464	85,98	29.127	88,00
Público	4.640	14,02	3971	12,00

Fonte: AMECO

Uma decomposição mais minuciosa da FBCF permite aferir que a fracção de investimento que diz respeito aos bens transaccionáveis ronda os 41% para o período 1995-2004, tendo aumentado para 42% nos 3 anos subsequentes (Quadro 5). Estes valores estão de acordo com os reportados por Bems (2008), e enquadram-se dentro da média da OCDE.

Quadro 5. Formação bruta de capital fixo aplicada em bens transaccionáveis e não transaccionáveis (em percentagem do total), médias para 1995-2007

	Transaccionáveis	Não Transaccionáveis
1995-1999	41,0	59,0
2000-2004	40,9	59,1
2005-2007	42,1	57,9

Fonte: Cálculos realizados pelos autores, com base nas contas anuais do INE (INE, Contas Nacionais Anuais – Base 2006, 1995-2007).

Nota: A classificação dos sectores em transaccionáveis e não transaccionáveis foi baseada na metodologia seguida por Bems (2008). Todos os sectores com uma taxa de exportações média para o período representado (estritamente) superior à apresentada pelo sector de comércio por grosso e a retalho (2.2%) foram classificados como transaccionáveis, enquanto os restantes sectores foram classificados como não transaccionáveis.

Numa perspectiva internacional, a formação bruta de capital fixo em Portugal recuou para valores similares à média Europeia em 2009 (18,24%), quando em 2000 era muito superior, 27% contra 20,6% (Quadro 6). Esta redução apresentou uma elevada correlação com a queda na taxa de crescimento do PIB potencial na última década, à semelhança do que aconteceu nos restantes países (Quadros 6 e 7), sugerindo a existência de uma relação entre formação de capital e crescimento económico. Entre 2000 e 2009, o coeficiente de correlação entre estas duas variáveis para a UE15 situou-se nos 30%, mas para Portugal o valor foi de 99%.⁸

⁸ O crescimento do PIB potencial constitui uma medida mais correcta de aferir o crescimento económico, uma vez que este é ajustado dos efeitos cíclicos da economia.

Quadro 6: Formação bruta de capital fixo total, público e privado (% PIB), 2000-2009

		UE27	Alemanha	Espanha	França	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal	Reino Unido	Estados Unidos	Japão
Total	2000	20,65	21,45	25,83	19,47	21,61	23,15	20,32	27,07	17,12	20,02	25,18
	2005	19,98	17,40	29,38	19,95	20,56	26,65	20,73	22,20	16,73	19,50	23,30
	2009	18,93	18,16	24,08	20,58	16,16	15,39	19,04	18,24	14,76	15,41	20,59
Privado	2000	18,37	19,67	22,68	16,39	17,97	19,64	17,99	23,32	15,93	17,56	20,05
	2005	17,73	16,05	25,82	16,65	17,75	23,11	18,37	19,26	16,02	17,11	19,72
	2009	16,27	16,44	19,42	17,06	13,05	10,96	16,57	15,53	12,01	12,56	17,44
Público	2000	2,27	1,78	3,15	3,08	3,64	3,51	2,33	3,75	1,19	2,46	5,13
	2005	2,25	1,35	3,56	3,30	2,80	3,54	2,36	2,93	0,71	2,39	3,57
	2009	2,89	1,72	4,66	3,52	3,14	4,43	2,47	2,71	2,78	2,66	3,15

Fonte: AMECO

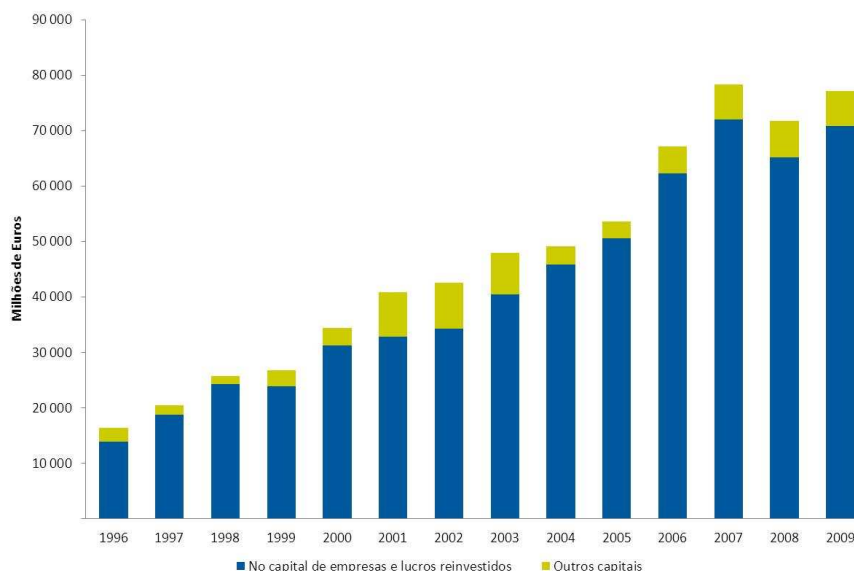
Quadro 7: Crescimento do PIB potencial (em percentagem)

		UE27	Alemanha	Espanha	França	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal	Reino Unido	Estados Unidos	Japão
	2000	2,53	1,75	3,81	2,06	4,30	8,89	1,66	3,08	3,04	3,42	n.a.
	2005	1,98	1,06	3,43	2,06	3,33	4,66	0,52	0,97	2,56	2,49	n.a.
	2009	1,02	0,87	0,87	1,48	0,71	-1,35	-0,22	-0,03	0,99	1,10	n.a.

Fonte: AMECO

4.2. Investimento Directo Estrangeiro

Relativamente ao IDE, os *stocks* têm registado uma evolução bastante favorável desde 1996, sendo esta tendência interrompida apenas em 2008, devido à crise económica global (Figura 1).

Figura 1: Evolução dos *stocks* de investimento directo do exterior em Portugal, 1996-2009

Fonte: Banco de Portugal

Portugal apresenta também uma taxa de cobertura bastante satisfatória, com os fluxos de IDE dirigidos à economia nacional a serem consideravelmente superiores aos fluxos de IDE dirigidos ao exterior. Em termos comparativos, a performance da economia Portuguesa é ligeiramente superior à média Europeia neste domínio; no entanto os fluxos de IDE são ainda relativamente baixos quando comparados com os restantes parceiros europeus (Quadro 7).

Quadro 7. Investimento directo estrangeiro (valores líquidos, % PIB), e taxa de cobertura, 2000-2009

		UE27		Alemanha		Espanha		França		Grécia		Irlanda		Itália		Portugal		Reino Unido		Estados Unidos		Japão	
		Flux	Stock	Fluxo	Stock	Fluxo	Stock	Fluxo	Stock	Flux	Stock	Fluxo	Stock	Flux	Stock	Flux	Stock	Fluxo	Stock	Flux	Stock	Flux	Stock
Inwards	2000	8,46	28,15	10,43	14,29	6,82	26,93	3,25	29,38	0,87	11,10	26,69	131,57	1,22	11,04	5,89	28,44	8,04	29,69	3,19	28,30	0,18	1,08
	2005	3,65	34,08	1,70	17,06	2,21	34,02	3,95	41,33	0,25	11,88	-15,71	81,09	1,12	12,61	2,12	34,16	7,73	36,91	0,84	22,63	0,06	2,22
	2009	2,20	45,33	1,07	21,02	1,02	45,64	2,23	42,34	1,00	13,40	10,76	83,29	1,44	18,61	1,26	49,02	2,10	51,67	0,94	22,61	0,23	3,93
Outwards	2000	9,86	42,34	2,98	28,52	10,03	22,25	13,34	69,59	1,68	4,79	4,79	28,91	1,12	16,43	7,22	17,57	15,79	60,77	1,45	27,39	0,68	5,97
	2005	4,45	41,89	2,72	33,25	3,70	27,02	5,35	57,29	0,60	5,53	7,10	51,64	2,35	16,51	1,14	22,63	3,55	52,63	0,12	29,22	1,01	8,49
	2009	2,36	54,82	1,88	41,29	1,11	43,96	5,50	64,26	0,55	12,07	8,94	82,92	2,07	27,30	0,57	29,63	0,85	75,85	1,80	31,18	1,47	14,55
Taxa de cobertura	2000	85,87		350,58		67,98		24,37		51,87		556,95		108,60		81,59		50,89		220,15		26,37	
	2005	81,95		62,51		59,81		73,88		42,46		-221,41		47,76		186,15		217,74		681,95		6,06	
	2009	93,16		56,78		92,02		40,52		182,50		120,34		69,53		221,91		247,38		52,36		15,98	

Fonte: United Nations (2010), World Investment Report 2010.

Nota: A taxa de cobertura é calculada através do rácio do IDE dirigido ao país com o IDE dirigido ao exterior, multiplicado por 100.

Em termos de composição, é de destacar a evolução menos favorável da indústria transformadora, e o aumento bastante acentuado das actividades financeiras e de seguros (Quadro 8).

Quadro 8. Fluxos de investimento directo estrangeiro em Portugal, por sector de actividade, média 2000-2004 e 2005-2009

	2000-2004		2005-2009	
	Média (Milhões de Euros)	% Total	Média (Milhões de Euros)	% Total
Total	4.793.685	100,00	3.868.838	100,00
Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extractivas	28.842	0,60	61.920	1,60
Indústrias transformadoras	157.812	3,29	27.553	0,71
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	59.266	1,24	190.602	4,93
Construção	44.237	0,92	108.090	2,79
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, transportes e armazenagem, alojamento, restauração e similares	577.500	12,05	-867.759	-22,43
Actividades de informação e de comunicação	224.390	4,68	-125.315	-3,24
Intermediação monetária	387.644	8,09	304.771	7,88
Outras actividades financeiras e de seguros	928.808	19,38	2.280.556	58,95
Actividades imobiliárias	31.996	0,67	239.571	6,19
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, actividades administrativas e dos serviços de apoio	1.876.368	39,14	803.345	20,76
Outras actividades	476.818	9,95	845.506	21,85

Fonte: Banco de Portugal

Em termos de indicadores institucionais, Portugal posiciona-se ao mesmo nível que a Espanha, Itália e Grécia, situando-se mesmo ligeiramente à frente em certos aspectos. Embora, em termos gerais, a posição da economia Portuguesa se tenha deteriorado entre 2000 e 2010 de acordo com o *Index of Economic Freedom*, o que é explicado principalmente por aspectos orçamentais, é possível verificar melhorias significativas ao nível da facilidade de proceder ao investimento e à realização de negócios no período de tempo referido (Quadro 9). Estes indicadores reflectem, entre outros determinantes do investimento, a transparência legislativa e o nível da burocracia.⁹

⁹ Esta evolução é confirmada em outros relatórios internacionais como o *Ease of Doing Business* (Nunes e Pinheiro Alves, 2010b).

Quadro 9. *Index of Economic Freedom, 2000-2010*

	Overall		Business Freedom		Investment Freedom		Fiscal Freedom		Property Rights		Freedom from corruption	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Reino Unido	4. ^o	11. ^o	5. ^o	8. ^o	52. ^o	5. ^o	105. ^o	155. ^o	14. ^o	17. ^o	15. ^o	17. ^o
United States	8. ^o	8. ^o	7. ^o	13. ^o	38. ^o	28. ^o	102. ^o	138. ^o	9. ^o	19. ^o	19. ^o	18. ^o
Irlanda	10. ^o	5. ^o	9. ^o	11. ^o	45. ^o	1. ^o	109. ^o	121. ^o	11. ^o	3. ^o	16. ^o	16. ^o
Japão	19. ^o	19. ^o	14. ^o	23. ^o	103. ^o	68. ^o	79. ^o	139. ^o	23. ^o	24. ^o	34. ^o	20. ^o
Espanha	41. ^o	36. ^o	43. ^o	48. ^o	55. ^o	19. ^o	145. ^o	164. ^o	43. ^o	30. ^o	32. ^o	28. ^o
Alemanha	43. ^o	23. ^o	45. ^o	16. ^o	62. ^o	10. ^o	152. ^o	163. ^o	17. ^o	8. ^o	17. ^o	14. ^o
Portugal	46. ^o	62. ^o	47. ^o	35. ^o	56. ^o	44. ^o	111. ^o	158. ^o	44. ^o	32. ^o	31. ^o	32. ^o
Itália	67. ^o	74. ^o	60. ^o	40. ^o	65. ^o	31. ^o	146. ^o	167. ^o	48. ^o	50. ^o	60. ^o	55. ^o
Grécia	72. ^o	73. ^o	65. ^o	43. ^o	50. ^o	71. ^o	137. ^o	141. ^o	40. ^o	46. ^o	56. ^o	57. ^o
França	92. ^o	63. ^o	75. ^o	21. ^o	120. ^o	98. ^o	155. ^o	170. ^o	54. ^o	25. ^o	30. ^o	24. ^o

Fonte: The Heritage Foundation and The Wall StreetJournal (2010), 2010 Index of Economic Freedom. O "Index of Economic Freedom," calculado pela "Heritage Foundation" para 183 países, é um indicador que mede a capacidade de um país em assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente no que diz respeito à propriedade dos factores de produção. Numa sociedade livre, os indivíduos são livres para trabalhar, consumir, e investir, e os seus direitos são assegurados pelo Estado, sem que este constrita as decisões dos agentes. O indicador agregado é composto por 10 sub-indicadores, dos quais apenas os 5 mais relevantes para o IDE são reportados.

5. Conclusão

O presente artigo começou por introduzir a importância do investimento para o crescimento económico, com recurso a fundamentos teóricos. Verificou-se também que os incentivos para a acumulação de capital são influenciados por toda a envolvente económica e institucional de um país, como a qualificação da mão-de-obra, a produtividade do trabalho, a qualidade das instituições e o próprio nível de burocracia e transparência, uma vez que estas afectam, directa ou indirectamente, a produtividade marginal do capital e consequentemente a decisão óptima das empresas. As falhas de mercado podem também afectar a decisão sobre determinados projectos de investimento, levando à não realização de investimentos economicamente eficientes.

Desta forma, conclui-se que existe um racional económico que sustenta a intervenção do Estado na área do investimento, e que está por detrás da implementação das várias políticas públicas a que se tem assistido nos últimos anos, quer a nível de apoio às empresas, quer a nível institucional. Entre as medidas implementadas destacam-se as de apoio financeiro às empresas, as de apoio ao capital de risco, e as de apoio fiscal e reforço de capitais próprios. Por fim, é ainda de salientar que as políticas públicas poderão ser mais eficazes se estiverem orientadas para os sectores transaccionáveis e privilegiarem a formação líquida de capital relativamente à reposição da capacidade instalada, a qual representou quase 80% do investimento realizado em Portugal entre 2005 e 2009.

Referências

- Barrell, R. e N. Pain (1997). Foreign direct investment, technological change, and economic growth within Europe, *The Economic Journal*, 107, pp. 1770-1786.
- Bems, R. (2008). Aggregate investment expenditures on tradable and nontradable goods, *IMF Working Paper*, WP/08/45.
- Bengoa, M. and B. Sanchez-Robles (2003). Foreign direct investment, economic freedom and growth: New evidence from Latin America, *European Journal of Political Economy*, 19(3), pp. 529-545.
- Borensztein, E., De Gregorio, J. e J-W. Lee (1998). How does foreign direct investment affect economic growth?, *Journal of International Economics*, 45(1), pp. 115-135.
- Ernst & Young (2010). Wake up call, Ernst & Young Portuguese Attractiveness Survey 2010.
- Esfahani, H. (1991). Exports, imports, and economic growth in semi-industrialized countries. *Journal of Development Economics*, 35(1), pp. 93-116.

- Galor, O. (1996). Convergence? Inferences from theoretical models, *The Economic Journal*, 106(437), pp. 1056-1069.
- Gaspar, V. e M. St. Aubyn (2009). Política orçamental, ajustamento ao Euro e crescimento em Portugal e Espanha, In: *Sem Fronteiras, Os novos horizontes da Economia Portuguesa* (org. Pedro Lains), ICS, Lisboa
- Girma, S., Greenaway, D. and R. Kneller (2004). Does exporting increase productivity? A microeconomic analysis of matched firms, *Review of International Economics*, 12(5), pp. 855-866.
- Kavoussi, R. (1984). Export expansion and economic growth: Further empirical evidence, *Journal of Development Economics*, 14(1), pp. 241-250.
- Kimura, F. and K. Kiyota (2006). Exports, FDI, and productivity: Dynamic evidence from Japanese firms, *Review of World Economics*, 142(4), pp. 695-719.
- Lewer, J. and H. Van den Berg (2003). How large is international trade's effect on economic growth?, *Journal of Economic Surveys*, 17(3), pp. 363-396.
- Mankiw, N., Romer, D. and D. Weil (1992). A contribution to the empirics of economic growth, *The Quarterly Journal of Economics*, 107(2), pp. 407-437.
- Nunes, C. e R. Pinheiro Alves (2010a). A Inovação como factor de Competitividade em Portugal, *Boletim Mensal de Economia Portuguesa, GEE do MEID e GPEARI do MFAP*, Novembro.
- Nunes, C. e R. Pinheiro Alves (2010b). Políticas para o Ambiente de Negócios em Portugal, *Boletim Mensal de Economia Portuguesa, GEE do MEID e GPEARI do MFAP*, Dezembro.
- OCDE (2003). Checklist for foreign direct investment incentive policies, Paris.
- Sala-i-Martin, X. (1996). The classical approach to convergence analysis, *The Economic Journal*, 106(437), pp. 1019-1036.
- Solow, R. (1956). A contribution to the theory of economic growth, *The Quarterly Journal of Economics*, 70(1), pp. 65-94.
- The Heritage Foundation and The Wall Street Journal (2010). 2010 Index of Economic Freedom.
- United Nations (2010). World Investment Report 2010: Investing in a low-carbon economy, United Nations Conference on Trade and Development.
- World Bank Group (2009). Global Investment Promotion Benchmarking 2009: Summary Report.
- Young, A. (1995). The tyranny of numbers: Confronting the statistical reality of the East Asian growth experience. *The Quarterly Journal of Economics*, 110, pp. 641-680.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Reunião Conselho ECOFIN 7 de Dezembro de 2010	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 7 de Dezembro de 2010 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Proposta de Directiva do Conselho relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade: O Conselho chegou a acordo político sobre esta proposta de Directiva, a qual tem por objectivo fortalecer a cooperação administrativa entre os estados-membros, mediante o alargamento do sistema de troca de informações entre as administrações fiscais, com vista a tornar mais eficaz o combate à evasão fiscal na UE. ▪ Reforço da cooperação económica - seguimento do Conselho Europeu de 28-29 de Outubro: Os Ministros tomaram nota dos progressos realizados desde a reunião do Conselho Europeu de Outubro que endossou o relatório final da <i>Task Force</i> relativa ao reforço da coordenação das políticas económicas na UE. Estão actualmente em apreciação no Conselho Ecofin as propostas legislativas que se referem, em particular, ao reforço da disciplina orçamental dos estados-membros e a novos instrumento de coordenação. ▪ Apoio financeiro à Irlanda: O Conselho aprovou uma decisão relativa à concessão de assistência financeira à Irlanda e uma recomendação que estabelece as condições para essa assistência no contexto do procedimento por défices excessivos. No âmbito do Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira serão concedidos empréstimos no montante de €22,5 mil milhões de um pacote de €85 mil milhões. O programa foi negociado com as autoridades irlandesas pela Comissão e pelo FMI, em colaboração com o BCE, e irá envolver a reestruturação do sistema bancário da Irlanda e reformas orientadas para o crescimento e para a redução do défice para níveis inferiores a 3% do PIB em 2015. ▪ Preparação do Conselho Europeu de 16 e 17 de Dezembro de 2010 <ol style="list-style-type: none"> a) Impacto das reformas das pensões na implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento: Os Ministros discutiram uma proposta de relatório sobre a contabilização do impacto das reformas das pensões multi-pilar no défice e conseqüentemente na implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento, na sequência da solicitação do Conselho Europeu de Outubro e no contexto da discussão relativa à revisão da governação económica da UE. b) Quotizações no sector financeiro: O Conselho aprovou um relatório sobre os efeitos de curto prazo associados à introdução de quotizações no sector financeiro e acordou submetê-lo ao Conselho Europeu. Este relatório, que resulta de um mandato do Conselho Europeu de Outubro neste domínio, apresenta um diagnóstico detalhado da situação actual e dos efeitos adversos decorrentes da existência de diferentes sistemas de quotizações a nível nacional, que se consubstanciam em riscos potenciais de dupla tributação e outro tipo de distorções, preconizando a necessidade de serem dirigidas recomendações aos estados-membros, no sentido de melhorar a harmonização e a coordenação entre os diferentes sistemas de forma a minimizar estes efeitos. ▪ Relatório conjunto da Comissão e do Comité de Política Económica sobre o serviço público no domínio dos cuidados de saúde: O Conselho aprovou conclusões sobre os sistemas de saúde na UE e sublinhou que os gastos com a saúde contribuem para a prosperidade económica através de uma maior participação no mercado de trabalho e maior produtividade, crucial no contexto do envelhecimento da população e prolongamento da vida activa. As conclusões identificaram ainda os desafios políticos que têm de ser

Iniciativa	Sumário
	<p>ultrapassados pelos estados-membros: (i) garantir uma base de financiamento sustentável; (ii) incentivar a utilização eficaz dos cuidados de saúde; (iii) encorajar o acesso aos serviços de cuidados primários, reduzindo, assim, a utilização de cuidados especializados e hospitalares; (iv) assegurar a utilização eficaz dos medicamentos; (v) melhorar a recolha de dados e o desempenho geral do sistema; (vi) melhorar a promoção da saúde e prevenção de doenças fora do sector da saúde.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de crises no sector financeiro: O Conselho tomou nota da Comunicação da Comissão Europeia “<i>An EU framework for crisis management in the financial sector</i>”, tendo adoptado conclusões neste domínio, acolhendo favoravelmente o documento e, em particular, o programa legislativo nele contido, e enumerando um conjunto de orientações a que deverá obedecer o novo enquadramento de resolução, prevenção e gestão de crises financeiras na UE. ▪ Código de Conduta sobre a tributação das empresas: O Conselho tomou nota do relatório do Grupo Código de Conduta (GCC) e adoptou conclusões neste domínio, tendo-se congratulado com os progressos alcançados e solicitado ao GCC a continuação da monitorização dos trabalhos em curso, reportando de novo ao Conselho no final da Presidência Húngara. <p>O Conselho Europeu reuniu nos dias 16 e 17 de Dezembro, tendo acolhido de forma favorável o relatório sobre a contabilização do impacto das reformas das pensões multi-pilar no défice e conseqüentemente na implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento, solicitando que as suas conclusões sejam reflectidas no trabalho que está a ser desenvolvido relativamente ao reforço da coordenação das políticas. Solicitou ainda a aceleração dos trabalhos relativos às propostas legislativas sobre a governação económica, a fim de estas serem adoptadas até Julho de 2011.</p> <p>O Conselho Europeu acordou ainda que o Tratado deverá ser alterado de modo a permitir que os estados-membros da área do euro criem um mecanismo permanente para salvaguardar a estabilidade financeira da área do euro. Este mecanismo, que deverá estar em vigor a partir de Janeiro de 2013, substituirá o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) e o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF), que continuarão em funcionamento até Junho de 2013.</p>
<p>Promoção Turística Externa</p>	<p>A 26 de Novembro, foi assinado o novo acordo para a promoção turística externa de Portugal. O mesmo vem no seguimento da estratégia definida no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) no sentido de uma maior diferenciação e complementaridade dos produtos turísticos.</p>
<p>Acordo com São Cristóvão, Nevis, Ilha de Man e as Ilhas Virgens Britânicas</p>	<p>O Conselho de Ministros de 2 de Dezembro aprovou os Acordos entre a República Portuguesa e São Cristóvão (St. Kitts), Nevis, Ilha de Man e com as Ilhas Virgens Britânicas sobre a troca de informações em matéria fiscal, no sentido de combater a evasão e fraude fiscais.</p>
<p>Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (Eco.AP)</p>	<p>O Conselho de Ministros de 9 de Dezembro criou o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública, o Eco.AP, que se traduz num conjunto de medidas de eficiência energética para a execução a curto, médio e longo prazo nos serviços, organismos e equipamentos públicos e que tem por objectivo alterar comportamentos e promover uma gestão racional dos serviços energéticos, visando obter até 2020 um aumento do nível de eficiência energética de 20%. Iniciativa que contribui para a concretização dos objectivos estabelecidos no Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC).</p>
<p>Protocolo com o Brasil</p>	<p>Foi assinado a 9 de Dezembro, um protocolo entre os Ministérios das Finanças de Portugal e do Brasil em matéria fiscal, tendo em vista a cooperação entre as</p>

Iniciativa	Sumário
	respectivas administrações fiscais. Reforçando a Convenção destinada a evitar a dupla tributação e a prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento entre os dois países.
Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020)	Foi estabelecido, em Conselho de Ministros de 9 de Dezembro, o regime jurídico aplicável à produção de electricidade por intermédio de instalações de pequena potência, designadas por unidades de miniprodução. O que cumpre o preconizado na Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020).
Iniciativa para a Competitividade e o Emprego	O Conselho de Ministros de 15 de Dezembro aprovou a iniciativa para a Competitividade e o Emprego, composta por 50 medidas e que se desenvolve em cinco áreas fundamentais: competitividade da economia e apoio às exportações; simplificação administrativa e redução dos custos de contexto para as empresas; competitividade do mercado de trabalho; reabilitação urbana e dinamização do mercado de arrendamento; e combate à informalidade, fraude e evasão fiscal e contributiva.
Acordo com Turcos e Caicos	O Estado Português assinou, a 21 de Dezembro, o Acordo sobre a troca de informações em matéria fiscal com o Governo de Turcos e Caicos, segundo o modelo da OCDE, no sentido do combate à fraude e evasão fiscal.

2. Selecção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
<i>Veículos eléctricos</i> Portaria n.º1201 e 1202/2010 – Série I n.º231, de 29/11	As presentes portarias estabelecem os requisitos técnicos a que fica sujeita a atribuição de licença para o exercício da actividade de operação de pontos de carregamento da rede de mobilidade eléctrica bem como os termos aplicáveis às licenças de utilização privativa do domínio público para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos eléctricos em local público de acesso público.
<i>Recibo verde electrónico</i> Portaria n.º879-A/2010 – Série II n.º231, de 29/11	Aprova o modelo oficial designado de «recibo verde electrónico», desmaterializando-se o modelo de recibo para efeitos de IRS. A emissão de recibos passa a ser automática e o sistema permite a consulta e a realização de outras operações <i>online</i> e criará condições para futuro pré-preenchimento de declarações fiscais, bem como dos livros de registo.
<i>Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE)</i> Resolução da Assembleia da República n.º140/2010 – Série I n.º244, de 20/12	Recomenda ao Governo que accione os mecanismos necessários à concretização do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE).

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	Ministry of Commerce of China
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	National Bureau of Statistics of China
BEA	Bureau of Economic Analysis	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	Board of Governors of the Federal Reserve System	OE	Orçamento do Estado
BLS	Bureau of Labour Statistic	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	Special Data Dissemination Standard
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	Cabinet Office Government of Japan	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direcção-Geral de Energia e Geologia	Yahoo	Finance Yahoo
DGO	Direcção-Geral do Orçamento		
DGT	Direcção-Geral do Tesouro		
EPA	Economic Planning Agency		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por Euros
EUR/GBP	Libra Esterlina por Euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de Respostas Extremas
VA	Valores Acumulados
VC	Varição em Cadeia
VCS	Valor Corrigido de Sazonalidade
VE	Valor Efectivo
VH	Varição Homóloga
VHA	Varição Homóloga Acumulada
VITA	Varição inter-tabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respectivo ano
VM01	Varição Homóloga dos últimos 01 meses

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.
 : representa valor não disponível.
 - não se aplica.